



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



PPGE
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado e Doutorado

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NIVEL DE MESTRADO / PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

ELIANE NOVAK

**A LUTA DO MOVIMENTO SOCIAL (ACADEVI) PELA EDUCAÇÃO DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA VISUAL: ingresso e permanência no ensino superior em
Cascavel e Toledo (PR), de 2000 a 2020**

CASCVEL – PR
2022



unioeste
Universidade Estadual do Oeste do Paraná



PPGE
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado e Doutorado

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES/CECA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO / PPGE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**

ELIANE NOVAK

**A LUTA DO MOVIMENTO SOCIAL (ACADEVI) PELA EDUCAÇÃO DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA VISUAL: ingresso e permanência no ensino superior em
Cascavel e Toledo (PR), de 2000 a 2020**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, área de concentração: educação, linha de pesquisa: História da Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE – Campus de Cascavel, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Profa. Dra Lucia Terezinha Zanato Tureck

**CASCVEL – PR
2022**

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha de identificação elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UNIOESTE

Novak, Eliane

A luta do movimento social (ACADEVI) pela educação da pessoa com deficiência visual: ingresso e permanência no ensino superior em Cascavel e Toledo (PR), de 2000 a 2020 / Eliane Novak; orientadora Lucia Terezinha Zanato Tureck. - - Cascavel, 2022.

101 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE, 2022.

1. Pessoa com deficiência visual. 2. Educação inclusiva. 3. Movimento social. 4. Ensino superior. I. Tureck, Lucia Terezinha Zanato, orient. II. Título.



ELIANE NOVAK

EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL: ingresso e permanência no ensino superior em Cascavel e Toledo (PR) e a contribuição da ACADEVI como entidade de luta

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Educação, área de concentração Educação, linha de pesquisa História da educação, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Lucia Terezinha Zanato Tureck', written in a cursive style.

Orientadora - Lucia Terezinha Zanato Tureck
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Douglas Christian Ferrari de Melo', written in a cursive style.

Prof. Dr. Douglas Christian Ferrari de Melo

Douglas Christian Ferrari de Melo
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'João Carlos da Silva', written in a cursive style.

João Carlos da Silva
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 26 de agosto de 2022

DEDICATÓRIA

A todos que reconhecem as Pessoas com deficiência como sujeitos que têm possibilidades de adquirir sua autonomia, e que não veem o "defeito" como incapacidade, mas, sim, uma forma de superar os obstáculos em conjunto com o coletivo.

À Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual – ACADEVI, que conheci através da CAEDV e que, a partir de então, os estagiários e associados a realizaram diversas visitas para mim, desde a infância, sempre colocando a importância dos estudos, autonomia da pessoa cega e a participação do coletivo.

Mas, somente a partir de 2014, comecei a participar de forma efetiva dos encontros mensais, seminários, cursos de formação, entre outros, que me possibilitaram desde então me reconhecer como Pessoa com deficiência e capaz de ter autonomia e ir além das negativas, que infelizmente fazem parte da vida de uma Pessoa cega. Tenho a consciência que vivemos em uma sociedade excludente, que não nos quer no mercado de trabalho ou até mesmo nas escolas comuns, criando artifícios para camuflar estes objetivos. A ACADEVI também me possibilitou estagiar de 2014 a março de 2017, ampliando os espaços pois, em seguida pude participar de uma entrevista na Unioeste e estagiar na editora Edunioeste por um ano e meio, com as professoras Aparecida Feola e Clarice Corbari, que contribuíram na minha formação.

Aos amigos que fiz na editora, Renan Bini e Solange Pizato, que em meio a tantos trabalhos compartilhamos excelentes momentos.

Aos Centros de Apoio Pedagógico às Pessoas Cegas e de Visão Reduzida - CAP de Cascavel, estadual e municipal, que apesar da falta de investimentos fornecem e adaptam materiais e realizam formações diversas.

À Patrícia da Silva Zanetti, que me auxiliou nas inscrições de diversos processos, como: O PROVOU, onde consegui a transferência para Unioeste, em 09 de maio de 2016; a realizar a inscrição, em 12 de agosto de 2019, para seleção do Mestrado em Educação, auxílio nos materiais para estudar para a prova que ocorreu, em 23 de setembro, e a entrevista, em 04 de novembro do mesmo ano. Além de diversas conversas que contribuíram na minha formação acadêmica e pessoal.

À Lucia Tureck, por me acolher e fazer parte do caminho que viemos trilhando ao longo do processo, seja profissional ou pessoal.

Aos professores da Escola Municipal Francisco Vaz de Lima e o Colégio Estadual Jardim Interlagos - 2004 a 2014, localizados em Cascavel (PR), onde tive a possibilidade de acessar os conteúdos científicos, historicamente acumulados pela humanidade, em conjunto com meus colegas no ensino comum, permitindo interagir e aprender com eles.

AGRADECIMENTOS

Aos Amigos de militância da ACADEVI que, em meio às discussões, possibilitaram ampliar meus conhecimentos e entender como funciona a sociedade em que vivemos, convocando a lutar contra a exclusão, fazendo valer o que Vigotski colocou na frase: "A palavra vence a cegueira", e o processo exposto pelo autor, chamado de supercompensação, se tornou compreensível e necessário.

À Patrícia da Silva Zanetti, que conheci na ACADEVI e se tornou uma amiga.

Às professoras Luzia Alves da Silva e Vandiana Borba Wilhelm, por fazerem parte do meu processo escolar, pessoal e profissional.

Aos meus professores da graduação em Pedagogia da Unioeste, campus de Cascavel, de 2016 a 2018, em especial aos Professores João Zanardini, Márcia Cossetin, Neiva Mazzuco, que em suas aulas me possibilitaram participar de forma efetiva das discussões.

Às minhas colegas de sala, Nayara Roteski e Mariane Oliveira, que em mim não ressaltaram o defeito, mas as possibilidades de aprendizagem e contribuições em nossos trabalhos acadêmicos.

À minha orientadora Professora Lucia Tureck, que com paciência e dedicação, permitiu que fosse além das minhas expectativas.

Aos meus professores do Mestrado em Educação, que em meio à pandemia e demais dificuldades que vieram por conta dela, me possibilitaram participar das atividades.

Aos meus colegas de Mestrado - 2020 / 2022, que compartilharam as dificuldades e aflições, que se ampliaram por conta da pandemia e que de forma forçada tivemos que nos reunir online. Mas, apesar disso, conseguimos trocar experiências de leituras, conhecimentos, discutir os temas das aulas propostas.

À Unioeste, pelo empréstimo dos equipamentos, assim permitindo-me assistir às aulas e ter acesso aos materiais para pesquisa.

Ao programa de Pós-graduação em Educação, por dispor o suporte para o desenvolvimento das atividades ao longo do curso.

Ao Programa de Educação Especial, que contribuiu na minha vida acadêmica, com adaptações de artigos e livros, que possibilitaram a minha participação em discussões nas aulas e na realização da pesquisa.

Embora as práticas excludentes não sejam exclusivas da sociedade burguesa, já que nas sociedades anteriores, quase sempre, prevaleceram os procedimentos do extermínio, do abandono e do isolamento, é na atualidade que elas merecem ser profundamente questionadas, pois o nível de desenvolvimento das forças produtivas permite que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais e mentais, possam estar inseridas socialmente, produzindo e usufruindo das conquistas da humanidade (CARVALHO; ORSO, 2006, p. 159-160).

[...] Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX e ENGELS, 1984, p. 27 - 28).

[...] o cego como personalidade, como uma unidade social [...] tem a linguagem e, junto com ela, a possibilidade da validade social. Desse modo, a leitlína na psicologia do homem cego está dirigida à superação do defeito por meio de sua compensação social, por meio do conhecimento da experiência dos videntes, por meio da linguagem. A palavra vence a cegueira (VIGOTSKI, 2019, p. 153).

NOVAK, Eliane. **A luta do movimento social (ACADEVI) pela educação da pessoa com deficiência visual: ingresso e permanência no ensino superior em Cascavel e Toledo (PR), de 2000 a 2020.** 2022. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de concentração: Educação. Linha de Pesquisa: História da Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel (PR), 2022.

RESUMO

A partir da constatação de que as pessoas com deficiência visual têm sido consideradas fora dos padrões aceitos historicamente pela sociedade, e que a sociedade atual também é responsável por manter a concepção conservadora e incoerente de que a pessoa com deficiência visual é incapaz de ser um sujeito autônomo, com plenos direitos, compreende-se que essa visão perpassa a educação. Assim, a política de educação inclusiva encontra entraves para sua implementação no sistema de ensino do país. A presente pesquisa objetiva refletir sobre a participação da ACADEVI (Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual), enquanto um movimento social, na educação de pessoas com deficiência visual, no seu ingresso, permanência e conclusão no ensino superior, em Cascavel e Toledo (PR), de 2000 a 2020, destacando o papel do Atendimento Educacional Especializado nesse processo, uma vez que ele integra a política educacional vigente. O método do materialismo histórico-dialético embasa a pesquisa; a metodologia contempla pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica e análise documental, em legislações, dissertações, teses, livros e artigos científicos; a aplicação de questionário para 16 pessoas cegas ou com visão reduzida, que cursaram/cursam o ensino superior constitui a pesquisa de campo. A Psicologia Histórico-Cultural contribui com conceitos sobre a supercompensação, a qual pode ser alcançada pela pessoa com deficiência, possibilitando autonomia na direção de superar as concepções mística e biológica, e alcançar a validade social. A ACADEVI, como movimento social, contribuiu/contribui na formação humana e social de seus associados e continua atuando na luta para permanência dos direitos já conquistados, por meio de vários embates, e para que se amplie cada vez mais a participação de pessoas com deficiência no ensino superior e em outros espaços sociais. A partir do estudo verificaram-se as condições que pessoas com deficiência visual tiveram/têm para estarem no espaço acadêmico e como enfrentaram/enfrentam o estudo na universidade. Os resultados demonstram que pessoas cegas ou com visão reduzida têm tido acesso e condições para cursar o ensino superior, através de mobilizações coletivas, sendo este um fator que influencia as instituições de ensino superior – públicas e privadas, contribuindo para ampliação do Atendimento Educacional Especializado, ainda que haja muito a ser realizado em termos da acessibilidade necessária.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência visual; movimento social; educação inclusiva; ensino superior; atendimento educacional especializado.

NOVAK, Eliane. **The struggle of the social movement (ACADEVI) for the education of the visually impaired: admission and permanence in higher education in Cascavel and Toledo (PR), from 2000 to 2020.** 2022. 101 f. Dissertation (Master's in Education). Graduate Program in Education. Area of concentration: Education. Line of Research: History of Education. State University of Western Paraná – UNIOESTE, Cascavel (PR), 2022.

ABSTRACT

Based on the realization that people with visual impairments have been considered outside the standards historically accepted by society, and that current society is also responsible for maintaining the conservative and incoherent conception that the visually impaired person is incapable of being a subject autonomous, with full rights, it is understood that this vision permeates education. Thus, the inclusive education policy encounters obstacles to its implementation in the country's education system. This research aims to reflect on the participation of ACADEVI (Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual), as a social movement, in the education of people with visual impairment, in their entry, stay and conclusion in higher education, in Cascavel and Toledo (PR), from 2000 to 2020, highlighting the role of Specialized Educational Assistance in this process, since it integrates the current educational policy. The method of historical-dialectical materialism underlies the research; the methodology includes qualitative research with bibliographic review and document analysis, in legislation, dissertations, theses, books and scientific articles; the application of a questionnaire to 16 blind people or people with reduced vision, who attended/are attending higher education constitutes the field research. Historical-Cultural Psychology contributes with concepts about supercompensation, which can be achieved by people with disabilities, enabling autonomy in the direction of overcoming mystical and biological conceptions, and achieving social validity. ACADEVI, as a social movement, contributed/contributes to the human and social formation of its members and continues to fight for the permanence of the rights already conquered, through several clashes, and for the participation of people with disabilities to be increasingly expanded. in higher education and other social spaces. From the study, the conditions that people with visual impairment had/have to be in the academic space and how they faced/face the study at the university were verified. The results show that people who are blind or have reduced vision have had access and conditions to attend higher education, through collective mobilizations, which is a factor that influences higher education institutions - public and private, contributing to the expansion of Specialized Educational Assistance, although there is still a lot to be done in terms of the necessary accessibility.

Keywords: Visually impaired people; social movement; inclusive education; University education; specialized educational service.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS

SIGLAS	SIGNIFICADO
ACADEVI	Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visua
ADEVIMAR	Associação dos Deficientes Visuais de Maringá
ADEVIPAR	Associação dos Deficientes Visuais do Paraná
ADVT	Associação dos Deficientes Visuais de Toledo
APLER	Associação dos Lesionados por Esforços Repetitivos
APP-SINDICATO	Associação dos Professores do Paraná - Sindicato
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAEDV	Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Visuais
CAEE	Centro de Atendimento Educacional Especializado
CAP	Centro de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual
CEAVEL	Centro de Aperfeiçoamento dos Servidores Municipais de Cascavel
CEB	Câmara de Educação Básica
CEEBEJA	Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos
CEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CESINE	Coordenação Estadual do Sistema Nacional de Emprego
CIM	Coordenação de Intermediação de Mão de Obra
CNE	Conselho Nacional de Educação
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CRAAD	Centro Regional de Avaliação e Atendimento de Deficiências
CRABI	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
CVI	Centro de Vida Independente
FECIVEL	Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Cascavel
FUNDEB	Fundo do Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo do Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBC	Instituto Benjamin Constant
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFMS	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

SIGLAS	SIGNIFICADO
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IPC	Instituto Paranaense de Cegos
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento do Trabalhadores Sem Terra
NCE	Núcleo de Computação Eletrônica
NUCLEAS	Núcleo de Assistência Social da SETP
NRE	Núcleo Regional de Ensino de Cascavel
ONU	Organização das Nações Unidas
PEE	Programa de Educação Especial
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEED	Secretaria de Estado da Educação
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SEM	Sala de Recursos Multifuncional
SERT	Secretaria de Estado de Relações do Trabalho
SETP	Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social
SINTEOESTE	Sindicato dos Trabalhadores da Unioeste
SUED	Superintendência da Educação
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade
UEL	Universidade estadual de Londrina
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Ed., a Ciência e a Cultura
UNIBAN	Universidade Bandeirantes
UNIOESTE	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
UNIVEL	Centro Universitário de Cascavel
UNOPAR	Universidade do Norte do Paraná
UPC	União Paranaense de Cegos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	21
1.1. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	22
1.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO.....	28
2. O ACESSO E PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E A ACADEVI COMO MOVIMENTO SOCIAL DE PESSOAS CEGAS E COM VISÃO REDUZIDA	38
2.1. A FORMAÇÃO HUMANA E SOCIAL NA ACADEVI	51
2.1.1 Encontros mensais dos associados	51
2.1.2 Seminários de Cegos	55
2.1.3 Cursos de Formação	71
3. O QUE DIZEM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL SOBRE CURSAR O ENSINO SUPERIOR E PARTICIPAR DA ACADEVI	79
3.1. A COLETA DOS DADOS	80
3.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	81
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	96
ANEXO	100

INTRODUÇÃO

Sou uma pessoa com deficiência visual que frequentou o Atendimento Educacional Especializado (AEE) desde a infância, no Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Visuais (CAEDV), do Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira, situado no centro da cidade de Cascavel, Paraná. Nele passei por várias fases e atividades, como por exemplo: estimulação tátil para aprendizagem do Braille, soroban, informática acessível e atividades de vida diária. Aos oito anos, minha mãe me colocou na escola, no entanto, eu ficava sem fazer nada, sem atividades; foi somente no ano seguinte, após a visita itinerante de professores do CAEDV que iniciou a minha alfabetização na sala de aula. Importante frisar que estudei o ensino fundamental e médio na escola perto de minha casa, num bairro da zona norte da cidade, e o atendimento educacional especializado (AEE) sempre no contraturno da escola comum e pública.

Tal apoio em minha vida acadêmica e pessoal foi de grande relevância, pois através deste atendimento pude conhecer o trabalho da Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual (ACADEVI), que ainda colabora para minha formação e inclusão no trabalho com estágio remunerado, através de convênio com a Prefeitura Municipal de Cascavel.

O AEE geralmente ocorre de duas a três vezes por semana dependendo da especificidade de cada aluno e, além do atendimento de alunos matriculados nas redes estaduais, as salas também oferecem essas atividades à comunidade externa, como consta na Instrução nº 06/2016 SEED/SUED, que normatiza o programa, em seu item 3:

Poderão ser atendidas também, pessoas da comunidade com cegueira ou baixa visão (bebês e adultos) não matriculados nas instituições de ensino e que necessitam de atendimento complementar e suplementar como estimulação essencial, orientação e mobilidade, sistema braille, soroban, atividades de vida autônoma e social, informática educacional acessível, dentre outros, até serem supridas suas necessidades (PARANÁ, 2016).

Dessa forma, esse trabalho de Educação Especial chega a diversas idades, pois existem causas diversas da deficiência: as congênitas, presente desde o nascimento, e as que são adquiridas ao longo da vida por acidentes ou doenças que

prejudicam outras funções do corpo como, por exemplo, a diabetes que por muitas vezes atinge a visão.

O trabalho em conjunto com os Centros de Apoio Pedagógico às Pessoas com Deficiência Visual (CAPs) do Estado do Paraná e o do município de Cascavel vem proporcionando diversas contribuições, como o acesso aos materiais didáticos em formatos acessíveis em braille, digitalizados ou ampliados, organizados pelos profissionais especializados, de acordo com a necessidade do estudante com deficiência visual cego ou com visão reduzida. Esses atendimentos e contribuições ainda possuem limitações; faltam algumas políticas de inclusão pelo desinteresse por parte dos governantes, seja da esfera municipal, estadual ou federal, para efetivar as já existentes, colaborando com novas atualizações de leis que possam cooperar de forma permanente para o acesso pleno à educação por todos os estudantes.

A sociedade em que vivemos é a responsável por manter a concepção conservadora e incoerente de que a pessoa com deficiência é incapaz de ser um sujeito autônomo, com plenos direitos, sem deficiências. Uma das práticas demonstrativas dessa concepção é o denominado capacitismo, termo utilizado para discriminar a pessoa com deficiência, ou seja, uma forma de preconceito que busca excluir a pessoa com qualquer tipo de deficiência, considerando-a fora dos padrões de normalidade, desconsiderando o sujeito. Manifesta-se na referência a sujeitos com deficiência quando falam dele ou o chamam usando termos como: ceguinho, deficiente, e outras palavras que tenham cunho de desvalorização da pessoa.

Assim, uma visão conservadora define concepções por parte de profissionais da educação que acabam não colaborando com a inclusão da pessoa com deficiência. Também, por parte do Estado ou da União, na manutenção das escolas comuns e na formação de professores em geral, há carências e, de forma contínua, as teorias e as práticas que poderiam contribuir na promoção da educação inclusiva têm sido deixadas de lado. Saviani (2003) coloca que "a práxis de forma efetiva não separa o conhecimento do sujeito e nem da atividade do mesmo". Para a formação do sujeito crítico, com consciência de classe e de como a sociedade é moldada para isto, a teoria e a prática devem sempre andar em conjunto. O conhecimento científico é fundamental nesse processo.

As pessoas com deficiência visual têm sido consideradas fora dos padrões aceitos historicamente pelas sociedades, desde as primitivas e as dos modos de produção escravista, feudal e capitalista, que partiram das visões mística e biológica

ingênua para organizar a educação, lazer e trabalho, rotulando de diversas maneiras pejorativas, como "inválidas, incapazes, miseráveis", entre outras formas. Zanetti (2017) expõe a respeito disso:

A educação de pessoas com deficiência visual tem se constituído em um desafio, mesmo a partir da difusão do paradigma da inclusão escolar, pois se vê na pessoa cega ou com baixa visão uma condição muito difícil produzida pela impossibilidade de ver, sendo este um prejuízo considerado irreparável. Contudo, muitos são os exemplos de pessoas acometidas pela falta da visão, total ou parcial, que têm alcançado êxito acadêmica e profissionalmente, fato esse que muitas vezes é explicado como consequência de características pessoais independentes do contexto sociocultural de vida do indivíduo (ZANETTI, 2017, p. 16).

As pessoas com deficiência visual são vistas como dignas de pena e que estão em uma tragédia pessoal e familiar difícil de lidar; quando uma pessoa cega ou com baixa visão obtém êxito em algumas ações, é vista como uma excepcionalidade individual, sem pensar e analisar o seu contexto social e econômico.

O ser humano se diferencia dos animais devido ao pensamento e por este ser de forma organizada e planejada. De acordo com Vigotski (2019), as pessoas com deficiência possuem plenas potencialidades de compreensão para obterem autonomia sobre suas próprias decisões, porque a deficiência não é motivo de incapacidade, desde que sejam oportunizadas as condições para a aprendizagem e o desenvolvimento do sujeito.

Nessa perspectiva, este estudo busca compreender e analisar o acesso das pessoas com deficiência visual ao ensino superior, bem como sua permanência e conclusão, delimitado aos municípios de Cascavel e Toledo¹, no estado do Paraná, trazendo parte da história com recorte temporal a partir da década de 2000 a 2020, com a Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual (ACADEVVI) já atuante por ter sido criada em 1994, assim proporcionando promover a formação política e as lutas para o acesso à educação de forma ampla, com diversas atividades coletivas. Permeando estas discussões, encontra-se a educação especial na

¹ Os municípios de Cascavel e Toledo situam-se na região oeste do Paraná, possuindo 336 mil e 146 mil habitantes, respectivamente. Distam em torno de 130 km de Foz do Iguaçu e das fronteiras do Brasil com a Argentina e Paraguai, constituindo-se em polos da região e entroncamentos rodoviários importantes. A Unioeste foi criada a partir de Faculdades Municipais desses dois municípios e mais outros três da região, mantendo atualmente cinco campus. Outras universidades públicas e faculdades privadas existem nos dois municípios.

educação inclusiva, com o AEE nas Salas de Recursos Multifuncionais - tipo II, direcionadas para aprendizagem de escrita braille, informática adaptada, com programas DOSVOX e NVDA, entre outros que proporcionam o acesso de pessoas cegas e com baixa visão à escrita, leitura e à informática.

Portanto, o objetivo deste estudo é refletir sobre a participação da ACADEVI, enquanto um movimento social, na educação de pessoas com deficiência visual, no seu ingresso, permanência e conclusão no ensino superior, em Cascavel e Toledo (PR), de 2000 a 2020, destacando o papel do AEE nesse processo.

A questão coloca-se assim: em que medida a educação escolar com o AEE contribui para o ingresso no ensino superior, a permanência e a conclusão dos estudos por pessoas cegas e com baixa visão? Qual a relação da ACADEVI com a trajetória acadêmica desses estudantes em busca do conhecimento científico?

Levantam-se as seguintes hipóteses:

- A educação inclusiva, com o AEE contribui para o ingresso, permanência e conclusão do ensino superior por pessoas cegas e de baixa visão;
- A atuação da ACADEVI tem influência na trajetória acadêmica dos estudantes com deficiência visual em busca do conhecimento científico, na região oeste do Paraná.

E quanto aos objetivos específicos, detalhados para atender o percurso da pesquisa, tem-se: - realizar um estudo teórico sobre as concepções de deficiência; - estudar a legislação pertinente à educação inclusiva e ao AEE; - analisar com base bibliográfica o processo histórico e inclusivo de alunos com deficiência visual; - pesquisar as atividades desenvolvidas pela ACADEVI; - levantar dados sobre os percursos escolares de pessoas com deficiência visual, particularmente no ensino médio e superior; - agrupar e analisar os dados obtidos; - concluir sobre os resultados obtidos na pesquisa pautando-se na bibliografia estudada.

A fim de alcançar os objetivos propostos, impõe-se a necessária revisão bibliográfica, com análise documental na legislação, e um plano de investigação do tema com dados a serem obtidos através da pesquisa de campo.

O percurso teórico-metodológico fundamentou-se no Método do Materialismo Histórico-Dialético, com estudos da história das concepções de pessoa com deficiência, que se modificam e influenciam a sociedade na relação com essas pessoas; na escola, direcionam a forma como estudantes cegos são recebidos e apoiados. Isto porque parte-se do pressuposto de que a análise da realidade precisa levar em conta a inserção dos indivíduos em determinadas relações sociais concretas.

A história não é dos fatos em si, mas decorre das relações estabelecidas pelos homens com os outros homens, mediados pelas relações de trabalho do modo de produção onde vivem. É a atuação do homem sobre o meio em que vive e na natureza, ou seja, o trabalho humano, condição fundamental para o homem. Portanto, os homens fazem a história, mas não da forma como desejam, mas nas condições em que se encontram e de forma coletiva (MARX e ENGELS, 1984).

A pesquisa de cunho bibliográfico e documental possui caráter qualitativo. A consulta às bibliografias direcionou-se a produções científicas relacionadas aos programas de pós-graduação, em artigos dos pesquisadores e teses e dissertações. O estudo documental centrou-se nas normatizações legais a respeito das temáticas envolvidas na pesquisa, assim como nos Relatórios dos eventos realizados pela ACADEVI. Os documentos legais constituem fontes significativas para reflexão histórica do objeto em estudo, mediante as indagações da pesquisa, como apresentado por Castanha (2011):

Dentre as muitas fontes que podem subsidiar as pesquisas histórico-educativas, sobressai-se a legislação educacional, devido ao grande número de temas e questões que estão explícitos e implícitos nela. Entretanto, não basta apenas nos cercarmos das leis da educação para produzirmos um estudo coerente e consistente. É essencial encontrarmos uma teoria e uma metodologia adequada para sua utilização, de forma que as leis possam revelar, muito mais do que está prescrito em seus artigos e parágrafos (CASTANHA, 2011, p. 312.)

O autor destaca que as leis contêm contradições que se revelam, pois representam o movimento da sociedade. Observa-se que muitas delas são resultados de lutas de determinados grupos sociais, outras por imposição de governos ou de setores interessados e que influenciam os parlamentares que as votam. Portanto, “seja a lei vista [...] como espaço de contradição ou consenso, ou como garantia de direitos, ela não deixa de ser uma síntese de múltiplas determinações em constante processo de mudança. A lei é, portanto, dialética” (CASTANHA, 2011, p. 319).

Em relação a documentos, Evangelista (2012) trata das suas diversas formas que são utilizados em pesquisas, como coloca neste trecho:

Refiro-me a documentos de política educacional: leis, documentos oficiais e oficiosos, dados estatísticos, documentos escolares, correspondências, livros de registros, regulamentos, relatórios, livros, textos e correlatos. Contudo, documento pode ser qualquer tipo de

registro histórico – fotos, diários, arte, música, entrevistas, depoimentos, filmes, jornais, revistas, sites, e outros – e compõe a base empírica da pesquisa. [...] Ressalte-se que não há “superioridade” de um documento sobre outro. Todos os documentos são importantes quando definidos no âmbito de um projeto de produção de conhecimento cuja finalidade seja a de compreender objetivamente o mundo e sobre ele agir conscientemente (EVANGELISTA, 2012, p. 52 – grifo da autora).

A autora afirma ainda que “[...] documento é história. Não é possível qualquer investigação que passe ao largo dos projetos históricos que expressa” (EVANGELISTA, 2012, p. 53).

A importância de se registrar fatos históricos e permitir que sejam utilizados como fontes de pesquisas e análises traz à tona questionamentos e reflexões acerca do acesso ao ensino superior por parte das pessoas com deficiência visual. Os relatórios da ACADEVI são exemplos de fontes de estudos e demonstração da diferença de quem tem a oportunidade de estar em espaços formativos e que lutam para manter e ampliar o acesso dos trabalhadores aos direitos, como à vida, moradia, educação, saúde, trabalho e lazer. Pode-se dizer que eles concretizam o projeto histórico da entidade.

Os relatórios da ACADEVI contêm os projetos das reuniões mensais, dos seminários e dos cursos de formação dos associados, com relatos de sua realização e conclusões aprovadas pelos participantes, um conjunto de material rico em informações que demonstram a trajetória da entidade e sua inserção nas lutas do segmento de pessoas com deficiência e dos trabalhadores.

Pode-se refletir sobre tais documentos através do que, noutro trecho, Evangelista (2012) expressa:

Se compreendemos a empiria como "gestada" na história, como manifestação da consciência humana na história, e se a tomamos como passível de conhecimento pelo sujeito histórico podemos considerar que conhecê-la é conhecer a própria consciência do homem. Pelo seu conhecimento é possível articular outras formas de consciência. Em síntese, expressam vida, conflitos, litígios, interesses, projetos políticos - história. Na efervescência dessas determinações se encontram pesquisador, documento e teoria (EVANGELISTA, 2012, p. 54 – grifo da autora).

Os processos mencionados pela autora proporcionam aos seres humanos entender o passado, o presente e como o futuro pode ser afetado pelas ações

realizadas ao longo da História. Portanto, se faz necessária uma checagem e conferência de quais fontes de estudos o pesquisador vai selecionar previamente, para depois utilizar como base teórica, fundamentando seu trabalho.

Porém, as fontes de pesquisas são enormes, podem ser muito exploradas e não têm a intenção de finalizar o estudo, mas ampliar o conhecimento e os debates. Dessa forma, permitem ao pesquisador pensar de forma diferente ou confirmar com o que está sendo investigado. Vale lembrar que a definição do tempo e tema colaboram com as escolhas de materiais a serem analisados, como coloca Evangelista (2012, p. 57): “o que depende de inúmeras variáveis, entre elas a de sua acessibilidade, dado que as fontes estão dispersas e nem sempre disponíveis imediatamente”.

Pensando no que a autora coloca sobre o acesso às fontes, infelizmente ainda existem diversos materiais cujo acesso pelas pessoas com deficiência visual é difícil, quando não é impossível, como imagens sem descrições, filmes sem audiodescrição, entre outros tipos de fontes.

É a partir do entendimento dessas questões que a pesquisa de campo comporta a coleta de dados com pessoas cegas e com baixa visão sobre suas trajetórias de escolaridade, as quais poderão constituir registros históricos a respeito da educação das pessoas com deficiência visual nesta região do Paraná, relativa ao ensino superior.

O instrumento da pesquisa de campo foi um questionário e as respostas descritivas, conforme as experiências acadêmicas e de participação na ACADEVI e, eventualmente, em outras associações. Quantos aos sujeitos convidados a responder ao questionário, foram 16 jovens e adultos cegos ou com baixa visão, que estudaram ou estudam em instituições públicas e privadas de ensino superior das cidades de Cascavel e de Toledo, na região oeste do Paraná.

Considerando que a pesquisa qualitativa contempla “a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais,” conforme expõem Bogdan e Biklen (1994, p. 11), a partir do levantamento das respostas ao questionário, a análise iniciou com a ordenação em itens de similaridade para organizar as características do percurso escolar, destacando as relações de ensino e aprendizagem, os apoios e efetivação do AEE e a utilização dos recursos tecnológicos e didáticos, bem como a contribuição da ACADEVI para o acesso ao ensino superior, com o apoio teórico estudado, de modo que se pudesse confirmar ou refutar as hipóteses enunciadas.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética na Pesquisa, da Unioeste, recebendo aprovação.

O estudo está organizado em três capítulos.

A educação da pessoa com deficiência visual, seus aspectos históricos, a educação inclusiva e o AEE compõem o primeiro capítulo, situando as concepções históricas a respeito da deficiência, a constituição da inclusão educacional e a expressão da educação especial pelo AEE.

O segundo capítulo contempla reflexões sobre o acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior, apresentando a ACADEVI, entidade que agrega o movimento social de pessoas cegas e com baixa visão de Cascavel e região, e suas contribuições como movimento social para a autonomia e escolarização de seus integrantes.

No terceiro capítulo encontram-se os elementos levantados pela pesquisa de campo, com sua descrição e análise com base na fundamentação teórica do estudo.

1. A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Olhar para determinado fenômeno na história comporta questões significativas pois, como exposto por Barroco (2010), deslocar-se a uma outra época e espaço auxilia “na compreensão do processo de humanização social”, ainda possibilita identificação de desafios enfrentados e as alternativas de solução, além de propiciar “a composição de um repertório mais rico para o existir humano em outras possibilidades” (BARROCO, 2010, p. 87-88).

Ao longo da história, as pessoas com deficiência foram vistas de diversas formas e as interpretações desse percurso não consideram as condições históricas como determinantes da realidade. Silveira Bueno (1993), ao pesquisar sobre o tema, escreveu:

Muito pouco tem sido escrito sobre a história da educação especial e o material bibliográfico disponível a apresenta como decorrência da evolução das civilizações, iniciando com a morte dos anormais na pré-história e culminando com o esforço para integração do excepcional na época contemporânea (SILVEIRA BUENO, 1993, p. 55).

O autor ainda expõe que essa postura se deve “ao cientificismo neutro” e à visão da deficiência como uma “característica estritamente individual”, além de uma educação especial “fragmentada e descontextualizada” da educação geral e “do contexto de transformações sociais, políticas e econômicas” (SILVEIRA BUENO, 1993, p. 56).

Carvalho e Orso (2006) chamam a atenção sobre a importância da compreensão da história e da tomada de posição na atualidade para alterar relações excludentes, como se lê:

Embora as práticas excludentes não sejam exclusivas da sociedade burguesa, já que nas sociedades anteriores, quase sempre, prevaleceram os procedimentos do extermínio, do abandono e do isolamento, é na atualidade que elas merecem ser profundamente questionadas, pois o nível de desenvolvimento das forças produtivas permite que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais e mentais, possam estar inseridas socialmente, produzindo e usufruindo das conquistas da humanidade (CARVALHO; ORSO, 2006, p. 159-160).

Ao tratarmos sobre a educação da pessoa com deficiência visual, faz-se necessário trazer algumas concepções de como elas foram e hoje são vistas pela sociedade. De acordo com Vigotski (2019, p. 141 - 142), existem três concepções históricas: “a primeira pode ser considerada como mística; a segunda, biológica ingênua; e a terceira, contemporânea, científica ou sociopsicológica”, que explicam as formas de como as sociedades consideraram e consideram tais pessoas fora dos padrões sociais estabelecidos em cada época.

A vida concreta das pessoas é o que as constitui, como exposto por Marx e Engels (1984):

[...] Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX e ENGELS, 1984, p. 27 - 28).

Foi, portanto, decorrente das formas de vida e de relações estabelecidas, que tais ideias se formaram a respeito das pessoas com deficiência.

1.1 ASPECTOS HISTÓRICOS

Alguns estudos não levam em conta as formas de tratamento a que foram submetidas as pessoas com deficiência, como foram compreendidas, e nem os fatores sociais que ocorreram na história, nas diversas sociedades.

No início do século passado, Vigotski (2019) já mostrava a ideia de que as pessoas cegas eram consideradas seres iluminados e com dons divinos,

[...] Na cegueira via-se, antes de tudo, uma enorme infelicidade, pela qual se sentia um medo supersticioso e um grande respeito. Junto com a consideração do cego como um ser inválido, indefeso e abandonado, surge a convicção geral de que, nos cegos, desenvolvem-se as forças místicas superiores da alma, que a eles é acessível o conhecimento espiritual e a visão, no lugar do sentido da visão que se perdeu. Até na atualidade, muitas pessoas ainda falam acerca da tendência dos cegos para a "luz espiritual"; pelo visto, há nisto uma parte de verdade, embora distorcida pelo medo e pela incompreensão das mentes religiosas. Por tradição, os cegos eram, com frequência, os guardiões da sabedoria popular, os cantores e os profetas do futuro (VIGOTSKI, 2019, p. 14 - grifos do autor).

Nesse entendimento, as pessoas com deficiência visual tinham um dom sobrenatural e, assim, sua visão era espiritual vinda de divindades, o que poderia ser considerado bom e digno de respeito ou ruim e causar medo.

Zanetti (2017) aponta que estes fatores acabaram tornando a cegueira uma das deficiências mais complicadas e "difíceis de suportar" (ZANETTI, 2017, p. 36).

A segunda visão é a biológica ingênua, que remete às questões biológicas, morfológicas ou funcionais da visão, sem observar outros fatores, como as relações sociais que o sujeito cego estabelece, bem como suas condições sociais e econômicas, focando no que a medicina considera doença, muitas vezes sem possibilidades de reversão, mas com um fator inexplicável na época, qual seja, a compreensão errônea de que os demais sentidos alcançam um desempenho extraordinário, compensando a falta da visão. Essa ideia de substituição dos sentidos que justifica a adjetivação de ingênua, assim denominada por Vigotski (2019) que explica:

[...] as investigações rapidamente revelaram a falta de consistência dessa teoria. Esses autores demonstraram como um fato indiscutível que nos cegos não existe o desenvolvimento supernormal das funções do tato e da audição; que, pelo contrário, com muita frequência estas funções se apresentam nos cegos desenvolvidas em menor medida que nos videntes; por último, ali, onde nos encontramos com uma elevada função de tato em comparação com a normal, este fenômeno resulta ser secundário, dependente, derivado, bem mais uma consequência do desenvolvimento que sua causa. O fenômeno assinalado surge não da compensação fisiológica direta do defeito da visão (como o caso do rim), mas por uma via indireta muito complexa da compensação sociopsicológica geral, não substituindo a função desaparecida e sem ocupar o lugar do órgão que falta (VIGOTSKI, 2019, p. 144).

Por sua vez, a concepção sociopsicológica defendida por Vigotski (2019) envolve vários fatores, como a reorganização psíquica, as relações sociais e o trabalho, que contribuem no desenvolvimento do indivíduo com deficiência, auxiliando-o a tornar-se independente e capaz de tomar suas próprias decisões.

Desses fatores, sobre a reorganização psíquica, o autor explica:

Se algum órgão, devido à deficiência morfológica ou funcional, não consegue cumprir inteiramente seu trabalho, então o sistema nervoso central e o aparato psíquico assumem a tarefa de compensar o funcionamento insuficiente do órgão, criando sobre este ou sobre a

função uma superestrutura psíquica que tende a garantir o organismo no ponto fraco ameaçado (VIGOTSKI, 2019, p. 146).

Estas concepções podem trazer explicações sobre como a educação da pessoa com deficiência visual foi deixada de lado.

Ao abordar a educação das pessoas com deficiência, é importante uma breve contextualização: somente no século XVIII foram criadas as primeiras instituições com fins educacionais para as pessoas surdas e pessoas cegas, que em sua maioria eram para esconder ou retirar da sociedade aqueles considerados fora dos padrões estabelecidos pelo sistema da época. Mas, de acordo com Silveira Bueno (1993, p. 58), existem estudiosos que relatam que foi no século XVI que começou a educação com surdos, filhos da corte na Espanha, enquanto outros foram encaminhados a asilos, vivendo de caridade e à própria sorte. O autor completa:

É preciso, também, distinguir o que significava educar crianças surdas nessa época. Enquanto, para as crianças ouvintes, a educação se constituía no ensino da leitura, da gramática, da matemática e das artes liberais, a educação de seus irmãos surdos se confinava basicamente a técnicas de desmutização ou de substituição da fala por gestos, que parece corresponder muito mais à recuperação da doença (SILVEIRA BUENO, 1993, p. 59).

Ao observarmos a descrição feita pelo autor, podemos notar que naquele tempo a deficiência já era vista como doença, buscava-se a cura e não as condições para que o sujeito se inserisse em sua comunidade. Ainda, existem controvérsias sobre quando começou essa educação

Já as pessoas com deficiência visual continuaram desassistidas e abandonadas e sem perspectivas, com exceção de alguns que faziam parte da elite, que receberam instruções formais.

Sobre aqueles com deficiência física e intelectual, relata Silveira Bueno (1993):

Ora, estiveram largados à própria sorte, lutando por condições mínimas de sobrevivência, vivendo da mendicância, ocupando leitos de hospitais ou sendo internados em asilos. Essa massa não tem nome, não tem história, não tem pátria. Eram, juntamente com muitos outros que não quiseram ou não puderam se submeter à nova ordem, a escória da qual nada mais resta senão as estatísticas dos asilos e a menção de que fazia micagens na feira ou que tocava desafinadamente uma rabeca pelas ruas em troca de alguns níqueis (SILVEIRA BUENO, 1993, p. 63).

A descrição do autor traz à tona uma realidade que deixou resquícios, como ainda pode ser observado em situações de diversão grotescas, em programas televisivos.

A partir do Renascimento, com o Humanismo (século XVIII), a visão biológica da deficiência foca o defeito orgânico, sem considerar o contexto social. É a denominação dada por Vigotski (2019, p. 142), de “biológica ingênua”, por defender a teoria da substituição dos sentidos remanescentes, centrando-se apenas no defeito da visão.

No entanto, foi nesse período que iniciou a crença na possibilidade de educação dos indivíduos com deficiência, destacando-se a obra de Jean Marc Gaspar Itard, que dirigiu o Instituto de Jovens Surdos de Paris, e Edouard Seguin, sendo que este criou um pavilhão para crianças com deficiência mental, no Hospício de Bicêtre, na França, em 1840, "que se constituiu no marco efetivo do início da educação do deficiente mental", conforme cita Silveira Bueno (1993, p. 75).

As primeiras instituições para a educação das pessoas com deficiência foram no século XVIII, em Paris², inicialmente eram para ensinar as pessoas cegas e surdas, mas se tornaram asilos com trabalhos obrigatórios.

Surdos e loucos, cegos e mendigos, todos faziam parte do movimento maior de segregação dos divergentes, dos que atrapalhavam o desenvolvimento do capitalismo e que necessitavam ser enquadrados às suas exigências, todos se encaminhando para a internação e para o trabalho forçado, manual e tedioso, parcamente remunerado, quando não em troca de um lugar no "maravilhoso espaço do asilo-escola-oficina" (SILVEIRA BUENO, 1993, p. 69 - grifos do autor).

Assim, eram retirados da sociedade os considerado um mal e uma parte a ser escondida e sem importância para os detentores do poder e dos recursos materiais.

No Brasil, os primeiros Institutos foram organizados no século XIX³ que, para Silveira Bueno (1993), eram ainda inferiores aos de Paris, como demonstrado a seguir.

² Foram duas instituições: o Instituto Real de Jovens Surdos (1760) e o Instituto Real dos Jovens Cegos (1784), ambos em Paris, na França.

³ Jannuzzi (2006) apresenta o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atualmente Instituto Benjamin Constant), em 1854, e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos), em 1856, ambos no Rio de Janeiro, sendo sua criação “marcos fundamentais para a educação especial no Brasil” (SILVEIRA BUENO, 1993, p. 85).

[...] enquanto os institutos parisienses se transformaram em oficinas de trabalho, seus similares brasileiros tenderam basicamente para o asilo de inválidos. Essa diferença reflete, por um lado, a pouca necessidade de utilização desse tipo de mão-de-obra, na medida em que uma economia baseada na monocultura para exportação não exigia a utilização dessa população pelo incipiente mercado de trabalho. Por outro lado, espelha também o caráter assistencialista que irá perpassar toda a história da educação especial em nosso País (SILVEIRA BUENO, 1993, p. 86).

Como o autor coloca, esses locais foram utilizados para demonstrar como a sociedade considerava as pessoas com deficiência inválidas e sem contribuições para a sociedade.

No início do século XXI, a concepção biológica da deficiência ainda se encontra embasando as políticas públicas e formação de professores, sendo chamada de Modelo Biomédico. E as lutas empreendidas pelos movimentos sociais das pessoas com deficiência têm sido para além da valorização do diagnóstico médico, possibilitando as condições necessárias para a validade social e o desenvolvimento da supercompensação⁴.

As próprias pessoas com deficiência começaram efetivamente a se manifestarem, organizando seus movimentos e inserindo-se nas lutas sociais. A partir da década de 1970, o "Movimento pelos Direitos do Deficiente" atua em vários países, nas lutas dos mutilados na Guerra Mundial, destacando-se o grupo britânico "União dos Deficientes Físicos Contra a Segregação" (UPIAS) e o norte-americano "Movimento pela Vida Independente" (ILM), que eram compostos e tinham na liderança pessoas com deficiência (PICCOLO, 2012, p. 59 apud SILVA; TURECK; ZANETTI, 2017, p. 13). Também no Brasil houve movimento semelhante, ainda na década de 1950, quando foi fundado o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos.

Esses movimentos sociais subsidiaram o Modelo Social da deficiência, pelo qual a pessoa com deficiência não pode ser considerada somente do ponto de vista de seu corpo, mas como uma pessoa que faz parte de uma sociedade que possui padrões, os quais são impostos a essas pessoas e as oprimem, como exposto:

⁴ A supercompensação ocorre quando, na falta de funcionamento ou defeito de algum órgão, há uma reorganização do organismo, conforme exposto por Vigotski (2022, p.71): "O sentimento ou a consciência que surge no indivíduo por causa do defeito é a valoração de sua posição social e converte-se na principal força motriz do desenvolvimento psíquico".

[...] o modelo social se antepõe radicalmente a esta conjuntura ao deslocar o problema da deficiência do indivíduo para a sociedade. É a estrutura social que desabilita e cria a deficiência devido à falta de serviços e oportunidades adequadas para assegurar a plena e incondicional inclusão social de todos [...]. A deficiência não é uma consequência natural do corpo lesionado, e, sim, uma imposição social relacionada a não adaptação da diferença (PICCOLO, 2012, p. 73).

O autor mostra que não é o sujeito que deve se adaptar à sociedade, mas a sociedade deve buscar maneiras para garantir a participação plena das pessoas com deficiência.

A partir da Convenção da ONU - Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - que foi incorporada à Constituição Brasileira (BRASIL, 2011), começou-se a discutir esse Modelo Social da deficiência, considerando a pessoa com deficiência como sujeito no contexto social e, para seu desenvolvimento, se faz necessária a eliminação de todas as barreiras. A Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI)⁵ incorporou no seu texto a definição da Convenção a respeito da pessoa com deficiência:

Art. 2º - Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. de pessoa com deficiência (BRASIL 2015).

As barreiras, termo presente no artigo acima, remetem à questão da acessibilidade, atualmente um dos termos mais usados na perspectiva da inclusão social, que deve ser garantida à pessoa com deficiência em todos os espaços sociais, nas edificações, nas comunicações e nas atitudes das pessoas.

A concepção científica e sociopsicológica da deficiência (VIGOTSKI, 2019) é contribuição da Psicologia Histórico-Cultural e encontra-se na obra Fundamentos de Defectologia, que é o tomo 5 da publicação das Obras Completas do autor.

Vigoski (2019, p. 141) defende que a falta da visão mobiliza forças no sujeito e provoca em seu organismo uma reorganização cerebral e psíquica, assim produzindo a compensação deste defeito. "A palavra vence a cegueira", escreveu Vigotski (2019,

⁵ Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

p. 153), reforçando o significado da linguagem como instrumento da pessoa cega para conhecer o mundo, importante para o processo de aquisição das aptidões necessárias à aprendizagem e ao desenvolvimento humano, assim como para o estabelecimento das relações interpessoais.

Apesar da mudança de concepções, por muito tempo as pessoas com deficiência da classe trabalhadora não tiveram acesso ao ensino básico e nem ao ensino superior.

Na sequência, aborda-se a educação inclusiva e o AEE, como concretização da educação especial para alunos com deficiência visual.

1.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Ao tratar sobre a educação da pessoa com deficiência visual não podemos deixar de refletir sobre o que se refere à sua inclusão, que para se efetivar implica em que sejam deixados de lado conceitos já ultrapassados e que não agregam a esta realidade em que os cegos e pessoas com visão reduzida buscam sua inserção no ambiente educacional, sem ser em classes ou escolas especiais.

A inclusão ainda é considerada um objetivo não efetivado de maneira total, apesar de muito se discutir em diversos eventos e publicações científicas, e a Convenção da ONU - Convenção Internacional sobre os Direitos de as Pessoas com Deficiência estar na legislação nacional como emenda à Constituição (BRASIL, 2011).

Para uma melhor relação se faz necessário trazer um pouco do histórico de como as pessoas cegas se inseriram na educação brasileira.

A educação de cegos iniciou, no Brasil, no século XIX, com o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atualmente Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro.

No dia 17 de setembro de 1854 seria inaugurada, na Rua do Lazareto, nº 3, do bairro da Gamboa, Rio de Janeiro, a instituição pioneira na educação especial da América Latina: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.

O aumento do número de alunos, vindos de todos os estados brasileiros, exigiu novas instalações. Para atender à demanda crescente, foi idealizado e construído a sede atual. A mudança definitiva para o majestoso prédio de estilo neoclássico localizado na antiga Praia da Saudade, hoje Praia Vermelha, aconteceu no dia 26 de fevereiro de 1891, poucos meses antes do decreto que mudou

novamente o nome da instituição para Instituto Benjamin Constant, que permanece até hoje.

Fechado em 1937 para a conclusão da 2ª e última etapa do prédio, o IBC reabriria as portas em 1944. Em setembro de 1945, criou seu curso ginasial, que veio a ser equiparado ao do Colégio Pedro II em junho de 1946. Com isso, abriram-se as portas das escolas secundárias e universidades aos alunos cegos que saíam do IBC aptos a prosseguir nos estudos e preparados para a vida (IBC, 2021).

O Instituto Benjamin Constant deu início à criação de inúmeros institutos para cegos nos estados brasileiros, predominantemente em suas capitais.

No Paraná, o Instituto Paranaense de Cegos (IPC) foi fundado em 1 de fevereiro de 1939, na cidade de Curitiba⁶. Instituição filantrópica atualmente conveniada com a SEED/PR, o IPC manteve a escola para cegos por oitenta anos, tendo realizado um processo de desativação e instituindo-se em Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) na área da deficiência visual, pelo reconhecimento de que a escolarização de cegos deve ocorrer na escola comum, o que está exposto no sítio eletrônico do próprio IPC:

Fundada em março de 1941, a Escola Professor Osny Macedo Saldanha – modalidade Educação Especial está em processo de cessação gradativa. Até 2021, estarão encerradas suas atividades porque se entende que pessoas com deficiência visual não têm necessidades educacionais especiais que se diferem da grade curricular adotada nas escolas de ensino regular. São necessárias apenas pequenas adaptações, como o uso do braille, soroban, materiais pedagógicos ampliados, figuras e gravuras em alto relevo e com contraste de cores, para o caso de estudante com baixa visão (IPC, 2021).

Aqui se faz necessário anotar que, durante discussões em seus Seminários, a ACADEVI e outras Entidades de cegos destacaram a importância de o IPC não ser utilizado como ‘escola de cegos’, mas um espaço de debates, discussões, formação política das quais as pessoas com deficiência visual pudessem usufruir (ACADEVI, 2019).

O atendimento educacional especializado, ofertado para as pessoas com deficiência e com necessidades especiais, existe desde o final da década de 1980, em Cascavel, Paraná, através dos Centros de Atendimento Especializado nas

⁶ Disponível em: <https://novoipc.org.br/noticias/nesta-terca-feira-o-ipc-completa-83-anos/> Acesso em: 20 jun. 2022.

diversas áreas de deficiência, regulados pela Deliberação nº 020/1986 – CEE/PR (PARANÁ, 1986).

O primeiro Centro de Atendimento Especializado para pessoas com deficiência visual (CAEDV) foi instalado no Colégio Estadual Eleodoro Ébano Pereira, por professoras que concluíram a formação específica nessa área, na FECIVEL – hoje Unioeste. O início deu-se, de acordo com o sítio eletrônico do Colégio, em 28 de setembro de 1987, como se lê:

Em meados de 1987, alguns professores do curso de Estudos adicionais na área de Deficiência Visual constataram um grande número de cegos na comunidade. Sentindo a necessidade de abertura de um centro de atendimento especializado, os profissionais da escola, ao lado de órgãos públicos municipais e estaduais, reivindicam este atendimento, efetivado em 28 de setembro daquele ano (www.csceleodoropereira.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteúdo.php?conteudo=11).

Uma das professoras que participou dessa implantação foi a Lucia Terezinha Zanato Tureck, que tem atuado na área da educação especial e escrito sobre o atendimento e o processo de escolarização das pessoas com deficiência visual.

Esses centros de atendimento da época podem ser considerados precursores do AEE, o qual foi estabelecido a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008; 2011a).

Para cumprir as legislações existentes que preconizavam a educação inclusiva no sistema de ensino brasileiro, várias providências foram tomadas, já durante a primeira década do século XXI, como a transformação do FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento de Ensino Fundamental em FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica⁷. Dentre suas regulamentações há a possibilidade da dupla matrícula com financiamento do MEC, ou seja, na classe do ensino comum e a matrícula no contraturno escolar para o AEE.

⁷ Em substituição ao Fundef, foi criado o Fundeb pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, com vigência estabelecida para o período 2007-2020. Com o fim da vigência do Fundeb definido para 31 de dezembro de 2020, a discussão em torno da continuidade do Fundo como mecanismo de financiamento da educação básica passou a ser tratada como pauta prioritária no Congresso Nacional. Como resultado, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, que tornou o Fundeb permanente e, dentre outros avanços, elevou a participação da União no financiamento da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio. Além disso, previu o aumento de recursos da complementação da União e o aprimoramento dos critérios de distribuição desses recursos (<https://www.fnde.gov.br/index.php/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/historico>).

Foi, então, em janeiro de 2008 que o MEC publicou o documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o qual foi seguido de Decretos normativos, Resolução do Conselho Nacional de Educação e de Notas Técnicas do MEC (BRASIL, 2008; 2009a; 2011b), sendo implantadas as chamadas Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns.

Assim, o AEE foi regulamentado pelo Conselho Nacional de Educação, através da Resolução nº 004/2009, baseada no Parecer nº 013/2009, do mesmo Conselho (BRASIL, 2009a; 2009b).

Há que se considerar que o tema da educação inclusiva já vinha sendo debatido, desde a última década do século XX, pelo movimento de pessoas com deficiência em diversas frentes, como encontros temáticos, seminários e outras atividades que objetivavam proporcionar a ampliação de conhecimentos sobre as lutas travadas pelos próprios sujeitos com algum tipo de deficiência. E o documento do MEC apontou objetivos que eram esperados:

[...] o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: · Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; · Atendimento educacional especializado; · Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; · Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; · Participação da família e da comunidade; · Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e · Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008).

Em relação ao AEE, possibilita que os alunos com deficiência visual, no período escolar do ensino fundamental e médio, tenham acesso e aprendam a manusear os materiais específicos, adquiram conhecimentos sobre os programas e *softwares* de tecnologia acessível, que irão permitir-lhes que, na sala de aula comum com os demais colegas sem deficiência, acessem aos conteúdos curriculares, conhecimentos esses historicamente construídos. Neste processo, destaca-se a necessidade de a criança cega ou com visão reduzida acessar o braille, dominando, assim, uma forma de leitura e escrita. Nesse sentido, existem normas e instruções para essas atividades ocorrerem e como elas se organizam.

A realização do AEE ocorre em dois tipos de Salas de Recursos Multifuncionais. Na sala de recursos multifuncional tipo 1 são atendidos alunos com diversos transtornos e deficiências, como autismo, TDAH, altas habilidades, entre outros. Já a sala de recursos multifuncional tipo 2 é voltada para as pessoas com deficiência visual, cegas e com visão reduzida e as surdo-cegas.

O AEE deve ocorrer em articulação com o ensino regular, pois é primordial nas atividades que possam contribuir com a aprendizagem e desenvolvimento da pessoa com deficiência e proporcionar a autonomia do sujeito em diversos âmbitos.

Para a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011b, define no artigo 1º as diretrizes da Educação Especial, sendo a primeira: “garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades”; e coloca a Educação Especial como responsável pelo AEE, como exposto:

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o **caput** serão denominados

I - Complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - Suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2011b).

De acordo com a Resolução CEB/CNE nº 4, de 02/10/2009, o público-alvo do AEE é constituído por:

I - Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II - Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III - Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as

áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009a).

De acordo com o texto acima, se faz necessária a identificação do público, a definição de como e onde estas pessoas serão atendidas e como serão organizados os AEEs de acordo com suas necessidades, bem como, a importância deste trabalho e qual é a função específica do Atendimento Educacional Especializado.

Conforme a citada Resolução CEB/CNE nº 4, de 02/10/2009,

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem (BRASIL, 2009a).

O texto é claro em afirmar que as atividades proporcionadas no AEE não substituem o ensino regular e nem podem possuir cunho assistencial, mas, com o trabalho em conjunto com os demais professores da escola, proporcionar aos alunos com deficiência o acesso de maneira plena aos conteúdos do currículo escolar.

Em relação à formação dos profissionais que atuarão nesse serviço, o artigo 12 coloca: “Para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial”. As atribuições de quem atua ou vai atuar nesses espaços estão detalhadamente expostas no Art. 13:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II - elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III - organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV - acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V - estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI - orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII - ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (BRASIL, 2009a).

A formação desses trabalhadores deve ser contínua e de qualidade, com a formação nas graduações, pós-graduações e nas atividades promovidas pelas secretarias estaduais e municipais de educação, como formação continuada, e demais instituições e movimentos sociais. A relevância da formação continuada se apoia também na análise da prática pedagógica desenvolvida, confrontando-a com a teoria que a embasa, para os avanços serem possíveis.

De acordo com o Manual de Orientação de Implantação das salas de recursos multifuncionais (2010), divulgado pelo MEC, devem conter:

2.3.1. Especificação dos itens da Sala Tipo I:

Equipamentos

- 02 Microcomputadores
- 01 Laptop
- 01 Estabilizador
- 01 Scanner
- 01 Impressora laser
- 01 Teclado com colméia
- 01 Acionador de pressão
- 01 Mouse com entrada para acionador
- 01 Lupa eletrônica

Materiais Didático/Pedagógico

- 01 Material Dourado
- 01 Esquema Corporal
- 01 Memória de Numerais I
- 01 Bandinha Rítmica
- 01 Tapete Alfabético Encaixado
- 01 Software Comunicação Alternativa
- 01 Sacolão Criativo Monta Tudo
- 01 Quebra Cabeças - seqüência lógica
- 01 Dominó de Associação de Idéias
- 01 Dominó de Frases
- 01 Dominó de Animais em Libras
- 01 Dominó de Frutas em Libras
- 01 Dominó tátil
- 01 Alfabeto Braille
- 01 Kit de lupas manuais
- 01 Plano inclinado – suporte para leitura
- 01 Memória Tátil

Mobiliários

- 01 Mesa redonda

04 Cadeiras
 01 Mesa para impressora
 01 Armário
 01 Quadro branco
 02 Mesas para computador
 02 Cadeiras (BRASIL, 2010, p. 11).

Segundo o mesmo documento, a SRM - tipo II, que é para pessoas com deficiência visual, também possui estes itens, acrescidos de mais alguns, como segue:

2.3.2. Especificação dos itens da Sala Tipo II:

A sala de tipo II contém todos os recursos da sala tipo I, adicionados os recursos de acessibilidade para alunos com deficiência visual, conforme abaixo:

Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico

01 Impressora Braille – pequeno porte
 01 Máquina de datilografia Braille
 01 Reglete de Mesa
 01 Punção
 01 Soroban
 01 Guia de Assinatura
 01 Kit de Desenho Geométrico
 01 Calculadora Sonora (BRASIL, 2010, p. 11-12).

Ainda de acordo com o Manual de Orientação, os itens são provenientes de licitações em que diversas empresas participam em razão da variedade de materiais necessários. As escolas e centros somente receberam estes equipamentos encontrando-se com todas as documentações e registros regularizados, ficando o MEC responsável por fiscalizar este processo. Importa registrar que as entregas dos equipamentos, materiais pedagógicos e mobiliário foram realizadas em diversas etapas, sem sincronia entre elas, havendo mesmo dificuldades nas escolas em saber o que eram e para qual serviço se destinavam.

Ao incorporar as diretrizes relativas do AEE dentro da política de educação inclusiva, modificações ocorrem como: a Instrução nº 06/2016, publicada pelo Departamento de Educação Especial do Paraná, que coloca a mudança de nomenclatura do CAEDV, para SRM - Tipo II, voltada para área visual, explicitando os serviços a serem executados, como colocam Silva, Tureck e Zanetti (2021):

Em 2016, a SEED publicou a Instrução n.º 06/2016, a qual estabelece critérios para o AEE em Sala de Recursos Multifuncionais no Ensino Fundamental - anos finais e Ensino Médio - Deficiência Visual. A partir

dessa Instrução, o Estado do Paraná deixa de aplicar o termo CAEDV ao programa que realiza o atendimento no contraturno na rede regular de ensino, que passa a ser denominado de Sala de Recursos Multifuncional - área visual. Não há mudanças profundas na Instrução, além de deixar de considerar a Educação Infantil e o Ensino Fundamental anos iniciais; embora entenda que o atendimento deve ser iniciado a partir dos 06 anos para os alunos regularmente matriculados; entende as crianças menores como pessoas da comunidade com cegueira ou baixa visão, desconsiderando a legislação que torna obrigatória a escolaridade a partir dos 4 anos. Ainda, excluía a possibilidade de atendimento às pessoas adultas não matriculadas na rede estadual, o que causou reações no movimento social de pessoas cegas, pois considera-se pertinente os adultos poderem ser ali atendidos, já que não há outro espaço para tal atendimento, e é considerável a ocorrência de pessoas da comunidade em geral que perdem a visão. Embora sempre na berlinda para sua extinção, o atendimento às pessoas cegas e com baixa visão da comunidade tem sido defendido pelo movimento de pessoas com deficiência visual como um atendimento necessário e fundamental ofertado na rede regular de ensino. Sem ele essas pessoas estariam abandonadas à sua própria sorte, sem um atendimento que pudesse lhe possibilitar o conhecimento dos diversos recursos para enfrentarem a situação da perda da visão e a retomada, quando necessária, de seus estudos e de sua vida laboral e em sociedade.

O fato de alunos cegos ou com baixa visão estudarem na rede regular de ensino não significa que todas as suas especificidades e necessidades estejam automaticamente supridas. Para que eles possam frequentar a escola comum, tendo acesso aos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, conhecimentos científicos que compõem o currículo escolar, são necessários recursos e equipamentos adaptados, a exemplo de máquina de datilografia braille, reglete, punção, sorobã, lupas, livros didáticos em braille e com caracteres ampliados, entre outros, além do conhecimento e uso da informática acessível (SILVA; TURECK; ZANETTI, 2021, p. 172 - 173).

As autoras abordam a importância de se possibilitar ao aluno com deficiência o acesso aos conhecimentos científicos e como se faz necessário o acesso aos materiais e equipamentos adaptados de forma correta, pois fato de estar inserido na escola não garante ao sujeito pleno desenvolvimento, autonomia e pensamento crítico. Há no texto citado menção aos embates entre a SEED e a sociedade, através do movimento organizado de pessoas com deficiência visual, pois a restrição no AEE, deixando de fora crianças bem pequenas e adultos que adquirem a deficiência visual fora da idade escolar, é prejudicial à continuidade de suas vidas, autonomia, estudos, até mesmo trabalho.

A efetivação do AEE nos municípios de Cascavel e Toledo, assim como em muito outros no interior do Paraná, para alunos com deficiência visual têm

possibilitado acesso à escolarização nas escolas comuns na educação básica, ou seja, ensino fundamental e médio. A partir dessa possibilidade, o acesso ao ensino superior gradativamente vai sendo possível, cuja exposição é o tema do capítulo seguinte.

2. O ACESSO E A PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E A ACADEVI COMO MOVIMENTO SOCIAL DE PESSOAS CEGAS E COM VISÃO REDUZIDA

Na busca de se evidenciar como ocorre a inclusão das pessoas com deficiência visual no ensino superior e como elas permanecem nos cursos e os concluem com êxito, convém uma análise das condições que esses acadêmicos enfrentam e de como os docentes se organizam em relação ao processo de ensino, aos materiais pedagógicos e aos demais recursos utilizados em sala de aula, à avaliação pedagógica, sem deixar de pensar na educação dos trabalhadores, que apesar de terem conquistado o direito de estar nas escolas e universidades através de muitas lutas, ainda tem várias barreiras sociais, econômicas e institucionais.

No século XIX, o filósofo Karl Marx (1984) já afirmara que a sociedade capitalista é regida por poucos que possuem as grandes riquezas, assim deixando de lado os trabalhadores que são explorados cada vez mais e ficam sem condições de obter uma educação plena, com conhecimentos científicos.

Adam Smith (1996), em relação ao trabalho, coloca que a meritocracia faz parte do desenvolvimento e remuneração, referindo-se à atividade docente:

A reputação na profissão é ainda de alguma importância para o professor, que depende um tanto, outrossim, da afeição, da gratidão e do conceito favorável dos que ouviram suas preleções; e a melhor maneira de despertar esses sentimentos favoráveis é merecê-los, isto é, demonstrar capacidade e diligência no desempenho de cada um de seus deveres (SMITH, 1996, p. 229).

Na sociedade atual, esta concepção é bastante propagada por meio de governantes que demonstram para população que isto é o ideal, não se atentando a outras questões, como condições concretas de vida, econômicas e do meio em que vivem, das condições materiais necessárias à sobrevivência, e por muitas vezes não proporcionam as condições necessárias para um desenvolvimento do sujeito e o seu exercício profissional no magistério.

Levando em conta que Smith (1996) defende que é bom investir em propriedades privadas - individual, assim defendendo o "Estado mínimo", permitindo a "liberdade de escolha", se faz cada vez mais relevante que os movimentos sociais de trabalhadores possibilitem oportunidades para que os sujeitos consigam conhecer a realidade e como são vistos pelos donos do capital. Ainda, o autor defende que a

concorrência é um fator positivo e que impulsiona o sujeito a procurar uma formação e aperfeiçoamento. Afirma que os próprios trabalhadores devem financiar sua educação e prover o salário de seus professores para que sejam estimulados, o Estado até pode financiar, mas para o economista isto não impulsiona o profissional a se dedicar. Escreveu Smith (1996, p. 231):

[...] A rivalidade e a emulação tornam o mérito, mesmo nas profissões mais humildes, objeto de ambição, gerando muitas vezes os mais satisfatórios empenhos. Ao contrário, os grandes objetivos, por si sós, e se não forem apoiados na necessidade de aplicação, raramente têm sido suficientes para originar algum empenho considerável.

No entanto, para os indivíduos com deficiência, na época, restava outra realidade, conforme expõe Silveira Bueno (1993):

Aos cegos e surdos pobres se reservava trabalho manual imbecilizado, um arremedo de salário, quando muito, ou senão um catre e um prato de comida. Os que não tiveram o infortúnio de nascerem pobres, marca muito mais significativa do que a surdez e a cegueira, apesar de sofrerem limitações impostas por suas deficiências, puderam, contudo, usufruir da vida familiar e da riqueza produzida (SILVEIRA BUENO, 1993, p. 70).

Como afirma Gramsci (2004), "[...] seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais" (GRAMSCI, 2004, p. 18). Na sociedade capitalista, infelizmente, as pessoas que não possuem o poder e riquezas devem ter o conhecimento mínimo para que possam ser explorados nas indústrias e outras produções, desejadas como mão de obra literalmente, pois quem pensa faz parte do setor gerencial, aumentando cada vez mais o lucro, havendo condições ínfimas para a classe trabalhadora sobreviver.

Observando as afirmações podemos relacionar com os acontecimentos atuais não somente nas fábricas, mas também na educação.

Em 2021, essas questões estão presentes, pois devido à pandemia da Covid-19 que se alastrou no Brasil e no mundo no início de 2020, as atividades remotas e as necessidades dos alunos da classe trabalhadora, com e sem deficiência, se tornaram mais evidentes, seja por questões econômicas ou especificidades que foram escancaradas ao longo do tempo, demonstrando a fragilidade da educação ofertada aos trabalhadores e seus filhos.

Com as aulas em escolas de educação básica e universidades de forma remota, sem as condições materiais, psicológicas e emocionais atendidas, infelizmente houve interferências nos processos de ensino e de aprendizagem pela alteração drástica da rotina de estudantes, professores e famílias. E, ainda nos meses finais de 2021, a vacinação encontrava-se em patamar que não garantia segurança para o retorno presencial das atividades escolares, como aponta Ferrante et al (2021):

Com apenas 57.3% da população de Cascavel, estado do Paraná, devidamente imunizada (considerando-se segundas doses + doses únicas), as medidas não-farmacológicas ainda devem ser mantidas para conter a pandemia da COVID-19: distanciamento social, evitar aglomerações em locais fechados, uso de máscaras e higienização das mãos.

Em meados de 2022, as aulas presenciais retornaram, mas a Covid-19 ainda ronda as escolas e as universidades, impõe afastamentos temporários a professores e alunos, além do enfrentamento às sequelas existentes naquelas pessoas que contraíram a doença de forma grave, considerando ainda o emocional daquelas que tiveram perdas de familiares.

As pessoas com deficiência ainda são minoria entre os alunos do ensino superior, porém em Cascavel e Toledo houve um crescimento de aprovados nos vestibulares desde o final da década de 1990, o que nos permite refletir e analisar quais as condições de acesso, permanência e conclusão de cursos por esses sujeitos na universidade e as condições para isso ocorrer, e como uma entidade de luta e defesa de direitos pode contribuir para os avanços acontecerem.

Vigotski (2019) escreveu:

[...] o cego como personalidade, como uma unidade social [...] tem a linguagem e, junto com ela, a possibilidade da validade social. Desse modo, a *leitlínea* na psicologia do homem cego está dirigida à superação do defeito por meio de sua compensação social, por meio do conhecimento da experiência dos videntes, por meio da linguagem. A palavra vence a cegueira (VIGOTSKI, 2019, p. 153).

Renomado teórico da educação do início do século XX, Vigotski já enfatizava a relevância de a própria pessoa com deficiência visual se posicionar através da linguagem, mas para isto ocorrer fazem-se necessárias condições para a aprendizagem e o desenvolvimento; uma das formas é proporcionar o acesso aos

conhecimentos científicos, historicamente produzidos pela humanidade, e as condições sociais e econômicas para tornar possível tal aquisição.

Quanto ao ensino superior, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste é uma referência de ensino público na região, também em relação à inclusão de pessoas com deficiência em diversos cursos, como ainda em inserção no trabalho, e com especificidades como cegueira, surdez, paralisia cerebral, tetraplegia, transtornos funcionais, como dislexia, TDAH (IACONO et al, 2014).

Esse processo de inclusão teve início em 1996 com o ingresso de uma acadêmica com visão reduzida, sendo a ela disponibilizada a ampliação de textos. No ano seguinte, no concurso vestibular foi aprovado um aluno cego, o qual lutou juntamente com professores e o movimento social da ACADEVI pela criação do Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais, comumente chamado de Programa de Educação Especial (PEE), que se deu em julho de 1997. O PEE foi criado com a função de promover as condições para a adaptação dos textos científicos e de materiais didáticos para as pessoas cegas e com baixa visão e no auxílio ao uso das tecnologias assistivas, incluindo ainda orientação aos docentes quanto às práticas pedagógicas. Tureck et al (2017) apresentam dessa forma o Programa:

O chamado cotidianamente de PEE – Programa de Educação Especial possui um colegiado do qual faz parte a Comunidade Externa, com representantes membros de Associações de Pessoas com Deficiência e dos serviços de Educação Especial da rede municipal e estadual de ensino, uma vez que a característica do PEE é a articulação com os movimentos sociais da área, com a Educação Básica e com a formação continuada de professores. Dentre seus objetivos, encontra-se primeiramente o provimento de condições de acesso e permanência das pessoas com deficiência ao ensino superior. Essa responsabilidade está manifesta na oferta de serviços que concretizam condições de acessibilidade ao conhecimento científico de acordo com os currículos dos cursos de graduação e de pós-graduação (TURECK et al, 2017, p. 1315).

Como expõem Silva e Silva (2015):

Em seus 15 anos de existência, o PEE tem uma relação estreita com a organização social das pessoas com deficiência e com instituições da rede municipal e estadual de ensino, com vistas a definir diretrizes e desenvolver atividades que estejam em conformidade com as necessidades postas por essas categorias de pessoas. Essa articulação se desdobra em uma série de ações e políticas que vêm

sendo desenvolvidas e implementadas no interior da Universidade (SILVA e SILVA, 2015, p. 146).

Ao completar 20 anos de atuação, em 2017, o PEE seguiu avançando na realização de seus objetivos, melhorando as condições para atendimentos dos acadêmicos com deficiência, como exposto a seguir.

Os acadêmicos e os Docentes surdos contam com o acompanhamento de profissionais Tradutores Intérpretes de Libras nas aulas e em outras atividades, como palestras e eventos.

Quanto à adaptação dos textos científicos aos acadêmicos cegos ou com visão reduzida, o processo é realizado pelos Estagiários do PEE e pelos Bolsistas de Extensão. O processo inicia com o encaminhamento dos textos pelos Docentes, sendo escaneados com o uso de *software ABBYY FineReader 9.0 Professional Edition*; em seguida, faz-se a correção ortográfica, pois nem todas as palavras ficam corretas no escaneamento, seguindo-se os procedimentos específicos de paginação, notas de rodapé e formatação para a adequada leitura pelos *softwares* leitores de tela que são utilizados; os textos prontos com as normas da ABNT são enviados por e-mail aos acadêmicos.

O apoio pedagógico com Técnicos para leitura e transcrição de aulas é disponibilizado aos acadêmicos que apresentam necessidades específicas, como no caso de dislexia, tetraplegia e tetraparesia, com comprometimento dos membros superiores e afasia, ou outras situações de dificuldades no processo de estudo e aprendizagem. O Técnico Transcritor / Ledor acompanha o acadêmico nas aulas e nos horários de apoio didático prestado pelo seu professor, assim como também em horários de estudo necessários (IACONO et al, 2014; 2016).

Em relação à acessibilidade nas aulas, a atuação junto aos docentes é fundamental, sendo realizada com descrito:

A presença de acadêmicos com deficiência na sala de aula requer um olhar diferenciado do Docente com base em conhecimentos que nem sempre ele possui. Para atender a essa especificidade, o PEE realiza reuniões com os docentes dos Colegiados de Cursos, expondo as formas de atendimento às necessidades especiais dos acadêmicos, as adaptações curriculares necessárias, as formas de avaliação e a dilação do tempo de provas, abrindo um canal de diálogo que se estende pelo período do Curso (TURECK et al, 2017, p. 1317).

Atividades significativas seguem realizadas como a promoção de eventos científicos – Seminário do PEE a cada dois anos –, contribuição nos processos de formação continuada de professores das redes municipal e estadual de ensino,

palestras e grupos de estudos. Na universidade, o PEE propõe e acompanha as constantes adequações de acessibilidade arquitetônica.

Em conjunto com discentes, profissionais do setor, membros externos e representantes da ACADEVI, o PEE organizou o “Manual de adaptação de textos” que visa a contribuir na adaptação de textos para os acadêmicos com deficiência visual, sendo o mesmo periodicamente atualizado.

Uma mudança importante deu-se nos últimos anos com a implantação da função de Docente para o AEE, substituindo o técnico transcritor – leitor. Diante das dificuldades para contratar pessoal técnico, o PEE buscou na legislação as bases do AEE e estabeleceu uma discussão interna que recebeu apoio das instâncias superiores, alcançando a aprovação do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CEPE, com a regulamentação da função pela Resolução nº 005/2021 – CEPE, em 23 de março de 2021 (UNIOESTE, 2021).

Neste ano de 2022, foram criadas cotas para pessoas com deficiência nos cursos de graduação e pós-graduação da Unioeste, em cumprimento à Lei estadual nº 20.443, de 18 de dezembro de 2020 (PARANÁ, 2020). O CEPE aprovou e regulamentou a aplicação dessas cotas na universidade através da Resolução nº 003/2022-CEPE, em 24 de março de 2022 (UNIOESTE, 2022).

Tais avanços não são isolados ou destituídos de fundamentos, pois

A relação com as pessoas com deficiência, a oferta e a organização de serviços citados aos acadêmicos com deficiência, bem como a avaliação dessas ações, desafiaram os membros do Programa ao estudo e à pesquisa, o que resultou no conhecimento e aprofundamento da Psicologia Histórico Cultural, mais especificamente, nos “Fundamentos de Defectologia”, de autoria de Lev S. Vigotski, que se encontra no tomo cinco “Obras Completas” (VIGOTSKI, 1997), que reúne artigos do autor sobre a Educação Especial.

Os fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural em relação aos processos de aprendizagem e de desenvolvimento superam a visão biológica tradicional. Particularmente em relação à deficiência, ocorre uma mudança completa de concepção que conduz a práticas sociais e pedagógicas anteriormente não concebidas, isto porque o enfoque mítico e biológico colocava incapacidade nas pessoas, sendo fatalista e determinista em relação ao futuro das pessoas com deficiência.

.....

Avançar com a visão vigotskiana da deficiência tem significado aos membros do PEE a necessidade de aprimorar seus procedimentos na visão de uma educação realmente inclusiva, particularmente em relação às suas crenças a respeito da identidade, da autonomia e das

possibilidades de aprendizagem dos acadêmicos com deficiência (TURECK et al, 2017, p. 1316).

As reflexões e atividades no PEE desenvolveram-se ao longo dos 25 anos, que se completam neste ano de 2022, para efetivar a inclusão no mundo acadêmico, no trabalho, na sociedade, destacando-se um processo de colaboração entre os que lutam contra a segregação e a favor da permanência do aluno com deficiência na educação básica e no ensino superior e, também, ao acesso ao trabalho de maneira plena.

A luta pelo ensino superior na região oeste e sudoeste do Paraná se tornou mais efetiva por meio da luta organizada por estudantes e profissionais que buscavam o ensino público e eficiente, de acordo com Pádua (2018):

O movimento pela estadualização [das Faculdades Municipais de Cascavel, Foz do Iguaçu, Marechal Cândido Rondon e Toledo] teve início com os estudantes e, posteriormente os funcionários e professores das faculdades isoladas incorporaram-se a ele, construindo assim, um movimento unificado, que ganhou força no sentido de resistir e de realizar o desejo de ter no Oeste e sudoeste paranaense uma universidade pública.

"O fato de ser o Oeste paranaense importante no cenário estadual, nacional e internacional, pela sua fabulosa produção agrícola, não foi fator essencial para convencer os governantes do Estado de que o Oeste necessitava ensino superior para seus filhos aqui na região" (BALBINOTTI, 2005, apud PADUA, 2018, p. 18).

Como podemos perceber, não foi por meio de boa vontade do estabelecimento de um grupo e nem por quem possuía o poder que se possibilitou o ensino superior de forma pública, mas, sim, por meio de organização dos estudantes em conjunto com diversos movimentos, como afirma Pádua (2018):

Ou seja, durante a trajetória de luta para a conquista da universidade, se fez necessário a união de vários movimentos sociais da sociedade civil da região, para ampliar as mobilizações e garantir a autorização e financiamento da universidade pública. A efervescência dos movimentos sociais na década de 1980 no país, que lutavam pela redemocratização, contribuiu para uma grande participação popular na Região Oeste do Paraná, iniciando um movimento para reivindicar ensino superior público (PÁDUA, 2018, p. 106).

A implantação de universidade pública no oeste do Paraná é um feito do conjunto de forças populares, com isto a Unioeste foi uma conquista alcançada por

diversos segmentos, incluindo as pessoas com deficiência visual. Foi por isso que se deu a possibilidade de as pessoas com deficiência da classe trabalhadora ingressarem no ensino superior gratuito.

Registra-se um crescimento do número de ingressantes nos últimos vinte e cinco anos, em graduações e em pós-graduações, como mestrado e doutorado, principalmente na área da educação, com Pedagogia, Letras, Ciências Sociais, Filosofia, ainda no Mestrado e Doutorado em Educação e Doutorado em Filosofia, na área da saúde com Fisioterapia, nas exatas com Ciência da Computação, nas sociais aplicadas com Administração e Direito. Mas ainda não é a maioria das pessoas com deficiência que tem acesso a este ensino.

Pensando nisto, pode-se observar que existem várias pessoas com deficiência com qualificações acadêmicas, mas infelizmente poucas pessoas estão empregadas e as que trabalham geralmente são servidores públicos que ingressaram por meio de concursos, no âmbito federal, estadual e municipal.

Discussões realizadas durante as aulas do Mestrado em Educação - linha de pesquisa História da Educação, na Unioeste, campus de Cascavel, possibilitaram diversas reflexões e análises sobre como se encontra o ensino fundamental, médio e superior no Brasil, bem como a percepção de que as relações econômicas vêm se demonstrando cada vez mais responsáveis pela exclusão da classe trabalhadora do direito ao conhecimento científico ao longo da história. Isto nos permite fazer uma análise do contexto atual, bem como a participação no movimento de pessoas com deficiência visual, com a ACADEVI, que contribui para que seus associados possam ter acesso a leituras e discussões em defesa e garantia dos direitos da classe trabalhadora.

Favoretto (2008) expõe uma análise sobre a educação e escola:

[...] podemos afirmar que, para Marx, a escola ou o acesso ao conhecimento não produziria a igualdade e nem determinaria o processo revolucionário. Para ele, as condições de igualdade social residiam no desenvolvimento do processo produtivo e as classes sociais e o conhecimento seriam partes integrantes desse processo. Neste sentido, por mais que Marx pensasse o processo histórico na perspectiva de luta de classes, no que se refere à escola, a preocupação não era sua adesão à classe operária. Também no caso do ensino politécnico, Marx o considerava como o mais adequado às condições de liberdade humana que o desenvolvimento industrial havia gerado. Deste modo, sem se apoiar na escola como elemento transformador, Marx entendia que a educação escolar seria eficiente

para a combinação da formação intelectual, física e teórica com o trabalho (FAVORETO, 2008, p. 40).

A escola não tem o papel de formar sujeitos revolucionários e nem intelectuais, mas esta mesma instituição pode oferecer os conhecimentos científicos que ao longo do processo contribuem, em conjunto com a participação em movimentos que tem o objetivo de lutar em conjunto com os trabalhadores, para sua emancipação.

E são as lutas que contribuem para que algumas mudanças favoráveis ocorram como a realizada pelo Fórum de Educação Especial das Instituições de Estaduais de Ensino Superior do Paraná, em 2016, para que o Conselho Estadual de Educação - CEE/PR incluísse o Ensino Superior quando aprovou “Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná” pela Deliberação nº 02/2016. No documento encontra-se explícita a inclusão no Ensino Superior e os procedimentos pedagógicos e administrativos necessários:

Art. 5º A Educação Especial, modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da Educação Básica e da **Educação Superior**, tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes no processo educacional, considerando suas necessidades específicas.

.....
Art. 12. É considerado Atendimento Educacional Especializado aquele de caráter complementar ou suplementar, ofertado para atender às necessidades educacionais dos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos, altas habilidades ou superdotação.

Art. 13. Para o Atendimento Educacional Especializado a mantenedora deverá providenciar, de acordo com a demanda:

I – acessibilidade nas edificações, com a eliminação de barreiras arquitetônicas nas instalações, no mobiliário e nos equipamentos, nos sistemas de comunicação e informação, nos transportes e nos demais serviços, conforme normas técnicas vigentes;

II – professores e equipe técnico-pedagógica habilitados e especializados;

III – intérprete ou tradutor, conforme as necessidades especiais de seus estudantes;

IV – profissionais de apoio escolar para as atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante; [...]

VI – flexibilização e adaptação curricular, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico da instituição de ensino;

VII – oferta de educação bilíngue, aos estudantes surdos em Língua Brasileira de Sinais, como primeira língua, e na modalidade escrita de Língua Portuguesa, como segunda língua;

VIII – acessibilidade em Braille, Sorobã e demais tecnologias assistivas aos educandos cegos, quando houver necessidade; [...]

(PARANÁ, 2016).

Com essa explicitação, as Universidades Estaduais conseguiram mais um dispositivo legal para reivindicar junto ao governo as condições para a oferta do AEE em seus programas de inclusão. É mais uma situação a exigir a luta para que a inclusão no ensino superior seja efetivamente realizada e com qualidade.

Uma formação em nível superior, que visa a colaborar para que os sujeitos possam adquirir senso crítico, de forma responsável, contribuindo para sua autonomia e, conseqüentemente, participando de grupos, associações, sindicatos, entre outros movimentos cujos objetivos são a luta por educação, trabalho, alimentação, habitação e lazer de forma plena. A classe trabalhadora tem seus conhecimentos e experiências mais profundas sobre a sociedade e a história, assim, possibilitando uma melhor análise dos fatos e contexto de cada época.

A Unioeste, desde os meados da década de 1990, em conjunto com a ACADEVI, vem intensificando esses objetivos para as pessoas com deficiência, sendo elas que atuam e fazem parte do processo como protagonistas, buscando a sua inclusão educacional e social. Portanto, importa apresentar a ACADEVI como movimento social de pessoas cegas e visão reduzida, analisando sua trajetória e as relações com as lutas do segmento pelos seus direitos e autonomia.

O movimento social de pessoas com deficiência visual em Cascavel, Paraná, possui estreita ligação com a educação, como descreve Tureck (2003):

Com a criação do primeiro Centro de Atendimento Especializado para Deficientes Visuais (CAEDV), em 1987, iniciou-se uma mobilização pela identificação e encaminhamento de crianças e jovens com deficiência visual às escolas. Um grupo de professoras tomou a iniciativa de convidar a comunidade a participar da educação dos cegos e fundaram a APADEVI de Cascavel, não com o objetivo de implantar programas educacionais, mas de aproximar os pais.

Com a participação de jovens e adultos cegos, o debate sobre a condução dos interesses e a luta pela concretização dos direitos dos indivíduos cegos provocou um movimento que culminou com a alteração do caráter da associação, manifesto desde a mudança do nome: Associação Cascavelense de Deficientes Visuais (ACADEVI), uma entidade de defesa de direitos e integra o Fórum Municipal de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, criado em dezembro de 1995, em Cascavel (TURECK, 2003, p 49).

A ACADEVI atua, portanto, desde a década de 1990 na luta e defesa dos direitos e garantia da pessoa com deficiência participar na família, na educação, na

sociedade e no trabalho, buscando desmistificar que a pessoa com deficiência é inválida e incapaz de responder por si e por suas ações, de aprender e desenvolver-se, podendo constituir-se como membro ativo da sociedade através do trabalho (ACADEVI, 1994; 1998; 2004). Isto vem ocorrendo através de debates internos com base no Materialismo Histórico-Dialético e na Psicologia Histórico-Cultural, por meio dos estudos relacionados à sociedade e suas contradições e usando a psicologia para compreender a psiquê do ser humano, assim compreendendo que as pessoas cegas não têm comprometimento em suas faculdades intelectuais, mas as condições proporcionadas a eles que irão determinar seu desenvolvimento.

Vigotski (2019) coloca que na falta de funcionamento ou defeito de algum órgão ocorre uma reorganização da psiquê, mas que se faz necessário o estabelecimento de relações interpessoais e oportunidades para isto se efetivar. Expõe o processo da supercompensação que acontece quando surge a necessidade por parte do sujeito, seja para realizar as atividades do dia a dia ou aquelas necessárias na escola.

Em relação ao posicionamento da ACADEVI sobre a educação da pessoa cega, defende que jamais devem deixar de serem transmitidos os conhecimentos científicos produzidos e acumulados pela humanidade, que são proporcionados aos alunos sem deficiência, muito menos serem reduzidos, mas efetuar as adaptações necessárias ao uso de tecnologias assistivas para que os alunos com deficiência possam se apropriar igualmente dos conteúdos do currículo.

A ACADEVI atua em conjunto com outras entidades que lutam contra a segregação das pessoas com deficiência. Assim, buscando espaços para debater acerca da garantia dos direitos e permitindo que as próprias pessoas com deficiência falem de suas lutas, para se inserir na educação, no trabalho, lazer, constituir e prover sua família, participar ativamente da sociedade sem serem rotuladas como pessoas inválidas.

Entre diversas proposições e participações, a criação do Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência se destaca, como mostra Pádua (2018):

A ACADEVI, objetivando ampliar as lutas do segmento das pessoas com deficiência no município de Cascavel, participou com outras Entidades da proposição em 1994 para a constituição do Fórum Municipal em Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência o que ocorreu em dezembro de 1995. Este Fórum, composto por entidades de e para pessoas com deficiência, iniciou debates sobre a garantia

de trabalho, educação, cultura, esporte e lazer no município. O Fórum tem como uma das suas atividades, por exemplo, a elaboração de documentos de compromissos, para que os candidatos à prefeitura de Cascavel se comprometam e, posteriormente, o Fórum possa exigir o cumprimento destes compromissos firmados (PÁDUA, 2018, p. 91 - 92).

Destaca-se, ainda, a sua participação em outros espaços de discussões como no Programa de Educação Especial – PEE da Uniãoeste, e de Conselhos Municipais, como o de Saúde, de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, de Assistência Social, na condição de entidade de defesa de direitos e de organização de usuários das políticas públicas, além da Comissão de Acessibilidade do município.

Assim, ao longo do tempo, pela própria atuação interna e por estar inserida nos movimentos sociais, a ACADEVI construiu como um espaço de resistência e luta contra o preconceito construído historicamente pela sociedade opressora, mantendo a perspectiva da conquista da autonomia da pessoa com deficiência e resistência aos limites determinados pelo atual modelo de sociedade de classes, como pode ser observado no texto de Carvalho; Rosa e Tureck (2008), sobre a entidade:

Na perspectiva de construir um movimento que atue na contracultura dos processos de internalização dos valores e da ideologia capitalista, um dos melhores espaços educativos de formação da militância é a participação nas lutas cotidianas que conseguem explicitar as contradições e os antagonismos das classes sociais (CARVALHO, ROSA, TURECK, 2008, p. 143).

Os trabalhos de parceria da ACADEVI com a universidade são constantes e proporcionam significativos resultados na formação dos associados e da comunidade em geral.

Com os apontamentos já demonstrados acima pode-se afirmar que as formações proporcionadas pela ACADEVI devem ser cada vez mais ampliadas. Para Monteiro (2013, s/p apud PÁDUA, 2018), "No entanto, é importante colocar que este processo não é simples e linear: os sujeitos trazem em sua constituição histórica e particular variadas concepções de mundo". A ACADEVI durante a realização de seus cursos não deixou de considerar as várias concepções de mundo dos seus associados, com a pretensão de considerar estes múltiplos entendimentos como ponto de partida, e incluir teorias contestatórias da atual realidade, com temas relacionados ao cotidiano destes sujeitos. (PÁDUA, 2018, p. 90 - 91).

Outra proposição da ACADEVI, com a finalidade de ampliar sua organização para as lutas deste segmento, foi o convênio firmado em 2000 com a Prefeitura Municipal de Cascavel, por meio do qual dois estagiários cegos ou com baixa visão, estudantes do ensino superior, foram contratados pelo município e desenvolveram as suas atividades na associação. Os estagiários têm como principal tarefa a realização de visitas domiciliares a pessoas com deficiência visual, várias indicadas pelas Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social, visando orientar quais as formas mais adequadas de garantir a sua reabilitação e as convidam a participar das atividades desenvolvidas pela associação (PÁDUA, 2018).

O convênio citado ainda se encontra vigente e fortalece o associado em seu percurso acadêmico. As atividades que são desenvolvidas ampliaram-se para, além das visitas domiciliares, há o atendimento às pessoas com deficiência visual em busca de exercer direitos, como a emissão da carteira de passe livre, cadastros na Assistência Social, orientações sobre outros benefícios, além de organizar os encontros mensais, mobilizar os associados para participação em atividades diversas, principalmente naquelas de lutas do Fórum e do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Houve ampliação desse Convênio para estágios na Biblioteca Pública, que possui a sala Braille, no CAP municipal para atuar na adaptação de material para alunos cegos das séries iniciais do Ensino Fundamental, e mais um estagiário na ACADEVI.

Importante destacar que a associação, através de seu Conselho Deliberativo, realiza um processo de seleção para essas vagas de estágio, para o qual os associados acadêmicos se inscrevem e são, assim, sabatinados.

De acordo com o IBGE aproximadamente 70 % das pessoas com deficiência não terminaram o ensino fundamental e menos de 6 % concluíram o ensino superior, conforme a matéria divulgada pelo O Globo, em 26 de agosto de 2021⁸

Apesar das informações divulgadas acima não serem a contento, entre os anos de 1997 a 2022, já ingressaram mais de 25 alunos com deficiência visual - cegos ou com baixa visão no ensino superior, em diferentes cursos como: Direito, Enfermagem, Letras, Pedagogia, Ciências Sociais, entre outros cursos ofertados pela Universidade

⁸ <https://oglobo.globo.com/brasil/direitos-humanos/quase-70-das-pessoas-com-deficiencia-no-brasil-nao-concluíram-ensino-fundamental- apenas-5-terminaram-faculdade-25170593>

Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, bem como, no Mestrado e Doutorado em Educação e Filosofia.

Pádua (2018) coloca em sua dissertação uma tabela com informações que nos permitem constatar o quanto as pessoas que participaram ou participam da ACADEVI se profissionalizaram e alcançaram uma vida autônoma, mas que esbarram ainda na ausência de acessibilidade e nas concepções que a sociedade construiu acerca das pessoas com algum tipo de deficiência.

A próxima seção apresenta detalhadamente as realizações de formação dos associados da ACADEVI, as quais são contínuas, atendendo ao caráter da entidade.

2.1 A FORMAÇÃO HUMANA E SOCIAL NA ACADEVI

Na luta para a inserção e permanência da pessoa com deficiência visual em todos os espaços e a construção de sua autonomia, a ACADEVI conta com a organização de eventos que possibilitam conscientização, autonomia, avaliação da situação imposta à pessoa com deficiência pela história na sociedade. Dentre suas atividades contínuas citam-se:

- Os Encontros Mensais dos associados, tratando de diversas temáticas definidas no encontro inicial de cada ano;
- Os Seminários de Cegos realizados a cada dois anos, desde 1997,
- Os Cursos de Formação Política para formação de dirigentes, também a cada dois anos.

A consulta aos documentos da ACADEVI, um conjunto de projetos, atas e relatórios de 1994 a 2022, foi solicitada aos membros do Conselho Deliberativo, obtendo-se a permissão. Importante registrar que esses chamados relatórios não foram publicados, mas são documentos internos da entidade, contêm sua história e são disponibilizados para consultas da comunidade.

2.1.1 Encontros Mensais dos associados

Destaque nas atividades desenvolvidas pela ACADEVI, os Encontros Mensais dos associados são realizados desde 1994, contribuindo no desenvolvimento da pessoa com deficiência visual, constituindo uma prática participativa com continuidade.

Discussões sobre a educação, lazer e trabalho, a convivência na sociedade de forma plena, os desafios enfrentados e a falta de condições concretas para exercícios dos direitos, são alguns dos temas abordados nos Encontros realizados regularmente no último sábado de cada mês.

A partir de 1999, o primeiro Encontro de cada ano é dedicado à elaboração e sugestão de temas para os próximos meses do mesmo ano, sendo o resultado discutido na reunião inicial do ano do Conselho Deliberativo, onde se tomam decisões de forma coletiva, procurando pelo debate fortalecer as lutas que são enfrentadas, assim organizando o calendário anual.

Definidos os temas, os associados responsáveis pela organização dos Encontros Mensais, geralmente os estagiários, providenciam o convite às pessoas que foram indicadas para apresentar os temas, dentre os próprios associados, professores, psicólogos e outros profissionais ligados à área em debate.

Documentos da associação registram as atividades, com assinaturas dos participantes. Apresenta-se aqui alguns dos temas desenvolvidos ao longo desse período e que foram sendo retomados ao longo dos anos, podem ser destacados:

- "Noções básicas sobre o desenvolvimento de atividades de vida diária por parte das pessoas cegas ou de visão reduzida"; - "Noções básicas sobre procedimentos adequados no relacionamento com a pessoa cega ou de visão reduzida"; - "A importância da orientação espacial e mobilidade independente para a inserção social dos cegos" - "As pessoas cegas ou de visão frente às barreiras arquitetônicas e atitudinais"; - "A pessoa cega ou de visão reduzida no cotidiano familiar"; - "Pessoa cega ou de visão reduzida e o desenvolvimento e a convivência com a sua sexualidade"; - "A relação entre a Educação Familiar e o desenvolvimento da sexualidade da pessoa cega ou de visão reduzida"; - "A importância da boa comunicação e expressão para a vida das pessoas cegas ou de visão reduzida"; - "Prevenção e Higiene Ocular"; - "Saúde: Doenças Sexualmente Transmissíveis e Drogas"; - "Os cegos ou pessoas com visão reduzida e os recursos tecnológicos"; - "O papel da família no processo de formação da pessoa cega ou de visão reduzida: entraves e contribuições"; - "A importância do lazer e do esporte no processo de desenvolvimento das pessoas cegas ou de visão reduzida"; - "A pessoa com deficiência e o processo eleitoral"; - "Preconceito e discriminação em relação as pessoas com deficiências e as demais minorias"; - "Cegueira: defeito ou deficiência"; - "A importância do ensino escolar no processo de formação do homem

contemporânea"; - "A importância do ensino superior para a vida da pessoa cega ou de Visão reduzida"; - "A diferença entre o papel da ACADEVI e dos CAEDVs, no processo de escolarização dos educandos cegos ou de visão reduzida"; - "As concepções e as condições atuais da educação escolar das pessoas cegas ou de visão reduzida"; - "As contribuições educacionais da ACADEVI e das instituições educacionais formais"; - "A educação da pessoa cega ou de visão reduzida e a influência do especialista"; - "A importância do trabalho no processo de inserção social da pessoa cega ou de visão reduzida"; - "A articulação entre Educação e Trabalho"; - "A leitura como interpretação de mundo"; - "Como organizar e participar de uma reunião"; - "A história da luta dos cegos e da ACADEVI no município de Cascavel e região"; - "A forma de organização da ACADEVI e o papel do associado"; - "A situação e perspectiva do movimento de cegos e de visão reduzida"; - "A importância da participação dos cegos em outros Movimentos Sociais"; - "As pessoas cegas frente à conjuntura econômica, política e social"; - "A reforma previdenciária e suas consequências para as pessoas cegas ou de visão reduzida e os trabalhadores em geral"; - "Sociedade, estado, trabalho e pessoa cega ou com visão reduzida"; - "O significado da participação das mulheres cegas ou com visão reduzida na sociedade"; - "A invasão do Iraque: a guerra imperialista dos Estados Unidos"; - "Conhecimento: senso comum e consciência crítica"; - "As crises do capital"; - "Análises de conjuntura".

Esses encontros mensais, abertos para os associados, suas famílias e amigos, permitem que as pessoas com deficiência possam se compreender como tais, assim como sua história de vida tem sido alvo de lutas. Inicialmente há uma apresentação para que os sujeitos cegos e com visão reduzida tenham acesso aos relatos de seus pares, demonstrando assim que eles podem estudar, trabalhar e ter acesso ao lazer, como as demais sem deficiência, a exemplo de muitos ali presentes.

Na continuidade, o tema é abordado pelo grupo, permitindo que o sujeito compreenda que a sociedade é ideologicamente construída, para não nos⁹ incluir como parte dela, seja por seguir um padrão de ser humano ou pelo anseio de lucratividade extremamente prejudicial fomentadas pelos donos do poder/capital. Portanto, nós, como trabalhadores ou filhos desta classe social, temos a necessidade de participar dos movimentos de lutas e oposição a qualquer forma de exclusão, como, por exemplo, isolamento da pessoa com deficiência em seu âmbito familiar e por

⁹ Nessa parte, me incluo como os demais participantes, por isso o uso da primeira pessoa do plural.

muitas vezes fora da escola. Também vale salientar que as condições econômicas fazem parte deste desequilíbrio social.

Com a frequência na participação nos eventos e mobilizações feitas pela ACADEVI, muitos associados foram conhecer outros movimentos de lutas, como sindicatos de trabalhadores e grupos de estudantes, sejam nas escolas ou em universidades.

Dessa forma, colaborando cada vez mais na ampliação da participação dos sujeitos de forma efetiva, obtendo resultados na compreensão de si mesma como pessoa com deficiência e integrante da sociedade em que vivemos, essas ações produzem verdadeiras mudanças no que diz respeito à visão de si mesmo, dos familiares e amigos dos participantes,

A ACADEVI atua nas regiões oeste, sudoeste do Paraná e em lugares que não possuem Associações, mas isto não a impede de realizar atividades e lutas em conjunto com outras associações e entidades, como tem feito com seus cursos de formação regionais e seminários que são destinadas vagas para pessoas com deficiência de todo o país.

Infelizmente, com pandemia da COVID-19¹⁰, em 2020 e 2021, que suspendeu atividades coletivas como forma de evitar contágio, os Encontros Mensais tiveram que ser interrompidos bruscamente, afetando o andamento das atividades desenvolvidas pela entidade, de forma negativa, como em diversos setores, principalmente para classe trabalhadora e pobre.

Retomando aos poucos suas atividades de forma presencial, em 2022, respeitando todos os protocolos de segurança contra COVID-19, como o uso de máscaras e distanciamento, a ACADEVI realizou no mês de março o primeiro Encontro Mensal de forma presencial depois de 02 anos. Reitera-se que a entidade não deixou de estar informando seus associados durante o isolamento social, entrando em contato por meio de ligações telefônicas e e-mails.

¹⁰ Covid 19 é uma infecção respiratória causada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2. A doença é potencialmente grave, altamente transmissível e espalhou-se por todo o mundo. Disponível em: <http://www.saude.ba.gov.br/temasdesaude/coronavirus/informacoes-sobre-a-covid-19/> Acesso em: 14 mai. 2022.

2.1.2 Os Seminários de Cegos

Os Seminários promovidos pela ACADEVI desde 1997 são a expressão das lutas que se fazem necessárias pelo reconhecimento de que as pessoas com deficiência são parte da sociedade. É importante colocar que a entidade promoveu nesses 25 anos o evento de forma a proporcionar local, hospedagem e alimentação para os participantes de forma gratuita, como forma de possibilitar a participação mais ampla e efetiva.

Dentre os locais utilizados encontra-se o CEAVEL, espaço de formação de servidores municipais, com auditório, amplo espaço para refeições; o auditório da Prefeitura Municipal de Cascavel; o Hotel Santa Maria, utilizado para hospedagem; o Centro Diocesano de Formação, local onde a maioria dos Seminários foi realizada por dispor de auditório, cozinha e espaço para alimentação e apartamentos.

A entidade promoveu os Seminários mediante o estabelecimento de parcerias com órgãos públicos de diversas áreas, conforme a temática decidida coletivamente nas reuniões do Conselho Deliberativo¹¹. Aos membros da Comissão de Formação e Educação coube a tarefa de elaboração de projetos, apresentando-os para o órgão conveniado para elaboração final. Vários desses órgãos parceiros contribuíram com recursos financeiros para, principalmente, deslocamento de palestrantes convidados, aluguel do espaço e a alimentação no evento. Dentre as instituições parceiras, destacam-se a Unioeste, através do Programa de Educação Especial, as Secretarias do município de Cascavel e do Estado do Paraná, das políticas de Assistência Social, da Educação e do Trabalho, o Instituto Paranaense de Cegos, de Curitiba (PR).

Pela consulta aos documentos da ACADEVI, elencam-se os Seminários de Cegos realizados, citando-se o título, as datas, as temáticas e os palestrantes, o público participante e algumas particularidades.

Pela dinâmica planejada para os eventos, cada palestra ou mesa redonda destinou um tempo para debate em plenária. No primeiro evento aprovaram-se propostas para o melhoramento em diversas áreas, como: educação, lazer e trabalho, assim como, moções de reivindicação e repúdio encaminhadas aos órgãos ligados à área, ocorrendo dessa forma nos demais.

¹¹ A organização da ACADEVI, de acordo com seus Estatutos, compõe-se de Conselho Deliberativo e de Coordenações: de Organização, de Imprensa e Divulgação, de Eventos e de Finanças (ACADEVI, 2004).

A) 1º Seminário (29 a 31 de maio de 1997)

I SEMINÁRIO ESTADUAL DE PESSOAS CEGAS: DA TUTELA À CIDADANIA

Os objetivos foram: Analisar os programas de capacitação e colocação das pessoas cegas no mercado de trabalho, discutir qual o papel da família, escola, movimentos de cegos e governo nesse desafio e buscar caminhos para a organização do movimento de cegos no Estado do Paraná.

Teve como participantes 153 pessoas, sendo 81 cegos, 17 familiares e 55 profissionais que atuam ou já atuaram na área, incluindo um grupo de professores que fizeram o curso de Estudos Adicionais na área da Deficiência Visual, na UNIOESTE- Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Dos oitenta e um cegos, quarenta e nove eram do sexo masculino e 32 do sexo feminino, com idade a partir de vinte anos.

Participantes eram oriundos de 34 municípios do Paraná e um município de São Paulo: Santa Cecília do Pavão, São Sebastião da Amoreira, Cornélio Procópio, Ibiporã, Londrina, Maringá, Icaraíma, Umuarama, Peabiru, Corbélia, Ouro Verde, Boa Vista da Aparecida, Lindoeste, Formosa, Céu Azul, Cambé, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Planalto, Guaraniaçu, Curitiba, Guarapuava, Cascavel, Santa Isabel do Oeste, Ponta Grossa, Faxinal do Céu, Realeza, São Jorge do Oeste, Campo Largo, Santa Teresa, Matelândia, Campina da Lagoa, Três Barras do Paraná, Ibema e Presidente Prudente (SP).

Dez entidades de e para cegos estavam representadas neste evento: da cidade de Curitiba, Face e Adevipar; de Ibiporã, Apadevi; de Guarapuava, Apadevi; Londrina, Adevilorc; Cascavel, Acadevi; Ponta Grossa, Apadevi; Maringá, Adevimar; Cornélio Procópio, Visiaudio; Umuarama, Apadevi;

Os temas abordados nesta ocasião foram:

- a) "Os Desafios das Pessoas Cegas Frente a Globalização"
Assistente Social e doutora em Serviço Social Professora Odária Battini (UEL);
- b) "O processo histórico da pessoa cega e o desafio do mercado de trabalho" - professor Dr. Paulo Ricardo Ross (UFPR);
- c) "Organização do Movimento de Cegos no Paraná" - Cezar Gualberto, Presidente da ADEVIMAR- Maringá e Enio Rodrigues da Rosa, Vice-presidente da ACADEVI – Cascavel.

Organizados vários grupos de discussões, os debates puderam ser mais amplos e permitindo reflexões e reivindicações feitas pelos participantes, que na época buscavam:

- 1ª) centro de confecção de material em Braille para Cascavel e outras regiões;
- 2ª) providenciar bengalas, já que em Cascavel falta há mais de um ano;
- 3ª) que o DEE (SEED) capacite professores para repassar a simbologia Braille de matemática do 2º grau.

B) 2º Seminário (11 a 13 de junho de 1998):

O CEGO NA SOCIEDADE.

Os objetivos do evento foram oportunizar a interação e a troca de experiências entre as pessoas cegas, familiares, profissionais que atuam na área e acadêmicos do curso de Pedagogia; refletir sobre a influência que a família exerce na formação da personalidade e da afetividade da pessoa cega; refletir sobre a pessoa cega e a educação escolar; estabelecer relação entre as concepções de movimento social, a participação das pessoas cegas neste processo e suas conquistas.

As temáticas desenvolvidas ao longo do seminário:

- a) "Políticas Públicas para as Pessoas com Deficiência" - Niusarete M. de L. Campo, psicóloga e chefe da Divisão de Dados, Informações e Desenvolvimento Técnico da CORDE (BRASÍLIA);
- b) "Como funciona a Sociedade" - tomando como pressuposto de análise o Método Materialista Histórico, centrou a sua reflexão na existência da divisão de classes como elemento que produz a exclusão social, não apenas das pessoas com deficiência - Professor Dr. Paulino José Orso, do Departamento de Educação da UNIOESTE;
- c) "O papel da família na formação da afetividade, sexualidade e autonomia da pessoa cega" - Dra. Heloísa Chagas Sieczkowski, coordenadora do CVI de Curitiba e debatedores: Jair de Carvalho, pessoa cega filho de pais videntes, Ana Cristina, pessoa cega filha de pais cegos, e Clarice Gimenis, pessoa vidente filha de pais cegos;
- d) "A pessoa cega e a educação escolar" - Professora Jane Peruzo Iácono, coordenadora do CRAAD/NRE e como debatedores Alfredo Roberto de Carvalho, estudante de pedagogia da UNIOESTE, Sueli Ducat, Coordenadora da Seção Braille da Biblioteca Pública do Paraná (Curitiba) e Maria Angela Morais, professora do Instituto de Cegos da Paraíba.

e) "O cego nos movimentos sociais" – Professora Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa, professora do Departamento de Educação da UNIOESTE, tendo como debatedores, Laerson Vidal Matias, diretor da APLER - Associação dos Lesionados por Esforços Repetitivos, Paulino Pereira da Luz, diretor da APP-Sindicato - Núcleo Regional de Cascavel e Enio Rodrigues da Rosa, diretor da ACADEVI.

C) 3º Seminário (04 a 07 de setembro de 1999):

O TRABALHO NA FORMAÇÃO DO SUJEITO HISTÓRICO.

Estiveram no evento 202 participantes: 105 pessoas cegas, 22 pessoas com visão reduzida, 58 profissionais da educação e 17 familiares.

As palestras tiveram os temas:

a) "Uma análise da conjuntura política, econômica e social" – professora Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa, do Departamento de Educação da UNIOESTE, e o senhor Laerson Matias, vice-presidente do Sindicato dos Bancários de Cascavel e Região.

b) "A confecção de material em Braille e ampliado, gravação de livros em fita cassete e digitalizados, destinados às pessoas cegas ou com visão reduzida" - senhora Sueli Ducat, coordenadora do CAP - Centro de Apoio Pedagógico de Curitiba e da Seção Braille da Biblioteca Pública do Paraná, Professora Irlanda B. Melego, representante do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação do Paraná, Professora Edna Volkmann Siqueira, coordenadora do Centro de Confecção de Material em Braille de Cascavel, Cleuza Sebastiana Faria Santos, representando a ACADEVI, Jaime de Oliveira, coordenador da Imprensa Braille da ADEVIPAR- Associação de Deficientes Visuais do Paraná e Luzia Alves da Silva, trabalhadora do Centro de Confecção de Cascavel e usuária de material adaptado.

c) "Qualificação profissional: o papel da família, da escola e da sociedade" - Alfredo Roberto de Carvalho, acadêmico de Pedagogia da UNIOESTE, o qual produziu um texto para subsidiar a sua exposição, professora Lucia Terezinha Zanato Tureck, do Departamento de Educação da UNIOESTE e professor Maurício Zeni, do Rio de Janeiro. Às apresentações da mesa seguiu-se debate com a plenária.

d) *A professora Maria de Lourdes Canziani, assessora técnica para a área de pessoas com deficiência da SERT, apresentou o "Plano de Ação da SERT para a área de qualificação profissional de pessoas com deficiência".

e) "Mesa redonda" - Midiã Mônica de Oliveira, do SENAI/Pr, Rafael Fuentes, coordenador da Qualificação Profissional da SERT e Enio Rodrigues da Rosa,

presidente da UPC – União Paranaense de Cegos, debatendo o processo de qualificação profissional para pessoas cegas e com visão reduzida no Estado do Paraná.

Além destas mesas de discussões, tiveram outros assuntos abordados:

- “Acesso e permanência das pessoas cegas e com visão reduzida no Ensino Superior” - Alfredo Roberto de Carvalho, acadêmico do 3º ano de Pedagogia da UNIOESTE, Marcelo de Paula, acadêmico do 1º ano de Informática da Faculdade Positivo de Curitiba, professora Lucia Terezinha Zanato Tureck, chefe do Departamento de Educação da UNIOESTE e professor Nelson Cabral, diretor da Faculdade Dom Bosco de Cascavel.

Ocorreu neste Seminário a primeira reunião do Conselho Deliberativo da UPC - União Paranaense de Cegos, fundada no dia 29 de maio de 1999, em Curitiba, tendo a presença de 137 pessoas cegas e com visão reduzida, representando todas as regiões do Paraná. Nesta ocasião, as propostas do III Seminário foram transformadas em deliberações e fariam parte do plano de ação da UPC.

Em relação as associações de pessoas com deficiência, foram destacadas algumas ações que devem ser alcançadas:

d) atuação das associações junto às escolas para a aceitação e a inclusão de alunos com deficiência visual no ensino comum;

e) as associações devem se colocar a frente das lutas que procuram viabilizar, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, a inclusão dos cegos no mercado de trabalho e no âmbito educacional;

g) as associações devem fazer um trabalho de divulgação de suas ações a fim de ampliar a sua atuação na comunidade e nas instituições, bem como na família;

m) definição de apenas uma terminologia para a pessoa com deficiência, no nosso caso, pessoa com deficiência visual ou cega;

p) promoção, por parte do Poder Público, de visitas às residências das pessoas com deficiência visual, por assistentes sociais e psicólogos, para atuação junto às famílias, visando contribuir no processo de inclusão social das pessoas cegas;

s) articulação junto à Secretaria de Cultura para a viabilização do projeto "Rede de Bibliotecas Braille no Paraná";

C) 4º Seminário (11 a 13 de junho de 2001):

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DO ALUNO CEGO NA ESCOLA COMUM.

O objetivo foi proporcionar mais momentos a contribuir na desmistificação da ideia segundo a qual é impossível que os cegos possam estudar na rede comum de ensino. O público-alvo do Seminário foram os profissionais da educação, acadêmicos de pedagogia, as pessoas cegas e seus familiares.

Participaram 287 pessoas, dentre elas 96 pessoas cegas, 44 pessoas com visão reduzida, 23 familiares, 56 acadêmicos do curso de Pedagogia e 72 profissionais da educação.

Os seguintes assuntos abordados são:

- a) Mesa Redonda "Aprendizagem e desenvolvimento das pessoas cegas e/ ou com visão reduzida na rede comum de ensino, a partir das principais correntes pedagógicas existentes na prática educacional brasileira" – Professora Dra. Soraia N. Freitas, da UFSM/RS, Thaís Solér, Mestranda da Universidade Presbiteriana Mackenzie do curso Distúrbios do Desenvolvimento, e Baltadar Vendrusculo, graduada em Pedagogia e Filosofia, com especialização em educação e professora do curso de Pedagogia da UNIOESTE, na área de Fundamentos da Educação;
- b) Conferência: "Educação Inclusiva: Possibilidades e Limites na Escola Brasileira" - Prof. Apolônio Abadio do Carmo, Doutor em educação e professor da UFU;
- c) *Mesa redonda: "Função do professor especialista e a utilização dos recursos didáticos (máquina Braille, sorobã, regletes e punção, informática adaptada, livros em braille e com caracteres ampliados etc.) no processo de aprendizado e desenvolvimento das pessoas cegas e ou com visão reduzida" - Renate F. Krause, graduada em Pedagogia e mestranda na área da deficiência visual pela UFSM/RS, professora Laura Ceretta Moreira, UFPR/PR, Enio Rodrigues da Rosa, acadêmico de Pedagogia da UNIOESTE e presidente da UPC - União Paranaense de Cegos e professora Elisabeth Rossetto, do Programa de Educação Especial da Unioeste.
- d) Assembleia Geral ordinária da UPC - eleição da nova diretoria, prestar contas e definir as diretrizes para os próximos dois anos.

Foram organizados grupos de discussões, com o objetivo de responder as perguntas que seguem:

- 1) Qual função a educação escolar deve procurar cumprir na vida das pessoas cegas e/ou com visão reduzida?

2) Quais as contribuições que o espaço educativo (escola especial X escola filantrópica e escola pública X escola privada) pode trazer para a formação da pessoa cega para que esta possa melhor compreender o mundo e sua posição diante dele?

3) Qual deve ser a contribuição do estado, professores, familiares, educandos e entidades representativas de pessoas com deficiência visual no processo de escolarização do aluno cego e/ou com visão reduzida?

E) 5º Seminário (08 a 11 de setembro de 2003)

A INSERÇÃO DOS CEGOS NA SOCIEDADE

Este seminário teve mais de 200 participantes, sendo a maioria pessoas cegas ou de visão reduzida. Também participaram do evento, professores, acadêmicos de cursos de licenciatura e outros interessados. Os participantes representaram 40 municípios e 9 estados da federação.

Conforme relatório, os objetivos foram: - avaliar as condições objetivas de inserção social das pessoas cegas e com visão reduzida na sociedade atual; - debater o processo de formação/educação das pessoas cegas e com visão reduzida, tendo em vista ao seu posicionamento crítico frente as questões que envolvem o conjunto dos trabalhadores; - refletir sobre a função dos programas e projetos que executam as políticas públicas responsáveis pela formação pessoal e profissional das pessoas cegas e com visão reduzida; - discutir as dinâmicas / os processos / as formas de mobilização e participação das pessoas cegas e com visão reduzida nos movimentos sociais.

O evento foi contemplado com os seguintes temas:

- a) Conferência de Abertura: Deficiência e Educação Especial: história e conceito Prof. Doutor José Geraldo Silveira Bueno - Coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade, da PUC-SP;
- b) Mesa Redonda: A Escola Comum e o Aluno com Deficiência - Prof. Doutor José Geraldo Silveira Bueno e Lucia Terezinha Zanato Tureck, Chefe Adjunta do Escritório Regional da SETP/Cascavel.
- c) Mesa Redonda: O Trabalho: princípios filosóficos e suas novas configurações Profa. Dra. Geórgia Sobreira dos Santos Cêa, docente do Colegiado de Pedagogia da Unioeste com Doutorado em Educação, História, Política e Sociedade pela PUC/SP.

d) Pessoa com Deficiência Visual e o significado do trabalho na construção de sua dignidade.” Prof. Alfredo Roberto de Carvalho, docente do Colegiado de Pedagogia da Unioeste, com especialização em Fundamentos da Educação.

e) A participação política da pessoa cega: necessidades, desafios e perspectivas”. Enio Rodrigues da Rosa. Pedagogo, Pós-graduando em Fundamentos da Educação, Conselheiro do Conselho Deliberativo da UPC e Coordenador da Assessoria de Inclusão Social da Pessoa com Deficiência do Governo Municipal de Cascavel.

f) O sistema público de emprego e a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. José Simão Stczaukoski, Técnico da Coordenadoria de Intermediação de Mão de Obra – SETP

F) 6º Seminário (03 a 05 de novembro de 2005):

TRABALHO, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DEBATE

Com o apoio da SETP (PR), esteve presente a professora Maria de Lourdes Canziani, coordenadora da área de inclusão da pessoa com deficiência, atuando com as Agências do Trabalhador do Paraná. Participaram deste seminário mais de 180 pessoas, de trinta municípios, procedentes de três Estados da Federação, entre entidades representativas da pessoa cega, programas e instituições afins.

a) Mesa redonda - Análise da conjuntura econômica e social brasileira: os desafios do movimento de cegos diante do atual cenário. Palestrantes: profa. dra. Liliam Farias Porto Borges, da Unioeste; prof. Enio Rodrigues da Rosa - docente do Colegiado de Pedagogia da Unioeste, com especialização em Fundamentos da Educação.

b) Mesa redonda - O conceito filosófico e proposta programática da nova política nacional da assistência social, procurando evidenciar de que forma suas ações podem contribuir com a inserção social da pessoa cega – assistente social Lenir Aparecida Mainardes da Silva - SETP / NUCLEAS - José Roberto Carvalho - acadêmico do 4º ano do curso de Pedagogia da UNIOESTE e coordenador de eventos da ACADEVI.

c) Mesa redonda- O trabalho da pessoa cega e a política de cotas - José Simão Staukoski - SETP / CIM - Ivã de Pádua- Presidente do SINTEOESTE, Coordenador de imprensa e divulgação da ACADEVI e acadêmico de Ciências Sociais Unioeste - campus Toledo.

d) Mesa redonda- As condições da educação escolar oferecida as pessoas cegas, problematizando a produção e distribuição do livro didático adaptado em braile ou caracteres ampliados - Dra Maria da Glória Mota - Coordenadora da área da

deficiência Visual MEC/SEESP, Brasília – Professora Vandiana Borba - conselheira da ACADEVI.

G) 7º Seminário (15 a 17 de novembro de 2007)

O TRABALHO E A EDUCAÇÃO DA PESSOA CEGA OU COM VISÃO REDUZIDA NA SOCIEDADE CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA

a) Mesa 1 - A conjuntura social brasileira e seus desafios para a organização dos trabalhadores com e sem deficiência. Palestrante: Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista – UNIOESTE

b) Mesa 2 - Trabalho, produtividade e lucro na sociedade capitalista contemporânea. Palestrante: Profa. Dra. Georgia Sobreira dos Santos Cêa - UNIOESTE.

c) Os Movimentos Sociais frente às mudanças do mundo do trabalho - Edson Luiz Cruz - Equipe da CESINE / SETP.

d) Mesa 3 - O trabalho das pessoas cegas ou com visão reduzida na empresa privada e no serviço público: refletindo a postura e o posicionamento do Estado brasileiro no cumprimento e na efetivação da política de cotas e o desafio das entidades representativas do segmento – Dra. Maria Aparecida Gurgel - Procuradora do Ministério Público do Trabalho (Brasília); Professor Enio Rodrigues da Rosa - Professor da Rede Estadual de Ensino

f) Mesa 4 - A educação escolar da pessoa cega ou com visão reduzida na encruzilhada histórica: a necessidade de rompimento com a velha concepção de reforço do defeito. Palestrantes: Professor Alfredo Roberto de Carvalho - da Rede Estadual de Ensino e Professor José Roberto Carvalho - ACADEVI

Os objetivos deste evento foram: - debater o papel dos movimentos sociais no enfrentamento do atual paradigma de diminuição da ação estatal e, a necessidade de em contrapartida, continuar as lutas pela efetivação de seus direitos constitucionais; - analisar nesse bojo, a conjuntura social brasileira; - compreender a centralidade do trabalho, da produtividade e do lucro no capitalismo; - discutir as dificuldades de acesso ao trabalho nas empresas privadas e os conflitos desse reflexo da filosofia produtiva do sistema capitalista no serviço público que vem se colocando como barreira para o trabalho das pessoas cegas ou com visão reduzida.; - refletir sobre o papel da educação nesse contexto; - discutir a respeito da relevância da abordagem vigotskiana na educação das pessoas cegas.

H) 8º Seminário (10 a 12 de outubro de 2009)

O TRABALHO E A EDUCAÇÃO DA PESSOA CEGA OU COM VISÃO REDUZIDA ANTE ATUAL CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

Participaram aproximadamente 170 pessoas, sendo em sua maioria com deficiência, ligadas à associação/ entidade presente no evento:

AMADEVI - Associação Maringaense de Deficientes Visuais;
 ADVT - Associação dos Deficientes Visuais de Toledo;
 ADEVIVI - Associação dos Deficientes Visuais de União da Vitória;
 APADEVI - Associação de Pais e Amigos dos Def. Visuais de Ponta Grossa;
 ACADEVI - Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual,
 ADEVISP - Associação dos Deficientes Visuais do Sudoeste do Paraná;
 ACIC - Associação Catarinense de Cegos;
 APADEVI - Associação de Pais e Amigos dos Def. Visuais de Umuarama;
 UNIDEV - União dos Def. Visuais de Ponta Grossa e dos Campos Gerais;
 Visiaudio - Associação dos Def. Visuais e Auditivos de Cornélio Procópio.

As seguintes temáticas foram abordadas nas mesas de discussão:

- a) Conjuntura histórica contemporânea: A crise do capital e seus possíveis reflexos nas pautas sociais de interesse da classe trabalhadora - Professor Elemar Cezimbra (UFFS e MST).
- b) Trabalho, produtividade e lucro na sociedade capitalista – Professores José Roberto de Carvalho e Enio Rodrigues da Rosa.
- c) Educação formal: política educacional versus condicionamento laboral flexibilizado – Professores Dr. Paulino Orso, da Unioeste, e Alfredo Roberto de Carvalho.

I) 9º Seminário (12 a 14 de novembro de 2011)

NECESSIDADES, PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O TRABALHO, A EDUCAÇÃO E A AUTOORGANIZAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA ATUALIDADE

Participação de 126 pessoas com deficiência visual e professores videntes quando acompanhados de alguém cego ou com baixa visão, tendo parceria com o PEE, em conjunto com o CAP Municipal.

Para a organização de ficha de credenciamento no Seminário, que anteriormente era de forma manual, passou-se a utilizar o sistema DOSVOX, sendo as inscrições enviadas por e-mail e com a devolutiva dos participantes preenchida

digitalmente. Após tabular alguns dados solicitados no ato das inscrições, pode-se verificar que:

- Os participantes eram oriundos de 8 Estados da federação: Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

- Do Paraná compareceram representantes de 32 cidades, de todas as regiões do estado: Altônia, Bituruna, Boa Vista da Aparecida, Campo Mourão, Capanema, Cascavel, Cornélio Procópio, Curitiba, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Goioerê, Guairá, Guairacá, Guaraniaçu, Guarapuava, Lindoeste, Maringá, Medianeira, Nova Londrina, Palotina, Paranaíba, Pato Branco, Ponta Grossa, Presidente Castelo Branco, Salto do Lontra e União da Vitória.

Conforme levantamento realizado nas fichas de inscrição, a média de idade dos participantes foi de 38 anos; a divisão por sexo foi: 66 femininos e 60 masculinos; dos 126 participantes: 68 eram cegos, 41 possuíam baixa visão e 17 eram videntes; a escolaridade assim distribuída: analfabeto 1, ensino Fundamental 27, Ensino Médio 52, Ensino Superior 26, Pós-Graduação lato sensu, 12, Mestrado 6, Doutorado 1.

As palestras tiveram os seguintes temas e palestrantes:

- a) O trabalho na atual formação societária e suas perspectivas para as pessoas com deficiência visual – Professor Mestre Enio Rodrigues da Rosa, diretor administrativo do Instituto Paranaense de Cegos.
- b) A educação das pessoas com deficiência visual na perspectiva histórico-cultural – Professora. Luzia Alves da Silva, coordenadora do CAP municipal de Cascavel.
- c) As necessidades e perspectivas da auto-organização das pessoas com deficiência visual – Professor Mestre José Roberto de Carvalho, pedagogo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Campo Grande -MS.

J) 10º Seminário (15 a 17 de novembro de 2013)

POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL À EDUCAÇÃO E AO TRABALHO NO CONTEXTO ATUAL E A IMPORTÂNCIA DA ORGANIZAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

- a) "O trabalho na atual formação societária: perspectivas e desafios a serem enfrentados pelas pessoas com deficiência visual." – Profa. Dra. Geórgia Sobreira Cea

(UFAL - Maceió); Pedagogo Mestre Enio Rodrigues da Rosa (ACADEVI - IPC - Curitiba);

b) "A educação na atual formação societária: perspectivas e desafios a serem enfrentados pelas pessoas com deficiência visual." – Professor Dr. João Zanardini (UNIOESTE - Cascavel), Professora Mestre Lucia Zanato Tureck (ACADEVI - UNIOESTE - Cascavel);

c) "As necessidades e perspectivas da auto-organização das pessoas com deficiência visual." – Professor Mestre Elemar Cezimbra (MST - UFFS - Laranjeiras do Sul); Pedagogo Mestre José Roberto de Carvalho (ACADEVI - IFMS - Campo Grande)

Os 147 participantes eram oriundos de 07 Estados da federação, totalizando 35 municípios: - Goiás - (Aparecida Goiânia, Goiânia); - Mato Grosso (Cuiabá); - Paraná (Altônia, Boa Vista da Aparecida, Campo Mourão, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Colorado, Cornélio Procópio, Curitiba, Formosa do Oeste, Francisco Beltrão, Itaperuçu, Londrina, Maringá, Mato Largo, Ponta Grossa, Presidente Castelo Branco, Santa Tereza do Oeste, Toledo, Umuarama, União da Vitória); - Rio de Janeiro (Realengo, Rio de Janeiro); - Rio Grande do Sul (Cruz Alta, Porto Alegre, Santa Rosa, Três de Maio); - Santa Catarina (Joinville, Porto União); - São Paulo (Mogi das Cruzes, Hortolândia, São Paulo);

L) 11º Seminário (31 de outubro, 01 e 02 de novembro de 2015)

PERSPECTIVAS E DESAFIOS COLOCADOS À ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE CAPITALISTA, realizado em parceria com o Instituto Paranaense de Cegos - IPC e o PEE-UNIOESTE.

a) "Implicações do Modelo Social de Deficiência no Processo de Inserção no Trabalho" - Professora Doutora Lilian Porto Borges (UNIOESTE - Cascavel), Professor Mestre Enio Rodrigues da Rosa (IPC - SEED - Curitiba)

b) "A educação na Perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica e a escolarização das pessoas cegas e com baixa visão" Professora Doutora Júlia Malanchen (UNIOESTE - Foz do Iguaçu) e Professora Mestre Luzia Alves da Silva (ACADEVI - IFPR - Cascavel)

c) "Os movimentos sociais e os desafios postos à classe trabalhadora no sistema vigente" - Professor Doutor João Zanardini (UNIOESTE - Cascavel) e Professor Mestre José Roberto Carvalho (ACADEVI - UFFS - Realeza).

Contou com a presença de 139 pessoas, sendo de diversos Estados: - Distrito Federal (Brasília); - Goiás (Goiânia, Senador Canedo); - Minas Gerais (Betim, Patos de Minas); - Mato Grosso (Rondonópolis, Cuiabá); - Rio de Janeiro (Nilópolis, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São Gonçalo); - São Paulo (Campinas, Carapicuíba, Hortolândia, Indaiatuba, Pindamonhangaba, Santa Barbara do Oeste, São Paulo, Taubaté); - Paraná (Altônia, Boa Vista da Aparecida, Campo Mourão, Cascavel, Catanduvas, Cornélio Procópio, Curitiba, Francisco Beltrão, Ibema, Iporã, Itambé, Lindoeste, Maringá, Palotina, Ponta Grossa, Realeza, Santo Antônio da Platina, Serranópolis do Iguaçu, Toledo, Umuarama, União da Vitória).

M) 12º Seminário de Cegos (08 a 10 de dezembro de 2017)

A FORMAÇÃO DE DIRIGENTES PARA O MOVIMENTO DE PESSOAS CEGAS NUMA PERSPECTIVA TRANSFORMADORA: A NECESSIDADE DE ARTICULAR A LUTA DOS CEGOS COM A TAREFA HISTÓRICA DO PROLETARIADO NA SUPERAÇÃO DAS CONTRADIÇÕES IMPOSTAS PELO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Os assuntos debatidos na oportunidade foram:

- a) Mesa de abertura - Leitura de conjuntura: os desafios contemporâneos para a classe trabalhadora em luta por sua emancipação - Professor Doutor João Zanardini (UNIOESTE - Cascavel)
- b) Mesa 01: O capitalismo, seu metabolismo, o estado burguês e a tarefa histórica do proletariado - Professor Mestre José Roberto Carvalho (ACADEVI - UFFS - IFPR).
- c) Mesa 2: As condições de existência das pessoas com deficiência no capitalismo e a concepção científicas e libertadora da psicologia histórico-cultural - Professora Doutora Lucia Terezinha Zanatto Tureck (UNIOESTE - Cascavel) e Professora Mestre Patrícia da Silva Zanetti (SEED - Cascavel)
- d) Mesa 3: Os sérios complicadores e desafios dependentes nas atividades de luta e formação dos militantes das entidades de pessoas com deficiência visual e demais segmentos determinados em condições concretas de lumpem proletariado - Professor
- e) Mestre Enio Rodrigues da Rosa (IPC - SEED - Curitiba) e Professor Especialista Ivã José de Pádua (UNIOESTE/ACADEVI - Cascavel)

N) 13º SEMINÁRIO DA ACADEVI e I ENCONTRO NACIONAL DE CEGOS (15 a 17 de novembro de 2019)

DIÁLOGOS E APROXIMAÇÕES COM E ENTRE ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES

Com objetivo de realizar debates com a participação de entidades e formação de dirigentes e militantes, a associação definiu que o público seriam pessoas com deficiência que participam de alguma entidade de luta, discutindo trabalho, educação e as relações sociais, buscando a formação política e reflexões acerca de como estes movimentos estão organizados. O evento teve uma formatação com uma dinâmica semelhante a curso de formação, visando superar o modo tradicional de seminário com palestrantes, e momentos de debates, com propostas somente no plenário final.

Estiveram presentes no evento 123 pessoas, dentre estas, 114 são pessoas com deficiência visual, 03 familiares e as demais eram profissionais da educação e assistência social. Oriundas de 04 Estados e 23 municípios: - Goiás: Goiânia; Rio de Janeiro: Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul: Montenegro, Novo Hamburgo e Porto Alegre; Paraná: Altônia, Boa Vista da Aparecida, Capanema, Congonhinhas, Cornélio Procópio, Curitiba, Francisco Beltrão, Guarapuava, Lindoeste, Maringá, Nova Fátima Planalto, Pitanga, Ponta Grossa, Santa Mariana, São Pedro do Iguaçu, Toledo e Umuarama.

Contou com as seguintes temáticas:

- a) Mesa Redonda 01 - A Pessoa com deficiência e certos aspectos históricos presentes em suas vidas: problematizando o debate. - Professor Mestre José Roberto Carvalho - Pedagogo do IFPR Cascavel e membro da ACADEVI; - Adriana da Costa Fonseca - membro da ACADEVI; - Eliane Novak - membro da ACADEVI
- b) Mesa Redonda 02: Os Fundamentos de Defectologia de Vigotski e a pessoa com deficiência na sociedade moderna: possibilidades, barreiras e desafios. - Professora Mestre Patricia da Silva Zanetti- Professora do CAP/SEED/PR -membro da ACADEVI; Professor Mestre Enio Rodrigues da Rosa – Professor da SEED/PR e IPC Curitiba; Flávio Hoffmann - Graduado em Direito, Servidor do INSS Cascavel; Membro Fundador da ADEVICAP.
- c) Mesa Redonda 03: As entidades e associações representativas, direitos e anseios das pessoas com deficiência no Brasil: história e conceito de entidade "de e para"; distinções de entidades e associações representativas e as relações necessárias entre elas - Professor Gelcir dos Santos – Professor do CAP/SEED/PR -membro da ACADEVI; - Jair Aparecido Carvalho - Membro da ACADEVI; - Professor Josué dos Santos- Membro da ACADEVI

É relevante destacar que em todos os Seminários, em suas mesas expositoras, foram organizados períodos de retomadas das discussões anteriores. Nas plenárias os participantes colocavam suas dúvidas e aflições em relação às lutas enfrentadas e desafios para manter uma associação ou entidade atuante, destacando o trabalho que a ACADEVI tem feito nacionalmente, mas que infelizmente não é suficiente para impedir ações de governantes e sociedade contra os direitos dos trabalhadores com deficiência ou que possuem filhos com algum tipo de deficiência ou necessidades específicas.

Seguem algumas observações e questionamentos apresentados durante os eventos e que foram colocados nos documentos produzidos a partir dos Seminários.

A inclusão de pessoas cegas no ensino regular no Estado do Paraná não é nenhuma novidade. Já em 1932, um cego tentou frequentar um Ginásio de Curitiba. Segundo o Parecer número 291, de 4 de novembro de 1932, o professor Cezário de Andrade declarou que seria impossível ministrar aulas, numa mesma sala, a um aluno que se utilizasse de métodos de leitura e escrita diferente dos demais alunos. Porém, no mesmo referido Parecer concluiu-se pela concessão da vaga pleiteada pelo requerente porque, como cita o texto, "seria realmente profundamente doloroso que, além do cárcere das trevas, privássemos o aluno deste bálsamo espiritual que o ajudará a quebrar o ceticismo tão próprio desta desgraça que é a cegueira". (SOMBRA, apud BELARMINO, 1997).

Para que a inclusão aconteça de fato, será necessário que as condições de acesso e permanência sejam garantidas. Pois, segundo a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, onde os representantes de noventa e dois governos e vinte e cinco organizações internacionais entre elas a UNESCO, aprovaram a Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais (junho de 1994) e proclamaram que "todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimento". Essa Linha de Ação levou à inclusão dos estudantes com deficiência (aquele com deficiência visual inclusive) às escolas comuns.

Destacam-se algumas propostas importantes e recorrentes nos Seminários:

a) definir programas de qualificação continuada e regionalizada, de modo a atender as necessidades dos professores da rede, promovendo cursos sobre o sistema Braille, Sorobã e Orientação e Mobilidade e outros, de maneira permanente, de modo a

manter os professores sempre atualizados sobre o que se refere especificamente à inclusão da pessoa cega no ensino regular;

b) formular política de produção sistemática de todo o material escolar, seja ele em Braille ou ampliado, antes do ano letivo, para que as pessoas com deficiência visual não venham a perder mais em relação aos estudantes sem problemas de visão. Os Centros de Produção de Material em Braille de Curitiba, Maringá, Francisco Beltrão e Cascavel e outros que venham a ser criados, podem ser uma alternativa excelente para suprir a falta do material adaptado desde que se destinem recursos suficientes, tanto financeiros como humanos, assim como treinamento periódico dos funcionários;

c) destinar recursos que, em parceria com as bibliotecas públicas dos municípios, proporcionem a ampliação, renovação e a criação de acervos em Braille e de outros meios que possibilitem o acesso à informação pelas pessoas cegas.

Com as deliberações que já vinham sendo propostas, o acesso à leitura e aos conhecimentos construídos pela humanidade e que são transformados em artigos e livros, começaram a ser organizados, mas, ainda se faz necessária a divulgação de forma acessível ao público em geral, por meio das bibliotecas que em sua maioria não possuem materiais para as pessoas cegas ou com visão reduzida.

De acordo com a pesquisa e dados apresentados pelo IBGE (Censo-2010), os resultados mostram que 90% das pessoas com deficiência, em idade de trabalhar, encontram-se excluídas do processo produtivo. Esta situação, que já havia sido indicado a algumas décadas, por outras pesquisas, revela "que o progresso social e as novas tecnologias como instrumentos inclusivos, não tem passado de uma retórica liberal".

Essa exclusão ocorre porque no atual processo produtivo, a força de trabalho está colocada como uma mercadoria, que deve funcionar como a extensão da máquina e possuir a precisão de um relógio, gerando a maior quantidade de mais valia possível. Nesse processo, a pessoa com deficiência que tenha alguma limitação acentuada, passa a ser considerada um mecanismo defeituoso e, sendo assim, com maiores dificuldades de satisfazer as necessidades de seu contratador, ou seja, a de gerar maior quantidade de lucro para o capitalista.

No que se refere à educação inclusiva, a despeito das dificuldades existentes, os últimos dados têm revelado a ampliação do número de pessoas com deficiência frequentando o ensino comum. Porém, existem dados que expõe que 70% não chegam a concluir o ensino fundamental e menos de 6% finalizam o ensino superior.

No caso das pessoas com deficiência visual, um dos grandes problemas vem sendo o acesso ao livro didático de forma síncrona e as novas tecnologias que podem contribuir na apropriação do saber sistematizado, conhecimento este indispensável para que o homem possa ampliar seu processo de humanização e atuar como agente transformador.

2.1.3 Os Cursos de Formação

Os cursos de formação desenvolvidos e intercalados com os seminários são considerados espaços de formação para dirigentes e caracterizam a natureza da ACADEVI em relação aos seus membros.

São programados com aprovação coletiva pelo Conselho Deliberativo, sendo em seguida elaborados os projetos e realizada a divulgação.

Apresenta-se a seguir a relação dos Cursos de Formação realizados no período de 1999 a 2018.

a) "A participação política dos cegos" - 1999

O primeiro curso ocorreu de 19 a 21 de outubro e contou com 25 pessoas dos seguintes municípios: Cascavel, Lindoeste, Céu Azul, Boa Vista da Aparecida, Francisco Beltrão, Guaíra, Umuarama, São Sebastião da Amoreira, Cornélio Procópio e Curitiba.

b) "A função da direção e a ética do dirigente no movimento" - 2000

Dando continuidade à proposta de promover espaços de estudo e reflexão para potencializar a práxis dos cegos, a ACADEVI promoveu, nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2000, na casa de formação da CRABI - Coordenação Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu, o seu segundo curso de formação de dirigentes para o movimento de cegos, com a finalidade principal auxiliar na preparação dos dirigentes da entidade que iriam concorrer às eleições para o conselho deliberativo da ACADEVI, marcadas para dezembro do mesmo ano e, portanto, esteve Contvoltado principalmente para os cegos residentes na sua área de abrangência. Contou com 28 participantes dos seguintes municípios: Cascavel-Pr, Medianeira-Pr, Lindoeste-Pr, Céu Azul-Pr, Boa Vista da Aparecida-Pr e Umuarama-Pr, este último situado fora da área de abrangência da entidade.

- c) “A posse privada dos meios de produção enquanto base da exclusão social das pessoas cegas” - 2001

Buscando contribuir para formar pessoas críticas, em condições de compreender o mundo e atuar sobre o mesmo segundo seus interesses coletivos, a ACADEVI promoveu, nos dias 15, 16 e 17 de novembro de 2001, na casa de formação da CRABI (Coordenação Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu), o seu terceiro curso de formação de dirigentes para o movimento de cegos.

Estiveram no curso 24 pessoas, sendo 20 pessoas com deficiência visual cegas ou com baixa visão e 4 colaboradores videntes.

- d) “As crises do capital” - 2001

O quarto curso de formação teve como critério a participação do anterior, pois foi organizado uma retomada dos debates, buscando demonstrar como o capital se desenvolve e entra em crises, quais são os seus instrumentos para resolvê-las e qual é o momento em que se encontra enfraquecido, oferecendo melhores condições para que os trabalhadores, agindo de forma revolucionária, possam destruí-lo e, em seu lugar, construir uma sociedade onde um homem não explore o outro. Com a finalidade de atingir tal objetivo, foram abordados os seguintes pontos:

1. O capitalismo é uma sociedade que se assenta na propriedade privada, na relação assalariada de trabalho, na divisão da sociedade em classes (burguês e proletário) na produção e troca de mercadorias e na extração da mais-valia.

2. A atividade principal que o capitalista desenvolve é a compra e venda de mercadorias, a qual é realizada sempre tomando por base o valor que está contido em cada uma delas. É definido como valor de troca e pode ser medido pela quantidade de trabalho socialmente acumulado nas mercadorias.

3. As mercadorias, além do valor de troca, possuem também um valor de uso. Este pode ser definido como sendo a finalidade para qual foi construída a mesma e, desta forma, está presente na própria mercadoria.

4. O capitalista troca as mercadorias com a finalidade de obter lucros. Este objetivo só pode ser alcançado com a apropriação de parte da riqueza produzida pela força de trabalho do proletariado e, portanto, só pode ser gerado na esfera da produção através da extração da mais-valia (quantidade de riqueza a mais, produzida pelo trabalhador em relação ao valor de sua força de trabalho), a qual pode ser ampliada, tanto de forma absoluta quanto de forma relativa:

* A mais-valia absoluta - se dá quando ocorre pelo menos um dos seguintes fatores: ampliação da jornada de trabalho, intensificação no ritmo da produção e diminuição de salários.

* A mais-valia relativa: ocorre quando o valor da força de trabalho diminui. Isto acontece quando se implementam tecnologias mais modernas na produção das mercadorias que os trabalhadores necessitam para viver.

5. O capital é o valor que se valoriza, é um excedente utilizado para acumular mais-valia.

Compõe-se do dinheiro que está sendo utilizado na produção, da força de trabalho, das máquinas, das matérias primas, do prédio, enfim, de tudo aquilo que pode ser utilizado para se produzir uma nova mercadoria. Mas o principal capital do burguês é a força de trabalho, pois somente ela é capaz de produzir um valor novo e, desta forma, ampliar a riqueza do capitalista.

6. Todo capital é uma riqueza, mas nem toda riqueza é capital, isto porque, capital é somente o que está a serviço do processo produtivo e riqueza é tudo aquilo que é produzido pelo homem.

7. O capitalismo constitui-se de duas classes fundamentais: o proletariado e a burguesia. Os primeiros são aqueles que só possuem a força de trabalho, a qual necessitam vender para poderem viver nesta sociedade; os últimos são os proprietários dos meios de produção, os quais sobrevivem do acúmulo de lucros, que é a parte da mais-valia que fica com o dono do capital, ou seja, sobrevivem da exploração do trabalho alheio.

e) “Participação política e a necessidade da organização das pessoas cegas e com visão reduzida” - 2002

O evento aconteceu no sindicato dos trabalhadores nas indústrias alimentícias de Cascavel e região (casa do trabalhador), 02 e 03 de novembro de 2002, contando com 30 pessoas. Dos participantes, 25 do município de Cascavel, 3 de Toledo, 1 de Céu azul e 1 de Boa Vista da Aparecida.

f) “O cego enquanto agente político: necessidade e significado de sua participação ativa nos embates sociais” - 2004

Com intuito de proporcionar debates e reflexões sobre o sujeito no coletivo, realizou-se nos dias 01 e 02 de maio de 2004, com o público-alvo as pessoas com deficiência visual mais envolvidas no cotidiano da entidade.

Também buscou-se destinar algumas vagas as pessoas cegas da ADVT (Associação de Deficientes Visuais de Toledo) e da ADEVISP (Associação dos deficientes visuais do Sudoeste do Paraná).

No curso participaram 25 pessoas, dentre estas 19 possuíam deficiência visual - cegas ou com visão reduzida e 6 sem deficiência, sendo 21 de Cascavel e 4 de Toledo.

g) “A participação política das pessoas cegas” - 2006

Nos dias 21 e 22 de abril de 2006, realizou-se em Cascavel, no Hotel Santa Maria, o sétimo Curso de Formação de Dirigentes para o Movimento de Cegos, promovido pela ACADEVI. Após discutir no coletivo da entidade foi optado por direcionar o curso para pessoas cegas e com visão reduzida que recentemente se integraram à associação, e para isso decidiu-se trabalhar a mesma temática abordada no primeiro curso de formação da ACADEVI realizado em 1999.

O evento contou com a participação de 23 pessoas, oriundas dos seguintes municípios: Cascavel, Formosa do Oeste e Toledo. A temática do curso foi organizada em quatro blocos, onde foram discutidos os subtemas: Participação, Os Movimentos Sociais, A Situação Social dos Cegos em Cada Período da História da Humanidade e as Concepções de Organização de Movimentos de Cegos.

h) “Da objetivação material à consciência política revolucionária no movimento de cegos” – 2008

No mês de novembro, aos dias 15 e 16 de 2008, no Colégio Estadual Padre Carmelo, a ACADEVI promoveu o VIII curso de formação de dirigentes para o movimento de cegos. Participaram 38 pessoas cegas e de baixa visão, oriundas de 12 municípios, assim distribuídas: Cascavel (25), Toledo (2), Altônia (2), Boa Vista da Aparecida (1), Guaraniaçu (1), Francisco Beltrão (1), Capanema (1), São Paulo (1), Lindoeste (1), Campo Mourão (1), Guaíra (1) e Pato Branco (1).

i) “Necessidades e possibilidades de articular a luta das pessoas com deficiência visual na perspectiva do atual sujeito histórico” - 2010

A ACADEVI ofertou, entre os dias 12 e 14 de novembro de 2010, no Hotel Santa Maria em Cascavel, o IX curso de formação de dirigentes para o movimento de cegos.

O curso, que ocorreu nos horários das 13:30 às 15:00 horas e das 18:00 às 21:30 horas, foi organizado e ministrado por pessoas com deficiência visual pertencente a própria entidade. Participaram do curso 28 pessoas cegas e de baixa visão, oriundas de 7 municípios do estado do Paraná, assim distribuídas: Cascavel

(19), Francisco Beltrão (2), Toledo (2), Guaraniaçu (2), Boa Vista da Aparecida (1), Capanema (1) e Curitiba (1.). Os participantes do curso, que foram 9 pessoas do sexo feminino e 19 do masculino, encontravam-se distribuídos nos seguintes graus de escolaridade: 6 possuíam curso superior; 8 cursavam o ensino superior; 9 com ensino médio completo e 5 estudavam o ensino fundamental ou médio.

A temática do IX curso de formação de dirigentes para o movimento de cegos foi organizada em três blocos de oito horas cada, buscando refletir junto aos participantes a necessidade de aproximar as lutas dos cegos com a tarefa histórica do proletariado, isto é, a superação do modo de produção capitalista e a construção de uma sociedade sem explorados e exploradores.

j) “A luta dos cegos na atual formação societária: projeto estratégico, organização e o compromisso do militante” - 2012

Com a finalidade de continuar oportunizando espaços e meios que possam contribuir para a formação de uma pessoa com deficiência visual capaz de desvelar a realidade e atuar diante da mesma como agente transformador, a Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual promoveu, nos dias 02, 03 e 04 de novembro de 2012, o seu X curso de formação de dirigentes para o movimento de cegos. Foi realizado nas dependências do Hotel Santa Maria em Cascavel e, como ocorre em todos os eventos promovidos pela ACADEVI, foi inteiramente gratuito as 39 pessoas que participaram do mesmo, incluindo hospedagem e alimentação. Foi feito um breve levantamento sobre o perfil dos participantes, conforme segue: 39 pessoas eram provenientes de 10 municípios do Estado do Paraná: Altônia, Capanema, Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guaíra, Lindoeste, Medianeira, Ponta Grossa e Toledo. - Os participantes pertenciam a 04 entidades de pessoas cegas e de baixa visão e 01 instituição para pessoas com deficiência visual. - Dos 39 participantes, 20 eram do sexo masculino e 19 feminino. - 24 possuíam trabalho fixo, sendo 13 servidores públicos, 08 estagiários em instituições governamentais e 03 empregados em empresas privadas. - No que se refere ao perfil educacional: 14 possuía curso superior, 07 estava cursando faculdade, 11 possuíam ensino médio completo e 07 encontravam-se ao nível do ensino fundamental.

k) “O concreto societário e os enfrentamentos sociais na história da luta de classes, os limitados atos empreendidos pelo abstrato movimento dos cegos no Brasil e o papel que pode assumir uma associação de pessoas trabalhadoras com deficiência visual: a escola de formação e militância na ACADEVI” – 2014.

- l) “A organização das pessoas cegas numa perspectiva transformadora: a necessidade de articular a luta dos cegos, com a tarefa histórica do proletariado e as contradições impostas pela sociedade capitalista atual” - 2016

Com a finalidade de continuar oportunizando espaços e meios que possam contribuir para a formação de uma pessoa com deficiência visual capaz de desvelar a realidade e atuar diante da mesma como agente transformador, a Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual promoveu, nos dias 13 e 14, de novembro de 2016, o seu XII curso de formação de dirigentes para o movimento de cegos, que foi realizado na sala de reuniões da companhia de engenharia de transporte e trânsito - CETTRANS, foi inteiramente gratuito as 26 pessoas que participaram do mesmo, incluindo hospedagem e alimentação. Foi feito um breve levantamento sobre o perfil dos participantes, conforme segue:

As 26 pessoas eram provenientes de 3 municípios do Estado do Paraná: Cascavel, Capanema e Curitiba; - Os participantes pertenciam a 01 entidade de pessoas cegas e de baixa visão (ACADEVI) e 01 instituição para pessoas com deficiência visual (IPC). - Dos 26 participantes, 13 eram do sexo masculino e 13 feminino. - 15 possuíam trabalho fixo, sendo 08 servidores públicos, 06 estagiários em instituições governamentais e 01 empregada em empresa privada. - No que se refere ao perfil educacional: 10 possuía curso superior, 05 estava cursando faculdade, 04 possuíam ensino médio completo e 02 cursando, e 05 encontravam-se ao nível do ensino fundamental.

- l) “A importância da participação das pessoas cegas e ou de baixa visão na sociedade” – 2018

Como já informado anteriormente a ACADEVI teve que dar uma pausa temporariamente em seus eventos em decorrência da pandemia da Covid-19, retomando a organização de projetos para os próximos cursos, com planejamento iniciado para realização neste ano de 2022, no mês de novembro.

Outras formações promovidas pela ACADEVI:

Em relação às atividades e demais ações da ACADEVI, Pádua (2018) destaca: “outra preocupação da entidade tem sido a discussão e apropriação das tecnologias assistivas e a sua utilização pelas pessoas cegas e com baixa visão”.

Segundo Carvalho, Rosa e Tureck (2008, p. 89), a ACADEVI organizou para discutir esta temática o I Encontro Sulbrasileiro de Cegos Usuários de Informática, ofertado pelo Departamento de Educação da UNIOESTE, ACADEVI, Departamento

de Informática/UNIOESTE e Prefeitura Municipal de Lindoeste - Paraná, nos dias 16 e 17 de outubro de 1999.

Estiveram presentes 50 pessoas, dentre essas, 32 pessoas com deficiência visual (16 cegos e 16 visão reduzida), procedentes de 15 municípios do Estado do Paraná, além de participantes dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Entre os participantes que apresentavam deficiência visual, 19 eram do sexo masculino e 13 do sexo feminino. Destes, 17 já têm acesso e algum conhecimento em informática.

Os seguintes temas foram apresentados: "História da Inserção do Cego na Informática" - Nelson Expedito da Rosa, de Curitiba e "Contribuição da informática no processo de educação escolar da pessoa cega" – Professor Dr. José Antônio Borges¹² – NCE - UFRJ,

Após as palestras e discussões, houve a organização de grupos para debater as dificuldades e os problemas enfrentados pelas pessoas cegas na aquisição de conhecimento na área de informática, com resultado de levantamento coletivo de propostas que possam garantir este recurso para pessoas com deficiência visual.

Outros eventos relacionados a esta área, promovidos pela UNIOESTE, tiveram participação efetiva da ACADEVI, como os Seminários de Educação Especial promovidos pelo PEE, a cada dois anos, que já chegou a treze edições.

No dia 05 de maio de 2012, aconteceu o 1º ENCONTRO DA JUVENTUDE COM DEFICIÊNCIA VISUAL DA REGIÃO OESTE DO PARANÁ, em conjunto com os CAPs municipal e estadual. O tema foi “A educação e as novas tecnologias no processo de validade social das pessoas cegas e de baixa visão”. Houve a participação de 45 pessoas, com os seguintes objetivos:

- Propiciar conhecimentos que contribuam para que o jovem com deficiência visual possa compreender as diferentes perspectivas para a sua existência na atual formação societária;
- oportunizar informações que contribuam para que a pessoa com deficiência visual possa compreender a importância da educação para a sua existência;
- analisar as possibilidades e limites das novas tecnologias no processo de superação da deficiência;
- refletir sobre a necessidade de se articular a educação e as novas tecnologia ao processo de validade social das pessoas com deficiência (Relatório do primeiro encontro da juventude - ACADEVI 2012).

¹² Docente da UFRJ, criador do DOSVOX, juntamente com o então acadêmico Marcelo Pimentel. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/historico.htm> Acesso em: 14 jun. 2022.

Pensando que para as pessoas com deficiência visual a tecnologia é uma ferramenta essencial, este encontro foi importante para que elas pudessem conhecer um pouco dos cursos de graduação e assim, perceber que podem se inserir no ensino superior.

A ACADEVI além de promover os eventos mencionados acima, fomenta a participação de seus associados em outros movimentos sociais, como sindicatos e grupos que buscam lutar pelos direitos dos trabalhadores em geral.

No próximo capítulo, encontram-se a pesquisa de campo, coleta e análise dos dados obtidos.

3 O QUE DIZEM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL SOBRE CURSAR O ENSINO SUPERIOR E PARTICIPAR DA ACADEVI

O tema central da pesquisa é a análise da educação especial, materializada na educação inclusiva, no AEE, como contribuição para o ingresso e permanência de estudantes cegos com visão reduzida no ensino superior. Busca identificar a relação da ACADEVI, enquanto movimento social, com a trajetória acadêmica desses estudantes com deficiência visual na aquisição do conhecimento científico.

Portanto, a pesquisa empírica busca a reflexão sobre quais avanços podem ser percebidos e analisados a partir do que as pessoas cegas ou com visão reduzida escreveram, através das respostas ao questionário aplicado, sobre seu percurso de estudos até a graduação e a pós-graduação, com a participação na ACADEVI.

Por fim, todo o material recolhido e investigado juntamente com a fundamentação teórica, segue analisado, buscando alcançar resultados e realizando uma reflexão sobre dados históricos e sobre alguns avanços, e, talvez, fracassos, durante o percurso escolar dos sujeitos com deficiência visual, do ensino médio ao ensino superior.

Inicialmente o trabalho foi pensado de forma presencial, mas, como colocado anteriormente isto não foi possível devido o distanciamento e o isolamento entre 2020 e 2021 que se fez necessário devido a pandemia da COVID 19. Portanto, a análise se deu por meio de verificação das respostas recebidas e tabuladas, conforme seguem as informações.

Com pesquisa realizada por meio dos questionários, objetivou-se organizar informações e analisar o ingresso no ensino superior, bem como a contribuição do movimento de cegos para que os sujeitos compreendam como são vistos na sociedade e alcancem a superação da visão mística e biológica já tratada anteriormente. O questionário enviado por e-mail no formato acessível, permitiu a colaboração na construção deste trabalho que por sua vez não tem objetivo de esgotar as discussões, mas sim instigar e fomentar os debates sobre o tema.

No primeiro momento, apresentamos o perfil das pessoas com deficiência visual, seguindo-se as dificuldades em relação ao ingresso no ensino médio: materiais e recursos utilizados; no ensino superior, a recepção por parte de colegas e docentes, bem como as adaptações de textos e outros recursos. Já na terceira parte do

questionário encontram-se os dados sobre a participação na entidade e como esta ação contribui em sua vida.

Os sujeitos dessa pesquisa de campo foram convidados dentre pessoas com deficiência visual, que cursam ou já cursaram o ensino superior em duas cidades localizadas no oeste do Paraná: Cascavel e Toledo, independente da instituição, se pública ou privada, associados ou participantes de eventos da ACADEVI. Suas identidades foram preservadas, sendo identificados por S01, S02...

3.1 A COLETA DOS DADOS PELO QUESTIONÁRIO

A pesquisa de campo para levantamento de dados a respeito do percurso escolar, da Educação Básica ao Ensino Superior e de participação no movimento social, por pessoas cegas e com visão reduzida realizou-se com utilização da técnica de questionário com perguntas abertas; considerando que a acessibilidade para tais pessoas é alcançada com o uso do sistema DOSVOX, as questões foram por ele enviadas.

Esse sistema computacional com retorno sonoro é utilizado por pessoas com deficiência visual, possuindo aplicativo cartavox e edivox, serviço de e-mail e de edição de texto, respectivamente; o sistema permite receber os retornos e organizá-los em arquivo próprio.

Quanto ao grupo dos sujeitos da pesquisa, participam 16 pessoas com deficiência visual, graduados ou acadêmicos cegos e/ou com visão reduzida que cursaram ou cursam ensino superior nas cidades de Cascavel e Toledo (PR), nas décadas de 1990 a 2020. A escolha dessas cidades justifica-se pela presença da Unioeste, com o Programa de Educação Especial (PEE), o qual apoia acadêmicos com deficiência, e da atuação da ACADEVI em ambas, sendo em Toledo na colaboração com a ADVT – Associação de Deficientes Visuais de Toledo. Ainda, nessas duas cidades há outras instituições de ensino superior, privadas e públicas, onde também associados da ACADEVI podem ter estudado.

Ao serem convidados, os sujeitos foram esclarecidos sobre a pesquisa e convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme as diretrizes e normas do Comitê de Ética na Pesquisa, o qual aprovou o projeto de pesquisa.

3.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados são analisados a partir do levantamento das respostas ao questionário, ordenados em itens de similaridade para organizar as características do percurso escolar, destacando as relações de ensino e de aprendizagem, os apoios e efetivação do atendimento educacional especializado e a utilização dos recursos tecnológicos e didáticos, bem como o acesso ao ensino superior com a contribuição da ACADEVI, atendendo aos objetivos da pesquisa.

Em relação à apresentação dos dados dos questionários, por questão de acessibilidade para leitura por pessoas cegas, optou-se por não fazer uso de tabelas. Assim, segue descrição e tabulação dos dados:

- Sexo: feminino: 07; masculino 09;
- Idades: de 19 a 29 anos: 4; de 30 a 39 anos: 5; de 40 a 49 anos: 7;
- Cidades de origem: Cascavel: 11; Catanduvas: 1; Céu Azul: 1; Icaraíma: 1; Ouro Verde do Oeste: 1; Toledo: 1;
- Condição visual: pessoas cegas: 11; com visão reduzida: 5;
- Deficiência visual: congênita: 11; adquirida: 5;
- Formação no ensino médio: Colégios de Cascavel: 11; de outros municípios: 5;
- Ensino regular: 10; ensino supletivo 6, sendo dois na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos não presencial, com exames aplicados em períodos distintos ao longo do ano, os chamados "provões": tendo como instituição de oferta e certificação o CEBEEJA Cascavel, órgão da Secretaria Estadual de Educação, SEED, Pr.
- Ensino Superior / graduações: Ciências Sociais (1 cursando e 1 concluído); Direito (1 cursando); Pedagogia (11 concluídos); Serviço Social (1 concluído); Fisioterapia (1 cursando);
- Instituições de Ensino Superior: FAG: 2; UNIBAN: 1; UNIOESTE: 10; UNIVEL: 2; UNOPAR: 1;
- Cursos de Especialização: concluído: 10; em curso: 1;
- Mestrado: concluído: 4; em curso: 1;
- Doutorado: em curso: 3, sendo 1 em Filosofia e 2 em Educação, na Unioeste.

No que se refere a pergunta 13, houve diversos relatos, pois, como já colocado acima, algumas pessoas ficaram cegas quando adultos, portanto não utilizaram os recursos no ensino médio, como seguem:

S02: Por na época ser vidente, não necessitei de adaptações.

S04: No ensino médio, a escola só me proporcionou a máquina braille e que ficava na escola. Os professores não tinham formação e não sabiam trabalhar com pessoa com deficiência. Usava os livros em braille que o CAP estadual produzia para mim.

S05: Ainda enxergava quando cursei o Ensino Médio, assim não necessitei de adaptações específicas utilizadas por estudantes com cegueira.

S06: Na época, apenas ampliação de apostilas e lupas de leituras, as quais eu mesmo comprei.

S09: Tinha acesso ao computador notebook (sic) com o aplicativo dosvox, também frequentava a sala de recursos, mas a professora responsável sempre me deixava ouvindo músicas.

S13: A maior parte do conteúdo era obtido por meio de colegas de sala lendo na apostila impressa e meus registros na escrita braille por meio da reglete, com os professores ditando o conteúdo para turma registrar.

Infelizmente, ainda existe a visão segregadora sobre as pessoas com deficiência de forma errônea, exemplo o tratar como "coitadas" sem a necessidade de se desenvolver, para elas "qualquer coisa está bom", sendo por muitas vezes são reproduzidas pelos próprios profissionais que se dizem especialistas em educação especial. Por diversos fatores, as formações contínuas são necessárias, unindo a teoria e a prática de forma consciente.

Todavia, merece destaque o apoio recebido no ensino supletivo, como narrado:

S07: O ensino médio meu foi ótimo. Hoje este apoio já não existe mais. Tinha uma professora que produzia todos os módulos de cada matéria em braille. Isto em uma máquina braille! E os materiais estavam em minhas mãos para nós estudar bem rapidinho! Eu estudava com gosto! Assimilando cada item da matéria. Como foi supletivo, estudei em casa e só tirava as dúvidas com a professora, quando havia. Só sofri na matemática, mas isso não foi por problemas com o método de ensino ou falta de material para estudar. O problema ali era eu, que não gostava da matéria!

Na questão 14, nas respostas, os sujeitos colocaram que tiveram os seguintes apoios: ampliação de textos, digitalização de materiais utilizados pelos docentes, os textos obrigatórios e os complementares, a disponibilização de computadores com o sistema DOSVOX para as provas e demais atividades, quando necessário.

Dificuldades se ampliam quando a acessibilidade não é proporcionada, conforme narrado:

S07: Tive apoio no fornecimento dos materiais digitalizados por ambas as faculdades, mas sempre com atraso e com certa dificuldade na aquisição dos mesmos. O ensino em si não foi muito proveitoso (sic) em termos de conteúdos, pois tive dificuldades sérias nos trabalhos em

grupos, e por não poder acompanhar a leitura junto ao professor e os demais alunos, no momento das aulas, por não estar ali com o material em mãos para acompanhar a leitura dos mesmos diretamente no momento em que o professor dava em detalhes as explicações.

S09: Foi mais fácil com o áudio, mas eu tive que escutar bastante vezes. Mas eu prefiro o computador os aplicativos de acessibilidade porque daí eu consigo manusear sozinha, e caso eu preciso de auxílio a professora me ajuda.

Quanto ao relato do sujeito 06, se faz pertinente destacar, considerando a importância da luta coletiva para que as condições de adaptação sejam disponibilizadas ao acadêmico com deficiência:

S06: O que julgo ainda mais importante, o meu vínculo ao Programa de Educação Especial da UNIOESTE enquanto membro do colegiado, não uma pessoa atendida: quando, inclusive, eu e outros(as) acadêmicos(as) pudemos, mesmo atuamos na luta pela fundação e estruturação política e institucional do PEE. Foi em parte similar ao que ocorreu no Mestrado; sendo que na UFPR, a luta foi estrita para a equipação (sic) do setor de adaptação de materiais, que não existia quando do início do meu curso de mestrado, ano de 2006, em que a minha turma ameaçou até greve estudantil caso o espaço não fosse imediatamente constituído e garantido sua manutenção pela universidade: o que contribuiu para que a UFPR Campus Curitiba, na época, pudesse vir contar com o programa de educação especial em termos que garantisse, efetivamente, as mínimas condições para o estudo de uma pessoa cega.

S13: Na pós de educação especial em 2013/2014, já tinha meu notebook, podendo registrar as atividades em sala de aula. Na pós de ensino de sociologia no ensino médio, cursei a distância na instituição Unicentro. Foi muito desafiador pelos problemas de acessibilidade na página. A instituição se colocou a disposição para contornar o problema, já que não houve solução definitiva em relação a sanar o problema de acessibilidade na sua plataforma Moodle. Foi possível concluir a especialização pelo fato da direção vir a Cascavel para se reunir comigo, mais dois colegas com deficiência, um cego e outro de baixa visão, também uma servidora da UNIOESTE que foi muito importante para a conclusão do curso. O artigo de conclusão de curso foi apresentado presencialmente na própria instituição.

Quando as condições para a permanência do acadêmico atendem às suas necessidades, possibilitam a aquisição do conhecimento, todavia essas condições são construídas e não simplesmente concedidas, como pode-se ler na resposta enviada, destacando a atuação coletiva das pessoas com deficiência nas lutas para o alcance da acessibilidade necessária.

Importa registrar que as pessoas com deficiência visual referidas são membros da ACADEVI quando já estavam na universidade.

S05: Ingressei na UNIOESTE no ano de 2001, já havendo uma trajetória de lutas e reivindicações feitas por pessoas com deficiência visual que haviam ingressado em anos anteriores, bem como já havia na Universidade um espaço, construído com a participação

efetiva do movimento social das pessoas com deficiência e de acadêmicos com deficiência, o denominado Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais/PEE. Por intermédio do PEE recebi meus materiais digitalizados; os docentes do curso de Pedagogia eram orientados quanto a necessidade da entrega com antecedência dos materiais que precisavam ser escaneados e outras questões específicas; enquanto acadêmica pude fazer uso do computador do PEE para realizar provas, pois nos primeiros anos da graduação não possuía notebook, e algo que para mim foi muito significativo, poder participar das reuniões colegiadas e outras discussões realizadas pelo PEE, espaço nos quais pude aprender muito!!!

No tocante ao uso do Braille, solicitado na questão 15, pode-se perceber que, por conta do acúmulo de atividades e leituras longas, o sistema Braille não é tão utilizado, mas, ressaltam sua importância na alfabetização da criança cega, sendo que 09 deles leem, desses 05 foram alfabetizados por meio do Braille; um sujeito possui deficiência física associada e respondeu: “Devido a (sic) minha limitação neuro-motora de membros superiores não foi possível (sic) aprender braile” (S14).

S05: Iniciei o aprendizado do sistema braille no ano 2000, quando fiz a matrícula no CAEDV do colégio Eleodoro. Simultaneamente, na antes denominada Estação do ofício estava aprendendo a utilizar o Programa Dosvox, e no ano 2001 ingressei na UNIOESTE. naquele momento, dado a pouca destreza com o braille e dificuldades com a percepção tátil, assim como o volume de textos para estudos no ensino superior, priorizei o uso do Dosvox, tecnologia que possibilitou uma revolução em minha vida, pois no final do ano de 1999 havia ficado cega e poder novamente ler e escrever com autonomia foi maravilhoso!

S05 [...] reconheço a importância do Braille, sua relevância para as crianças em fase de alfabetização, da necessidade do conhecimento da ortografia correta das palavras, de que os alunos cegos em período de escolarização façam uso desse sistema como meio de apropriação de conhecimentos científicos, tais como os da área das exatas, dado que o Dosvox deixa a desejar nessa particularidade e, gradativamente, Braille e informática educacional acessível podem e devem caminhar juntos, com isto permitindo a ampliação das possibilidades de acesso à leitura e escrita.

A questão 16 refere-se aos softwares mais utilizados pelas pessoas com deficiência visual, destacando-se o sistema DOSVOX, que é utilizado por 15 pessoas, por conta de diversas funções, como editor de textos, leitura, acesso aos e-mails e a internet para pesquisas, dentre outras ações existentes. Um dos sujeitos tem conhecimento do programa, mas não faz o uso em seu cotidiano, somente quando orienta professores e alunos. Os usuários de DOSVOX, também utilizam o leitor de tela NVDA.

Dentre os relatos, a colocação do 08 pessoas vêm ao encontro da insatisfação das pessoas com deficiência visual, em relação ao acesso a diversos arquivos e sites.

S06: O sistema operacional DOSVOX e o NVDA: mas com uso preferencial do DOSVOX, tanto para escrita como para leitura: só uso leitores de telas, mesmo o NVDA, em caso de inacessibilidade dos conteúdos: e, ainda assim, com muita dificuldade e sobretudo insatisfação; afinal, não somos nós, pessoas com deficiência, que temos de nos adaptar as falhas e barreiras dos sistemas da informação/computação, mas sim os assentos, sistemas, portais e similares da chamada Rede Mundial de Computadores que precisam garantir o desenho da acessibilidade universal; onde, em verdade, nesses e outros meios tecnológicos, a despeito do que já ocorre na aquisição de livros por parte de uma pessoa cega, que segue sendo obrigado a comprar e depois adaptar os mesmos; de modo que, se pode, mesmo deve-se conceituar por desenho da inacessibilidade universal: pois é a exclusão a regra em que às pessoas com deficiência encontram-se submetidas já desde muito, apesar de legislações mais que competentes e suficientes orientando em contrário.

Nos relatos feitos pelos participantes da pesquisa, pôde-se observar que a frase "Nada sobre nós sem nós", que foi mencionada na Convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, em 2007, faz referência ao posicionamento por parte dos sujeitos com deficiência, e como o acesso à educação e aos movimentos sociais podem ampliar as lutas e tornar próximo do posicionamento coletivo, fazendo real a frase, colocada por Vigotski (2019): "A palavra vence a cegueira"! Pois, para conhecer os procedimentos necessários à informática acessível, importa ampliar as relações sociais, como Vigotski (2019) expôs sobre a relação com os videntes.

S05: Outro aspecto muito importante para o aprendizado do Dosvox é a participação na lista técnica do Dosvox¹³, espaço que conta com a participação de inúmeros cegos de todo o Brasil, inclusive com a participação do professor José Antônio Borges da UFRJ, professor que esteve desde o início envolvido com a criação e desenvolvimento do Dosvox. Nesta lista há muita troca de informações e orientações, e sempre que necessito de ajuda em alguma situação que não consigo resolver, peço socorro por lá!

Em relação a questão 17, os participantes colocaram que o aprendizado dos programas, como DOSVOX, NVDA e escrita Braille ocorreram nas SRM tipo II, chamados anteriormente de CAEDV, na Estação do Ofício, cursos promovidos em parceria com os CAPs estadual e municipal. A maioria dos entrevistados mencionou a importância do ingresso na ACADEVI, pois isto estimulou ampliar seus conhecimentos em relação aos softwares, para a construção de atas, relatórios e projetos. Também colocaram essa necessidade ao ingressar no ensino superior.

¹³ A lista técnica do DOSVOX é um serviço mantido pela equipe de suporte, do NCE, da UFRJ, atendendo às dificuldades dos usuários de todo país.

S05: Quando iniciei a frequência ao CAEDV, os professores ainda não ensinavam de forma sistemática os recursos da denominada informática educacional acessível, conforme hoje orienta a Instrução 06/2016 SUED/SEED.

Conforme mencionei anteriormente, iniciei o conhecimento do Dosvox na Estação do Ofício¹⁴. O curso de informática era ministrado por uma pessoa com deficiência visual, que eu já conhecia da participação junto a Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual-ACADEVI.

Com esse conhecimento básico que me apropriei, possuindo computador em casa para explorar outros recursos, lendo algumas orientações de uso do Programa e dialogando com outros usuários dessa tecnologia assistiva, fui ampliando meus conhecimentos. É a necessidade que nos move e nos faz correr atrás de novos conhecimentos.

Posteriormente, já na condição de professora de um dos CAEDVs do município de Cascavel, no ano de 2010 a 2013 trabalhei com o ensino da informática educacional acessível, situação que devido as necessidades trazidas pelos alunos, me fez aprofundar ainda mais o conhecimento de recursos que eu não utilizava no meu dia a dia, dado que não tinha necessidade deles para a realização de minhas atividades.

Outro aspecto muito importante para o aprendizado do Dosvox é a participação na lista técnica do Dosvox, espaço que conta com a participação de inúmeros cegos de todo o Brasil, inclusive com a participação do professor José Antônio Borges da UFRJ, professor que esteve desde o início envolvido com a criação e desenvolvimento do Dosvox. Nesta lista há muita troca de informações e orientações, e sempre que necessito de ajuda em alguma situação que não consigo resolver, peço socorro por lá!

Hoje o Dosvox está em sua versão 6.1, e como o utilizo a(sic) mais de 20 anos, afirmo que o programa evoluiu muito, possibilitando às pessoas com deficiência visual o acesso a uma variedade de recursos, daí a importância e necessidade de estarmos acompanhando seu desenvolvimento e realizando as devidas atualizações nos computadores que utilizamos.

Quanto ao NVDA, tive a oportunidade de fazer um curso após ser usuária desse leitor de tela. Quem instalou em meu computador e me ensinou conhecimentos mais básicos foi um amigo também com deficiência visual que conhecia bastante de NVDA. Posteriormente estudei apostilas e participo da lista técnica do NVDA para me manter atualizada, mas não sou uma usuária de nível avançado dessa espetacular tecnologia assistiva. Conforme as necessidades vão surgindo, vou aprendendo mais.

S09: Foi fácil aprender o dosvox, porém só tive acesso a um computador com o programa Dosvox no final de 2019 por conta da pandemia e das atividades serem domiciliares, e em 2021 tive contato com NVDA por meio de uma professora do CEEBJA na sala de recursos baixa visão.

S13: Meu primeiro contato direto com o Dosvox foi em 2003 em um curso de Dosvox que era ofertado pelo município em um local chamado Estação de ofício, curso esse reivindicado pela Associação Cascavelense de Pessoas com Deficiência Visual - ACADEVI, com a contratação por parte do município, sendo os professores cegos ou de baixa visão, disponibilizados como estagiários para o ensino do Dosvox.

No que se refere à adaptação de materiais, perguntado na questão 18, houve relato da falta de materiais acessíveis, falta de aprimoramento na descrição de

¹⁴ A Estação do Ofício foi um espaço de aprendizagem no município de Cascavel, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com objetivo de aprendizagem profissionalizante. Nela foi ministrado um curso básico de Dosvox por solicitação da ACADEVI, para formação de pessoas com deficiência visual e era um dos membros que ensinava.

imagens, atrasos que prejudicam o acompanhamento de leitura em sala e em estudos para provas e trabalhos. Isso porque as adaptações são imprescindíveis na graduação e na pesquisa da Pós-Graduação.

S05: Destaco que são fundamentais para os estudos e a qualidade de nossa formação escolar e acadêmica. [...] Ter o acesso aos textos/livros que os docentes iriam utilizar no decorrer das aulas, possibilita com que a pessoa cega possa acompanhar o conteúdo que está sendo ministrado, fazer intervenções fundamentadas, realizar perguntas contextualizadas, enfim... é estar de igual para igual em sala de aula, pois se os demais alunos estão com o texto impresso, a pessoa com deficiência visual também tem o direito de estar com seu material adaptado.

S06: Ainda existem inúmeros problemas aqui: em geral, falta de paginação, palavras não presentes no texto original; bem como, em termos de grafia dos textos digitalizados, apresentam muitas distinções ao texto original impresso: o que, em termos acadêmicos sobretudo, implicam vários problemas para uma pessoa cega, com destaque ao nível de graduação e mais grave ainda quando da pós-graduação.

S11: Parece que com o uso da tecnologia não há mais nada a adaptar, que tudo pode ser lido pelo DOSVOX ou pelos leitores de tela, mas isso não é verdade. Existem ainda muitas imagens sem descrições, gráficos, tabelas, paginação etc, que a simples conversão para texto sem formação não resolve. Há a necessidade de ainda scanear muitos textos o que dificulta ainda mais a correção.

S08: No Ensino médio recebi poucos livros, na maioria eu mesmo que escrevia o meu próprio material em Braille. Minha mãe durante um período transcrevia a caneta meus trabalhos e provas escolares. No ensino superior tive os materiais digitalizados pelo Programa Institucional de ações relativas às pessoas com necessidades especiais da UNIOESTE.

S05: Por vezes, devido ao acúmulo de materiais a ser adaptados pelo PEE, pois além de mim havia outros acadêmicos com deficiência visual em outros anos, em outros cursos e também na pós-graduação, assim como outros entraves, tais como períodos em que o PEE esteve sem estagiários para trabalhar na adaptação de textos, acabei recebendo meus materiais com atraso e nesses momentos pude perceber como o acesso aos materiais adaptados eram importantes e necessários. E estudar, como se fala "só de ouvido" é horrível. Quero salientar que nesse processo de ter que "brigar" para ter os textos adaptados, foram diversas as reuniões que participei junto com os acadêmicos com deficiência visual daquele período da graduação, com a coordenação do PEE, com representantes da ACADEVI, associação que tem como um de seus objetivos atuar na garantia dos direitos e na luta por inserção social das pessoas com deficiência visual, com o diretor de campus etc, para reivindicarmos nosso direito de cursar a graduação com qualidade, e para tanto, o acesso aos materiais adaptados se faziam primordiais, enfim... isso foi muito educativo e formativo para mim! Dentro desse contexto, aproveito para mencionar que no mestrado realizei um estudo comparado da política de educação especial no Brasil e na Venezuela.... precisei acessar dados estatísticos que estavam disponíveis na forma de tabelas no site do INEP, precisei ler diversos livros e capítulos de livros e o PEE fez a diferença para mim, pois sem a adaptação desses materiais não teria conseguido atingir meus objetivos da pesquisa, e tão pouco concluir minha formação.

Na questão 19, algumas pessoas adquiriram os materiais com recursos próprios; outro utilizou materiais disponíveis na escola, porém devolvidos quando concluído o Ensino médio, e que no momento cursando o Ensino superior, está sem computador/*notebook*.

Os sujeitos colocaram em suas respostas que, por várias vezes, emprestaram reglete, punções, máquinas Braille, entre outros materiais. Pelos custos elevados de alguns equipamentos voltado ao público com deficiência visual, como por exemplo o Multiplano, que pode ser usado nas aulas de matemática para formar figuras, como triângulos e quadrados em diversos exercícios, passa de R\$ 400,00. Pensando que a maioria das pessoas com deficiência são da classe trabalhadora, que sobrevivem em condições precárias, estes recursos se tornam inviáveis, principalmente no período que estamos vivendo, como colocado: “Na regra universal das trocas de mercadorias, adquiridas no mercado de consumo capitalista” (S06).

S01: A reglete e punção eram disponibilizados pelo CAEDV, e a máquina braille o notebook, comprados.

S03: Por meios próprios, por não utilizar o braille na faculdade de maneira frequente, apenas a informática com um Notebook, para o uso do Dosvox e celular com programa adaptado como meio tecnológico.

Nas respostas à questão 20, que solicita o relato das dificuldades para estudarem, colocaram que os acesso aos materiais e aos *sites* e portais inacessíveis tornam frustrante as buscas e que acabam necessitando de auxílio de outras pessoas, como segue: “As dificuldades encontradas são quanto ao acesso dos materiais em sites inacessíveis, de forma que para acessarmos os materiais, nos tornamos dependentes do setor de pós-graduação” (S01).

Quanto ao solicitado pela questão 21, sobre o relacionamento em sala de aula com professores e colegas, por conta da visão propagada ao longo dos séculos, inicialmente as pessoas sem deficiência tendem a tratar os cegos como "coitadinhos" ou, como coloca, Vigotski (2019), "divino", na visão mística já descartada pelo autor. Segundo as respostas, parece que essa visão vem se alterando, manifestaram que geralmente tem sido "tranquilo".

S04: Sempre tive bons colegas, sendo companheiros no dia a dia, fazendo junto os trabalhos.

S10: No ensino médio o apoio dos professores foi importante para o processo do desenvolvimento à aprendizagem. No ensino superior se não for com o apoio dos profissionais do PEE na leitura e transcrição e produção dos materiais didáticos pedagógicos, eu enquanto acadêmico me senti muitas vezes desassistido pela ignorância dos professores das disciplinas.

S13: Na educação básica, na graduação e na pós, em todas as atividades coletivas, sempre tive colegas bem colaborativos, o que é algo comum. O que tive algumas dificuldades foi com alguns poucos professores na disposição em viabilizar os textos.

S15: Em relação aos professores, geralmente eles contribuem no processo do ensino, procuram adaptar da forma que ele entende, as vezes tendo que o aluno explicar como é preciso adaptar as aulas e os colegas geralmente contribuem auxiliando quando necessário

S16: Sim, algumas, porém com a apoio dos professores e colegas consigo acompanhar as aulas

Os relatos feitos pela resposta de S06, permite refletir, para além do relacionamento de professores e colegas, mas, na sociedade em que o capitalismo que dita as regras.

S06: Nada que pudesse ser relevante aqui: avalio que não se situe nessas relações os problemas mais sérios para a educação de uma pessoa com deficiência; fixar-se nisso, nessas relações discretas, pode até mesmo acabar por camuflar as reais, legítimas e complicadas barreiras: as quais não se situam no meio atitudinal da relação humana; essa é uma concepção e engodo que a educação especial tem fomentado, por meio sobretudo de autores e comentadores diversos e insuficientes em suas concepções e formulações acerca da educação, de uma sociedade imperativamente inclusiva, à (sic) exemplo do enredo fabuloso no qual em geral e vulgarmente convivemos no campo da chamada inclusão.

A respeito da participação dos sujeitos da pesquisa nas associações de pessoas com deficiência ACADEVI, em Cascavel (PR), ou ADVT¹⁵, em Toledo (PR), na questão 22, constata-se que 12 pessoas participam ou já participaram da ACADEVI, sendo que por várias ocasiões as duas entidades promoveram atividades em conjunto; houve reconhecimento de que a participação nesses movimentos colaboraram e colaboram na formação do sujeito, reafirmando a importância dos eventos e da atuação das entidades de pessoas com deficiência, como ACADEVI e ADVT.

S01: No começo, fiz um curso que não deu muito certo, depois com alguns treinos em casa e na Acadevi, fui aprendendo a utilizar os programas. Até que ao fazer um curso organizado pelo Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas Com Deficiência Visual

¹⁵ Toledo é um município que dista menos de 50 km de Cascavel; a ADVT foi criada a partir das participações de pessoas cegas na ACADEVI, nas reuniões mensais, Seminários e Cursos para Dirigentes.

(CAP), pude aprender e entender melhor como funciona o sistema Dosvox, e mais tarde pude aprender também a mexer com o leitor de tela NVDA.

S02: *Participo da ACADEVI desde 2013 a partir de uma visita que os estagiários e alguns associados realizaram na minha residência. Desde então, comecei a participar das reuniões de final de mês, bem como das reuniões do conselho deliberativo, do qual também fiz parte por algum momento. Assumi o estágio em 2016 quanto ingressei no curso de pedagogia. Estou estagiando até hoje, pois até então estou estudando. A ACADEVI é um rico espaço de formação, onde tenho aprendido muito sobre o movimento e concepção de pessoa com deficiência. Se hoje sou uma pessoa com certa independência, foi pelo fato do convívio em meio ao movimento e a aproximação dos pares da associação.*

S10: *Sou membro presidente da ADVT e tenho uma efetiva participação no coletivo e contribuo nas atividades de organização e nas deliberações realizadas por este segmento.*

S11: *Eu participo da ACADEVI desde 2000. A ACADEVI mantém uma direção colegiada, com coordenação executiva, além do conselho deliberativo. Essa coordenação encaminha as deliberações do conselho. Assim, desde 2005 venho atuando mais diretamente no conselho, passando pela Coordenação de Imprensa e divulgação, Finanças e atualmente Organização. Quando ingressei na UNIOESTE já havia colegas cegos e com baixa visão estudando pedagogia em anos subseqüentes ao no mesmo ano em que eu estava. O fato de haver colegas em anos seguintes e eu estar sempre em contato com eles me fazia ter uma noção geral do curso, dos professores, mesmo no mestrado isso me facilitou muito. A participação na ACADEVI sempre me auxiliou no entendimento de que precisava seguir meus estudos para além da graduação, com a pós-graduação, por exemplo, pude realizar o concurso em 2005 e 2009 na educação especial. Recebia sempre o incentivo dos colegas da ACADEVI, não só em palavras, mas no próprio fato deles estarem sempre estudando. Embora, tenha demorado em entrar no mestrado após a graduação, sempre acompanhei colegas que ingressaram no mestrado e sabia da importância dessa formação. Da mesma forma com o Doutorado e a oportunidade de realizar esse curso em Cascavel, sem precisar se deslocar para outro município, me dava um incentivo a mais. Também o fato de saber que por mais que tenhamos problemas na produção de material no PEE ainda temos esse apoio, que provavelmente não teria em outro lugar a não ser lutando e comprando muitas brigas, a exemplo de colegas nossos que foram para Curitiba realizar o mestrado.*

S12: *[...] a ACADEVI foi e sempre será uma importante referência para mim. Minha militância se iniciou na entidade e no movimento sindical.*

S15: *A minha participação ocorre pela militância, ou seja, sou filiado, sou um dos conselheiros.*

S16: *Participo das reuniões e encontros mensais.*

Pensando no que está sendo discutido até o momento, observamos que existem diversas políticas públicas direcionadas à inclusão social que, se fossem efetivadas, poderiam contribuir no acesso à escola, trabalho e lazer. O exemplo que se destaca são as vagas de emprego destinadas ao público com deficiência, que em sua maioria não são cumpridas. A dificuldade e lutas que têm sido travadas para manter e ampliar as leis que contam com muitas batalhas e foram conquistadas pelos trabalhadores, porém vem sendo cada vez mais atacadas e modificadas. Por isso, a

ACADEVI tem se organizado de modo a formar seus associados, para que não se aquietem, mas participem das mobilizações, reuniões, seminários e outros eventos que buscam apoiar e promover o suporte aos trabalhadores. E tem contado com a parceria da Unioeste para a realização de muitos eventos que se relacionam e se ligam aos anseios dos trabalhadores.

Ao ingressar no ensino superior, pode-se observar que as discussões realizadas na entidade fazem parte de nosso cotidiano e que isso, em conjunto com as disciplinas voltadas à política educacional, ajudam a compreender como são feitas as leis e para quem são destinadas, atendendo aos interesses de uma determinada sociedade que se considera democrática.

Os resultados das participações aparecem na compreensão do processo de supercompensação explicada por Vigotski (2022), que demonstra como a pessoa com deficiência pode sair de um estado de "coitado" para o protagonista de sua história. Um dos passos para isto ocorrer se dá no acesso à escolarização, adquirindo na íntegra os conhecimentos veiculados nesses eventos. Porém, é fundamental que o sujeito com deficiência participe de movimentos sociais e grupos de estudos que discutem os temas e se preocupem com o coletivo, como relata Zanetti (2017) em sua dissertação:

Após a leitura do texto por um pequeno número de pessoas ligadas ao PEE - Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especial, conhecido como Programa de Educação Especial da UNIOESTE, entre eles também estavam pessoas com deficiência, percebeu-se o quanto Vigotski, ao realizar seus estudos, conseguiu ver no defeito possibilidades positivas ao invés da debilidade e, preconiza que através de uma reorganização psíquica a pessoa com deficiência poderia superar seu defeito, permitindo, assim, a supercompensação: "Este é um processo contraditório à primeira vista, que transforma a doença em super saúde, a debilidade em força, a intoxicação em imunidade e tem o nome de supercompensação" (VIGOTSKI, 1997, p. 27 apud ZANETTI, 2017, p. 19).

Como Vigotski já preconizava com seus estudos, está comprovado que isto se torna verídico, como podemos verificar nas respostas recebidas na pesquisa e nos conteúdos e participações das pessoas com deficiência nos eventos da ACADEVI, registrados nos relatórios da entidade, demonstrando resultados de relações sociais estabelecidas. Portanto,

Trabalhar com eles [documentos] supõe, portanto, considerá-los resultado de práticas sociais e expressão da consciência humana possível em um dado momento histórico. Compreendê-los pode significar avançar na direção da apropriação, segundo Gramsci (1966, p. 12), da “consciência daquilo que somos realmente”, consciência concebida como “produto do processo histórico até hoje desenvolvido” do qual é preciso fazer o “inventário” (EVANGELISTA, 2012, p. 56 – grifos da autora).

Um elemento da prática social da ACADEVI, que vai se destacando no decorrer das atividades, seja nos Seminários ou nos Cursos de Formação Política, é a escolha das temáticas, que no início eram mais amplas, sobre as políticas que estavam se estabelecendo, passando a ter focos mais diretos sobre questões vivenciadas. Isto nas abordagens da educação, trabalho, assistência social, análise de conjuntura.

É de observar também que nos primeiros eventos os palestrantes convidados eram professores de universidades, servidores públicos de secretarias e serviços relacionados com as políticas escolhidas. Nos últimos eventos já é marcante a participação dos associados da ACADEVI como palestrantes ou compondo mesas de trabalho.

Essas constatações confirmam as hipóteses levantadas para essa pesquisa, porque o acesso, a permanência e a continuidade nos estudos foram possíveis com os fatores decisivos: os apoios da SRM com o AEE, na educação básica, e o PEE no ensino superior. Por sua vez, a ACADEVI cumpriu seus objetivos no sentido de proporcionar condições para que as pessoas com deficiência visual, que a ela se associam e participam das diversas atividades, pudessem se apropriar de conhecimentos e da experiência das demais pessoas de convívio, sendo estimulados a estudar, a trabalhar, tendo o apoio do coletivo nas lutas necessárias.

É com essa perspectiva que a pesquisa trouxe os relatos dos sujeitos que responderam ao questionário, assim como os conteúdos encontrados nos vários documentos da ACADEVI, que marcam suas atividades e suas influências na formação humana de seus associados cegos ou com visão reduzida e de outras pessoas com foram partícipes de sua trajetória.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa não tem a pretensão de esgotar os debates, mas, sim ampliar e colaborar nas discussões acerca do ingresso da pessoa com deficiência no ensino superior e como os movimentos sociais podem contribuir nesta formação, como faz ACADEVI no oeste do Paraná. Não foi possível destrinchar vários materiais, devido ao tempo e os limites de uma pesquisa.

Ao iniciar a pesquisa, se fez necessário abordar alguns aspectos da História da Pessoa com deficiência visual, demonstrando que as visões mística e biológica ingênua estão enraizadas na sociedade e que a educação, infelizmente, não fica de fora, como pode ser visto nos relatos dos sujeitos.

Para embasar esta pesquisa, foram estudados escritos de Vigotski (2019), como a Psicologia Histórico-Cultural, os de Silveira Bueno (1993), que trouxeram as condições históricas vividas pelas pessoas com deficiência, principalmente em relação à educação. Também se faz pertinente colocar que ambos são pautados no trabalho de Marx, que demonstrou para os trabalhadores as condições de sobrevivência, diferenças e luta de classes e, para isso mudar, é crucial a união dos trabalhadores e, assim, fazer a luta contra a opressão.

Os documentos organizados pela ACADEVI contribuíram para o registro das ações realizadas e dos resultados de enfrentamentos feitos no dia a dia da entidade, que têm sido indispensáveis para autonomia dos sujeitos cegos ou com visão reduzida. Esses, dentre outros documentos que podem ser encontrados ao longo do trabalho, foram fundamentais para entender a importância desse processo.

A partir do entendimento de que a pessoa com e sem deficiência deve ter acesso aos conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade, o estudo teve como objetivo analisar como a participação em movimentos de pessoas com deficiência visual, como a ACADEVI, pode contribuir e ampliar as possibilidades de formação social, política e de conhecimento de si próprio e construção de sua autonomia, possibilitando o acesso e a permanência no ensino superior, como se demonstra no segundo capítulo, sobre o acesso ao ensino superior e a ACADEVI como movimento social de pessoas cegas e com visão reduzida.

Os documentos, como projetos, atas e relatórios produzidos a partir de eventos promovidos, com as temáticas, propostas e moções, voltados à defesa e ampliação de direitos, possibilitaram compreender os objetivos da entidade e as angústias que

vem pautando os diálogos e as batalhas contra a segregação e exclusão. Assim, a pesquisa de campo possibilitou que as análises feitas a partir das respostas dos sujeitos, confirmassem o que encontramos em dissertações e teses, relatórios e estatutos da ACADEVI.

Em relação ao acesso ao ensino superior, Zanetti (2017) analisa a Deliberação nº 02/2003 - CEE/PR, onde faz a observação seguinte:

Cabe ainda ressaltar que referindo-se ao acesso dos alunos com deficiência ao ensino superior, a Deliberação deixa nitidamente transparecer a visão de deficiência como incapacidade, pois que o acesso ocorrerá apenas "quando as possibilidades de desenvolvimento do aluno assim o permitirem", ou seja, vê-se primeiro o defeito e depois as possibilidades para o desenvolvimento que são possíveis por meio do processo educacional (ZANETTI, 2017, p. 247).

No entanto, são inúmeras as pessoas com deficiência visual que chegam ao ensino superior neste Estado, já que a supercompensação tem demonstrado na teoria o que vivenciamos: "as possibilidades ilimitadas para a aprendizagem e desenvolvimento de pessoas com deficiência, que as levam a galgar altos níveis de escolarização, tornando-se não só graduados, como mestres e doutores" (ZANETTI, 2017, p. 248 - 249).

A pesquisa de campo possibilitou a coleta de informações com as quais pudemos analisar e compreender a importância de a pessoa com deficiência acessar ao ensino superior e quais são as dificuldades enfrentadas no acesso aos materiais e relações com os professores e demais colegas. Bem como, explicitando a participação em movimentos de lutas, possibilitou a ampliação da formação humana, com consciência de classe e de que as lutas são mais produtivas no coletivo.

Como colocado ao longo do trabalho, as visitas feitas pela ACADEVI às pessoas com deficiência visual que, em sua maioria estão isolados na sua própria família e fora da escola, têm sido primordiais no desenvolvimento delas; nesta região do Paraná estes resultados são visíveis como demonstrado na pesquisa de campo. Todavia, existem muitas que ainda estão na sombra do abandono ou escondidas.

Apesar de o Estado brasileiro ter assumido a educação inclusiva como política educacional, ter definido a sua fundamentação legal, a educação inclusiva ser debatida em seminários e congressos, a realidade mostra que a inclusão não foi efetivada amplamente. Inclusão escolar não significa somente colocar uma pessoa

com deficiência na escola, mas providenciar as condições pedagógicas e materiais, psicológicas e formação dos profissionais da educação para o pleno desenvolvimento dessa política e a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos com deficiência.

Os resultados da pesquisa mostram as possibilidades de a educação inclusiva de pessoas cegas ou com visão reduzida realizarem sua formação acadêmica com a acessibilidade descrita.

Por isto, as lutas organizadas pelos movimentos das próprias pessoas com deficiência pela garantia dos seus direitos à educação, como as da ACADEVI, são importantes e se fazem necessárias, inclusive já demonstraram que conquistas foram alcançadas não somente por meios individuais e diálogos, mas pelas lutas coletivas amplas e aguerridas.

Coloco novamente aqui a minha experiência de vida como pessoa cega que vem percorrendo a trilha descrita nesse trabalho, avançando nos estudos e na minha inserção social, reconhecendo-me enquanto sujeito social. Devo isso à ACADEVI! Faz-se necessário colocar que sou parte e fruto do trabalho desenvolvido pela associação, o qual precisa ser mantido e ampliado, para que todas as pessoas cegas e com visão reduzidas possam ter acesso ao coletivo que luta e promove a formação humana.

REFERÊNCIAS

ACADEVI. **Estatutos**. Cascavel, PR: Cartório Marchezini - Ofício de Registro de Títulos e Documentos, 1994; 1998; 2004.

BARROCO, Sonia Mari Shima. L. S. Vigotski e os novos fundamentos para a educação de pessoas com e sem deficiência. In: FAUSTINO, Rosangela Célia; CHAVES, Marta; BARROCO, Sonia Mari Shima (orgs). **Intervenções pedagógicas na educação escolar indígena**: contribuições da Teoria Histórico Cultural. Maringá, PR: Eduem, 2010. (p. 87 – 107).

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 004, de 2 de outubro de 2009a**. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 12 jul. 2021

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 013, de 2 de outubro de 2009b**. Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf Acesso em: 12 jul. 2021.

_____. Ministério da Educação. **Manual de Orientação**: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936-manual-orientacao-programa-implantacao-salas-recursos-multifuncionais&Itemid=30192 Acesso em: 15 mai.2021

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. - 4. ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011a.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011b**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm Acesso em: 14 mai. 2021.

_____. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em: 14 mai. 2021.

CARVALHO, Alfredo Roberto de; ROSA, Enio da; TURECK, Lucia Terezinha Zanato. Contribuições da ACADEVI para a Educação das Pessoas Cegas e com Visão Reduzida do Município de Cascavel. In: ORSO, Paulino José, (Org.). et. al. **Educação e História Regional: os desafios de sua reconstrução**. Cascavel, PR: Coluna do Saber, 2008. p. 133-150

CARVALHO, Alfredo Roberto de; ORSO, Paulino José. As pessoas com deficiência e a lógica da organização do trabalho na sociedade capitalista. In: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) (Org). **Pessoa com deficiência na sociedade contemporânea: problematizando o debate**. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2006. (p. 155 - 179).

CASTANHA, André Paulo. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 309-331, abr2011 - ISSN: 1676-2584

COLEGIO ESTADUAL ELEODORO ÉBANO PEREIRA. Disponível em: <http://www.csceleodoropereira.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=11> Acesso em: 24 mai. 2021.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAUJO, Ronaldo M. L.; RODRIGUES, Doriedson S. (Orgs.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1ed. Campinas-SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.

FAVORETO, Aparecida. **Marxismo e educação no Brasil (1922-1935): o discurso do PCB e de seus intelectuais**. UFPR, 2008. (tese de doutoramento). Disponível em: <http://www.ppge.ufpr.br/teses>. Acesso em: 28 mar. 2021.

FERRANTE, Lucas; DUCZMAL, Luiz; CAPANEMA, Eduardo; STEINMETZ, Wilhelm Alexander Cardoso; ALMEIDA, Alexandre Celestino Leite; LEÃO, Jeremias; TUPINAMBÁS, Unai; VASSÃO, Ruth Camargo; FEARNSSIDE, Philip Martin. Acompanhamento da pandemia de COVID-19 em Cascavel, Paraná, recomendações para o retorno presencial seguro. **Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) & Universidade Federal do Amazonas (UFAM)**. Documento acessível em 28 de outubro de 2021, Manaus, AM. 7 p.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IACONO, Jane Peruzo et al. Atendimento Educacional Especializado - AEE no ensino superior: criação da função transcritor-ledor. 6º Congresso Brasileiro de Educação Especial, UFSCar, 2014. **Anais....** UFSCar, São Carlos, SP. 1 a 4 de novembro de 2014.

IBC. **Instituto Benjamin Constant**. Disponível em: <http://www.ibr.gov.br/o-ibr>
Acesso em: 27 jul. 2021.

IPC. **Instituto Paranaense de Cegos**. Disponível em: www.novoipc.org.br/atendimento/escola-professor-osny-macedo-saldanha. Acesso em: 27 jun. 2021.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1984.

PÁDUA, Ivã José de. **O papel dos movimentos sociais das pessoas com deficiência na efetivação de políticas educacionais de acesso ao ensino superior na UNIOESTE**. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, PR, 2018.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação n.º 020, de 21 de novembro de 1986**. Indica Normas para a Educação Especial no Sistema de Ensino. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/1986/Del_20_86.pdf Acesso em: 2 jun. 2021.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 02, de 20 de setembro de 2016**. Dispõe sobre Normas para a Modalidade de Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2016/Del_02_16.pdf Acesso em: 2 jun. 2021.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Superintendência da Educação - SUED. **Instrução nº 06/2016 SEED/SUED**. Estabelece critérios para o atendimento educacional especializado em sala de recursos multifuncionais no ensino fundamental - anos finais e ensino médio - deficiência visual. Disponível em: www.educacao.pr.gov.br Acesso em: 28 jul. 2021.

_____. **Lei nº 20.443, de 18 de dezembro de 2020**. Institui cotas para pessoas com deficiência nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação das Universidades Estaduais

PICCOLO, Gustavo Martins. **Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência**. 2012. (Tese) Doutorado em Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos - SP, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2898?show=full> Acesso em: 25 jun. 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8ª ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.

SILVA, Vera Lucia Ruiz Rodrigues da. SILVA, Dorisvaldo Rodrigues da. Gestão pública quanto ao acesso das pessoas com deficiência na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. In: Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE) (Org). **Pessoa com deficiência,**

educação e trabalho: reflexões críticas. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2015. (p. 145 - 168).

SILVA, Luzia Alves da; TURECK, Lucia Terezinha Zanato; ZANETTI, Patrícia da Silva. As contradições das políticas de inclusão social na sociedade de classes. **Anais... XIV Jornada do HISTEDBR: Pedagogia Histórico-Crítica, Educação e Revolução: 100 anos da Revolução Russa.** UNIOESTE – Foz do Iguaçu, PR, 2017.

SILVEIRA BUENO, José Geraldo. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações** (pp. 228-270). 1996. https://www.academia.edu/42842482/ADAM_SMITH_A_RIQUEZA_DAS_NA%C3%87%C3%95ES_Investiga%C3%A7%C3%A3o_Sobre_sua_Natureza_e_suas_Causas_Com_a_Introdu%C3%A7%C3%A3o_de_Edwin_Cannan_VOLUME_II

UNIOESTE. CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **Resolução nº 005, de 23 de março de 2021.** Aprova o Regulamento da função de docente para Atendimento Educacional Especializado —AEE, aos discentes da Unioeste.

_____. CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **Resolução nº 003, de 24 de março de 2022.** Assegura vagas para Pessoas com Deficiência nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, da Unioeste, a partir do ano letivo de 2022.

TURECK, Lucia Terezinha Zanato. **Deficiência, educação e possibilidades de sucesso escolar:** um estudo de alunos com deficiência visual. 2003. 118 f. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação em Educação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR, 2003.

TURECK, L. T. Z. et al. Programa de Educação Especial da Unioeste: vinte anos em atuação. XVII Seminário de Extensão Universitária: Extensão Universitária: seu papel transformador. **Anais...** Cascavel, PR, 17 e 18 de novembro de 2017. p. 1313 – 1321.

TURECK, L. T. Z.; IACONO, Jane Peruzo; DALGALO, Vanderlize Simone; OLIVEIRA, Edinei de. A interação da Unioeste com entidades de pessoas com deficiência como fator de acessibilidade ao ensino superior. XVIII Seminário de Extensão da Unioeste. **Anais...** Foz do Iguaçu, Paraná, 19 a 21 de junho de 2018. p. 70 – 75.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **Obras Completas** - Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia. Tradução do Programa de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais (PEE); revisão da tradução por Guillermo Arias Beatón. - Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2019. 488 p.

ZANETTI, Patrícia da Silva. **Uma análise das políticas educacionais para as pessoas com deficiência visual no Estado do Paraná.** 2017. 258 f. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

ANEXO

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Público-alvo: Graduados ou Acadêmicos cegos e/ou com visão reduzida que cursaram ou cursam ensino superior nas cidades de Cascavel e Toledo (PR).

Envio e retorno do questionário: pelo e-mail do DOSVOX - CARTAVOX

Objetivo do questionário: levantar dados a respeito do percurso escolar, da Educação Básica ao Ensino Superior.

Apresentação: Você está convidado a participar de uma pesquisa a respeito da educação escolar de pessoas cegas ou com visão reduzida, para compor um estudo de Mestrado denominado “Educação da pessoa com deficiência visual: ingresso e permanência no ensino superior em Cascavel e Toledo e a contribuição da ACADEVI como entidade de luta.” O instrumento da pesquisa é um questionário e as respostas devem ser descritivas, com a maior quantidade de informações em cada questão, conforme as suas experiências acadêmicas e de participação na ACADEVI. Sua contribuição é muito valiosa para o estudo e constituição de registros históricos a respeito da educação das pessoas com deficiência visual nesta região do Paraná. Os dados colhidos serão mantidos sem identificação.

Agradeço desde já sua colaboração, mas se você se sentir constrangido com alguma questão, pode desistir a qualquer momento.

Questões:

- 1 – nome completo
- 2 – idade
- 3 – sexo
- 4 – cidade onde reside
- 5 – qual é a sua condição visual?
- 6 – é congênita ou adquirida? Descreva.
- 7 – em qual escola estudou no ensino médio?
- 8 – em qual universidade cursou/cursa o ensino superior?
- 9 – qual seu curso de graduação?
- 10 – qual seu curso de pós-graduação/especialização?
- 11 – cursou ou cursa mestrado?
- 12 – cursou ou cursa doutorado?
- 13 – que apoios obteve durante o ensino médio?
- 14 – e no ensino superior?
- 15 – como foi a aprendizagem e o uso do braille?
- 16 – que programas/software utiliza no computador?

- 17 – como foi seu aprendizado do dosvox e outros programas?
- 18 – em relação aos textos e materiais adaptados, o que você pode comentar?
- 19 – como você adquiriu/adquire os equipamentos que necessita?
- 20 – se você encontra dificuldades para estudar, descreva.
- 21 – em relação aos professores e colegas, o que você pode comentar?
- 22 – se você participa da academi / advt, pode descrever como ocorre essa participação (tempo, coordenações...) e o que influenciou ou influencia essa relação para a sua formação no ensino superior.